



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA

**(RE) CONSTRUINDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS
CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS DO DISTRITO
FEDERAL**

PRÍSCILA PATRÍCIA PAIVA MESQUITA

ORIENTADOR: PROF. DR. KLÉBER APARECIDO DA SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA

Brasília-DF
2014

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

MESQUITA, Priscila Patrícia Paiva. **(Re) Construindo Políticas Públicas Para os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal**. 2014. 280 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA

**(RE) CONSTRUINDO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS CENTROS
INTERESCOLARES DE LÍNGUAS DO DISTRITO FEDERAL**

PRÍSCILA PATRÍCIA PAIVA MESQUITA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
LINGUÍSTICA APLICADA.

APROVADA POR:

PROF. DR. KLEBER APARECIDO DA SILVA, (UNB)
(ORIENTADOR)

PROF DRA GLORIA GIL (UFSC) (EXAMINADOR EXTERNO)

PROF DRA MARIA LUISA ORTIZ ALVAREZ (UNB) (EXAMINADOR INTERNO)

PROF DR ENRIQUE HUELVA, (UNB) (EXAMINADOR INTERNO - SUPLENTE)

Brasília-DF
2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a *Deus*, por me dar força e me abençoar sempre nos desafios que a vida me impõe;

Ao meu marido *Hebert*, por estar sempre ao meu lado, ajudando-me no que fosse preciso, além de demonstrar sempre grande orgulho por minhas conquistas;

A minha filha *Heloísa*, por existir e torcer para que eu termine minhas longas etapas de estudos, para ter mais tempo comigo.

À minha mãe *Lucileide*, pelo amor, dedicação, educação e oportunidades de estudo que me proporcionou ao longo da vida;

Ao meu pai *Erivan*, que me viu ingressar no mestrado, porém infelizmente não estará aqui para me ver concluindo esta etapa tão importante da minha carreira, que sempre me apoiou e sempre se orgulhou de minhas conquistas pessoais e profissionais;

Aos meus irmãos *Kláudio*, *Hyvila* e *Nayra* pela compreensão, companheirismo e apoio;

Às minhas cunhadas e cunhados, *Erica*, *Emília*, *Eveline*, *Flávio* e *Amanda* pelas boas conversas, muitas vezes acadêmico, além do companheirismo, e claro, a revisão da *Emília*;

Aos demais familiares, minha avó Vicentina, minha sogra Erivane, as tias que sempre deram força, mesmo que de longe, e aos demais agregados, muito obrigada.

À *Universidade de Brasília* pela minha formação inicial e continuada que vem me proporciona desde 1999;

Ao meu orientador *Professor Doutor Kleber Aparecido da Silva*, por confiar na minha capacidade e acreditar na proposta de pesquisa, aceitando o desafio de me acompanhar na trajetória de sua realização, sempre com competência, alegria e humildade;

Aos *professores do PGLA* que contribuíram com seus conhecimentos e experiências nas disciplinas que cursei ao longo do curso e que foram fundamentais para a construção deste estudo em especial à professora *Maria Luísa Ortíz Alvarez*, que me acompanha desde a graduação; à *Maria da Glória Magalhães Reis* e ao professor *Yuki Mukai*;

Ao Prof. Dr. *José Vieira de Sousa*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE-UnB) que contribuiu significativamente para o meu crescimento acadêmico e conhecimentos sobre Estado e políticas, especialmente educacionais.

À *funcionária da Secretaria do PPGLA, Jaqueline Barros*, pela amizade e prestatividade em seu atendimento na secretaria;

Aos colegas que encontrei ao longo da jornada acadêmica, *Romar Souza, Tânia Lima, Liz Sandra, Marcelo Sousa, Paolla Brasil, Mirelle Freitas* pelo incentivo sobretudo na fase de ingresso no programa, quando eu ainda era aluna especial e, no caso dos dois primeiros, por serem ótimos parceiros em minha primeira publicação;

Às colegas de orientação *Maria Antônia Maia e Márcia Almeida* pela amizade, companheirismo e bons momentos vividos no IV CLAFPL e no X CBLA;

Às amigas *Vanessa Jardim*, que de alguma forma influenciei e ajudei em seu ingresso no PGLA, e *Camila Mara Andrade*, que fez parte desta caminhada acadêmica com grande companheirismo me ajudando nos momentos de dúvidas e inquietações;

Às amigas *Samara Talita, Micilene Bonfim e Polyanna Martins*, pelo interesse, preocupação e torcida sempre.

Aos colegas de trabalho *Cibele Almeida, Marisa Nunes, Vera Oliveira*, pela grande amizade, apoio e torcida;

À *equipe de espanhol* do Centro Interescolar do Gama pela torcida e interesse sempre;

Aos *demais colegas do CIL-Gama*, especialmente os mestres que me incentivaram e ajudaram nesta jornada.

Aos meus alunos e ex-alunos que sem eles não seria o que sou hoje.

Aos *participantes da pesquisa, representantes do Núcleo dos Centros de Línguas e comissões do NCIL* que, ao longo de um ano, compartilharam comigo seus momentos de construção/criação de políticas para o funcionamento dos CILs.

Aos *gestores, coordenadores, professores e funcionários* de todos os Centros Interescolares de Línguas do DF, pela prestatividade e interesse em colaborar com a pesquisa;

A todos que, de alguma forma, participaram desta jornada.

MUITO OBRIGADA!

Figura 1 – Construindo vidas



Fonte: Internet.

Professor

Alguém um dia se propôs a trabalhar na construção de vidas, estudou psicologia, filosofia e as melhores técnicas de comunicação. Passou dias, horas e minutos, observando o comportamento de todas as faixas etárias do ser humano.

Alguém que se percebeu vocacionado e, atendendo aos apelos do coração, inscreveu-se na batalha de frente da luta milenar contra os analfabetismos. Armado de pouquíssimos recursos materiais, postou-se de peito aberto, levando flechadas federais, estaduais, municipais.

Alguém se especializou nas oficinas mecânicas do ser humano e

candidatou-se a reformar conceitos e valores da educação mal orientada.

Alguém se inscreveu no concurso da vida, não se importando de sacrificar o próprio corpo na concorrência desleal de convênios, convenções, tratados e dissídios.

Alguém se fez alheio às dificuldades, tendo plena certeza delas, e saiu disposto a questionar leis, portarias, resoluções e regimentos. Nos desmaios da sobrevivência, impôs-se.

Alguém foi nomeado, designado, empossado para o exercício do magistério, não se perdeu no labirinto do caminho nem se assustou com o fantasma da exigência impossível. Saiu a procurar o aluno perdido, nas balas perdidas da guerra civil.

Alguém convive com a distância, com a fome, com a injustiça, com a carência e a canseira, contudo, ensina gerações a acreditar no futuro, a ter fé e não se deter.

Para um ser assim tão especial, só um nome poderia identificá-lo:

PROFESSOR. (Ivone Boechat)¹

¹ Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=21&idCategoria=2>>. Acesso em: 03 de jan. 2013.

RESUMO

Até poucos anos atrás as políticas educacionais pouco contemplavam o ensino aprendizagem de língua estrangeira (doravante LE), a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996) que apresenta somente três contribuições ao componente curricular. Mais recentemente, outras políticas começaram a dar alguma visibilidade para o ensino de LE, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN (BRASIL, 1998), que dedica um de seus cadernos ao ensino de LE, e, posteriormente, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM (BRASIL, 2006) que apresenta sessões separadas para LE e para Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE), já que tal língua é a única a ter legislação que obriga seu oferecimento no ensino médio. No entanto, no que diz respeito ao ensino de línguas no Distrito Federal, ainda há carência de políticas específicas para este fim, ficando o ensino de LE, submetido há políticas educacionais gerais que nem sempre se adaptam a este componente curricular, dada a especificidade da existência na capital Federal de Centros Interescolares de Línguas (CIL). Atualmente o DF conta com oito CILs, que atendem alunos de escolas públicas oferecendo cursos de alemão, espanhol, francês, inglês e japonês. Os cursos ofertados tem duração de três a sete anos. Devido à carência de políticas específicas para estes centros foi criado, em 2012, pela Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF), o Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas (NCIL), que tem a incumbência de regulamentar a ação dos CILs além de criar novas diretrizes para os mesmos. Destarte, este estudo pretende apresentar por meio de pesquisa qualitativa essencialmente documental (LARSEN-FREEMAN, 1997), as políticas que permearam o trabalho dos Centros até 2012 e expor o trabalho realizado pelo NCIL, aqui a pesquisa apresenta traços de etnografia (GODOY, 1995), pois mostra o processo da (re)construção das políticas para estes Centros com a participação de agentes como: membros do NCIL, professores, supervisores, coordenadores e gestores dos CILs, que contribuíram para a elaboração dessas políticas e até onde esta (re)construção pode/pretende chegar. Os dados foram gerados nos anos de 2012, 2013 e início de 2014. Os resultados desta pesquisa demonstram que houve um grande avanço na (re)construção das políticas públicas para os CILs, por meio de um processo democrático com a participação de representantes de cada CIL. Porém ainda há um longo caminho a ser percorrido, já que tal (re)construção ainda segue em obras.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Ensino de Línguas. CIL. NCIL.

Resumen

Hasta hace muy pocos años las políticas educacionales poco contemplaban la enseñanza aprendizaje de lengua extranjera (LE), como por ejemplo, la *Lei de Diretrizes e Bases – LDB* (BRASIL, 1996) que presenta solamente tres contribuciones al componente curricular. Más recientemente, otras políticas comenzaron a dar alguna visibilidad para la enseñanza de LE, como es el caso de los *Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN* (BRASIL, 1998), que dedica uno de sus cuadernos a la enseñanza de LE, y, posteriormente, las *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM* (BRASIL, 2006) que presenta sesiones separadas para LE y para Español como Lengua Extranjera (E/LE), puesto que la lengua es la única a tener legislación que obliga su ofrecimiento en la enseñanza media. Sin embargo, con respecto a la enseñanza de LE en Distrito Federal (Brasil), todavía faltan políticas específicas para este fin, quedando ésta sometida a políticas educacionales generales que no siempre se adaptan a este componente curricular, dada la especificidad de la existencia en la capital brasileña de *Centros Interescolares de Línguas* (CIL). Actualmente el DF cuenta con ocho CILes, que atienden alumnos de escuelas públicas ofreciendo cursos de alemán, español, francés, inglés y japonés. Los cursos ofertados tienen duración de tres a siete años. A causa de la carencia de políticas específicas para estos centros fue creado, en 2012, por la Secretaría de Estado y Educación del Distrito Federal – SEEDF, el Núcleo de los Centros Interescolares de Línguas – NCIL, que tiene la incumbencia de reglamentar la acción de los CILes además de crear nuevas directrices para los Centros. Distarte, esta pesquisa pretende presentar a través de pesquisa cualitativa y esencialmente documental (LARSEN-FREEMAN, 1997), las políticas que permearon el trabajo de los Centros hasta 2012 y exponer el trabajo realizado por el NCIL, aquí la pesquisa presenta rasgos de etnografía (GODOY, 1995), pues enseña el proceso de la (re)construcción de las políticas para estos Centros con la participación de agentes como: miembros do NCIL, profesores, supervisores, coordinadores y gestores de los CILes, que contribuyeron para la elaboración de esas políticas y hasta dónde ésta (re)construcción puede/prende llegar. Los datos fueron generados en los años de 2012, 2013 y comienzo de 2014. Los resultados de esta pesquisa demuestran que hubo un gran avance en la (re)construcción de las políticas públicas para los CILes, a través de un proceso democrático con la participación de representantes de cada CIL. Pero aún hay un largo camino a ser recorrido, ya que tal (re)construcción todavía sigue en obras.

Palabras Clave: Políticas Públicas de Enseñanza de Lenguas. CIL. NCIL.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Construindo Vidas	V
Figura 2 – Construção do Congresso	20
Figura 3 – Localização Geográfica dos CILs	25
Figura 4 – Línguas Oferecidas em cada CIL	27
Figura 5 – Construção de Conhecimento	41
Figura 6 – Caminhos das Políticas Públicas	43
Figura 7 – Hierarquia Estado e Políticas	48
Figura 8 – Logotipo CIL – Brasília	58
Figura 9 – Fachada CIL – Brasília	60
Figura 10 – Entrada CIL – Brasília	61
Figura 11 – CIL – Ceilândia	62
Figura 12 – Fachada CILC	65
Figura 13 – Fiação Exposta CILC	65
Figura 14 – Corredor – CILC	66
Figura 15 – Repórter mostrando problemas de acústica – CILC	66
Figura 16 – Logotipo CIL – Taguatinga	67
Figura 17 – CILT antes da reconstrução	68
Figura 18 – Reconstrução da Sede do CILT	69
Figura 19 – Nova Sede do CILT	69
Figura 20 – Logotipo CIL – Sobradinho	70
Figura 21 – Fachada CILSob	71
Figura 22 – Área interna – CILSob	71
Figura 23 – Logotipo CIL – Guará	73
Figura 24 – Fachada CILG	74
Figura 25 – Corredor das salas de aula do CILG	74
Figura 26 – Laboratório e laboratório de Informática CILG	75
Figura 27 – Logotipo CIL – Gama	76
Figura 28 – Fachada e Profissionais do CIL Gama	77
Figura 29 – Portaria / Secretaria CIL – Gama	78
Figura 30 – Auditório CIL – Gama	78

Figura 31 – Salas de Espanhol – CIL Gama	79
Figura 32 – Logotipo CIL – Brazlândia	80
Figura 33 – Fachada – CILB	81
Figura 34 – Direção/Coordenação CIL 2	83
Figura 35 – Salas de Aula CIL 2	83
Figura 36 – A Operação Global de Ensino.....	93
Figura 37 – Caminho da (re)construção das políticas para os CILs	95
Figura 38 – Trabalhador	97
Figura 39 – Reforma Universitária	104
Figura 40 – Lunch atop a Skyscrape	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Línguas oferecidas pelos CIL	28
Tabela 2 – Níveis e carga horária do Curso Pleno dos CILs-DF.....	29
Tabela 3 – Níveis e carga horária do Curso Específico dos CILs-DF	30
Tabela 4 – nº de alunos matriculados nos CILs - 1º/2014.....	84
Tabela 5 – Perguntas, objetivos e instrumentos	105
Tabela 6 – Propostas de reestruturação do cursos dos CILs.....	109
Tabela 7 – Proposta CILG, adaptação do currículo para o Juvenil em 5 anos.....	120
Tabela 8 – Proposta CILT, adaptação do currículo para 5 anos	122
Tabela 9 – Proposta CILT, idade x ciclo	122
Tabela 10 – Pilares para o novo currículo dos CILs	124
Tabela 11 – Propostas de currículo para os CILs – Ciclos	126
Tabela 12 – Propostas de currículo para os CILs – Promoção do Aluno ..	126
Tabela 13 – Propostas de currículo para os CILs – Juvenil	127
Tabela 14 – Propostas de currículo para os CILs – Específico	127
Tabela 15 – Propostas de currículo para os CILs – Gêneros	128
Tabela 16 – Propostas de currículo para os CILs – Cursos CFC	128
Tabela 17 – Propostas de currículo para os CILs – Observações	129
Tabela 18 – Proposta Unificada de Currículo – NCIL	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – CIL 1 - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	60
Gráfico 2 – CILC - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	63
Gráfico 3 – CILT - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	70
Gráfico 4 – CIL Sob - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	72
Gráfico 5 – CILG - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	76
Gráfico 6 – CIL Gama - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014 ...	77
Gráfico 7 – CILB - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	81
Gráfico 8 – CIL 2 - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	82
Gráfico 9 – CILs - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASL	Aquisição de Segunda Língua
CEM 1	Centro de Ensino Fundamental 1
CIL	Centros Interescolares de Línguas
CILB	Centros Interescolares de Línguas de Brazlândia
CILC	Centros Interescolares de Línguas da Ceilândia
CILG	Centros Interescolares de Línguas do Guará
CILSob	Centros Interescolares de Línguas de Sobradinho
CILT	Centros Interescolares de Línguas de Taguatinga
EAPE	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Estratégia de Matrícula
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEDF	Fundação Educacional do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GENESP	Gerência de Escolas de Natureza Especial
GREB	Gerencias Regionais de Educação Básica
LA	Linguística Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LE	Língua Estrangeira
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais

NCIL	Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas
OCEM	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
RA	Região Administrativa
RE	Regimento Escolar
SEEDF	Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DEMARCANDO O TERRENO	20
1.1 Introdução	20
1.2 Contextualização da Questão de Pesquisa	24
1.2.1 Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal	25
1.2.2 Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas	31
1.3 Justificativa	32
1.3.1 Relevância Pessoal da Pesquisa	33
1.3.2 Relevância Social e Científica da Pesquisa	35
1.4 Objetivos e Perguntas de Pesquisa	37
1.5 Organização da Pesquisa	38
1.6 Retomando o Capítulo	39
CAPÍTULO II - ALICERCE	41
2.1 Introdução	41
2.2 Políticas Públicas e Sociais	42
2.3 Políticas Educacionais	44
2.4 Políticas Linguísticas	46
2.4.1 Políticas Linguísticas Educacionais	49
2.5 Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal e a necessidade de políticas para seu funcionamento	53
2.5.1 Centro Interescolar de Línguas de Brasília – CIL 1.....	58
2.5.2 Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia – CILC	62
2.5.3 Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga – CILT	67
2.5.4 Centro Interescolar de Línguas de Sobradinho – CIL – Sob	70
2.5.5 Centro Interescolar de Línguas do Guará – CILG	73
2.5.6 Centro Interescolar de Línguas do Gama – CIL – Gama	76
2.5.7 Centro Interescolar de Línguas do Brazlândia – CILB	80
2.5.8 Centro Interescolar de Línguas 2 de Brasília – CIL 2	82
2.5.9 Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal	83
2.6 O Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas	87
2.7 Planejamento de Curso	92
2.8 Retomando o Capítulo.....	94

CAPÍTULO III - MÃOS À OBRA	97
3.1 Introdução	97
3.2 Natureza da Pesquisa	97
3.3 Contexto da Pesquisa	99
3.4 Instrumentos de Coleta de dados	101
3.5 Participantes da pesquisa	102
3.6 Retomando o capítulo	103
CAPÍTULO IV - ERGUENDO PILARES	104
4.1 Introdução	104
4.2 A (re)construção das Políticas Públicas para os CILs	106
4.2.1 Comissão de Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas	107
4.2.1.1 Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas	113
4.2.2 Comissão de Currículo e Avaliação	118
4.2.2.1 Curso: Aspectos Básicos da Construção Curricular no Ensino e Aprendizagem de Línguas	135
4.2.3 A sequencia dos trabalhos em 2014.....	137
4.2.4 As mudanças dos CILs na perspectiva dos profissionais dos CILs	138
4.3 Retomando o Capítulo	153
CAPÍTULO V – EM OBRAS.....	157
5.1 Introdução	157
5.2 Retomada das perguntas de pesquisa	158
5.3 Contribuições dos resultados da pesquisa	164
5.4 Limitações da pesquisa	165
5.5 Sugestões para estudos futuros	166
5.6 Considerações Finais	166
REFERÊNCIAS.....	168

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO REALIZADO COM GESTORES/ SUPERVISORES DE CIL	177
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM GESTORES/ SUPERVISORES DE CIL PILOTO EM 2013/2014 DAS PROPOSTAS DO NCIL	179
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM GESTORES/ SUPERVISORES DE CIL PILOTO EM 2014 DAS PROPOSTAS DO NCIL ...	181
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO REALIZADO COM PROFESSORES DE CIL PILOTO EM 2013/2014 DAS PROPOSTAS DO NCIL	183
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM PROFESSORES DE CIL PILOTO EM 2014 DAS PROPOSTAS DO NCIL	184
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROFESSOR	185
APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GESTOR	186
APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFESSOR	187
ANEXO A – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE LÍNGUAS (1976).....	188
ANEXO B – ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA Nº 03 PARA OS CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS E SETORIAIS DE LÍNGUAS (1994)	203
ANEXO C – ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA: CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS (2002)	220
ANEXO D – TEXTO PRELIMINAR DAS DIRETRIZES INSTITUCIONAIS DOS CIL	238
ANEXO E – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PARA OS CILS CIL – CEILÂNDIA	241
ANEXO F – PROPOSTA CURRICULAR CIL – 1	255
ANEXO G – PROPOSTA CURRICULAR CIL – 2	257
ANEXO H – PROPOSTA CURRICULAR CILB	259
ANEXO I – ATA DA REUNIÃO 29 DE AGOSTO DE 2013	266

ANEXO J – EMENTA CURSO: ASPECTOS BÁSICOS DA CONSTRUÇÃO CURRICULAR NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS	268
ANEXO K – CALENDÁRIO CIL 2014	273
ANEXO L – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2011	274
ANEXO M – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2/2011	275
ANEXO N – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2/2012	276
ANEXO O – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2013	277
ANEXO P – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2014	278
ANEXO Q – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2/2014	279
ANEXO R – PUBLICIDADE INAUGURAÇÃO CILT	280

CAPÍTULO I

DEMARCANDO O TERRENO

Figura 2 – Construção do Congresso



Fonte: Vieira (1959?)

Brasília é a manifestação inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo de espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, ruptura completa com a rotina e o compromisso.
(Juscelino Kubitschek de Oliveira)

1.1 Introdução

O capítulo que inicia esta dissertação tem o intuito de demarcar o território da pesquisa aqui apresentada, discutindo a temática principal deste trabalho, explanando construtos relevantes para o seu entendimento. Portanto, apresenta: contextualização, objetivos e perguntas a serem respondidas ao longo do estudo.

Atualmente as pesquisas ligadas às políticas educacionais e linguísticas vem ganhando força. Dentro da Linguística Aplicada, há uma grande preocupação em entender as políticas que permeiam as práticas de ensino de línguas, seja língua materna ou estrangeira, como foi possível perceber no X Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, ocorrido no Rio de Janeiro em setembro de 2013 com o tema “Política e Políticas Linguísticas”, onde foi

possível elencar¹ pelo menos trinta trabalhos com a temática. São consideradas as políticas explícitas, ou seja, as formalmente em vigor, e real funcionamento, ou políticas implícitas, o que ocorre como prática porém sem uma lei previamente estabelecida. Este trabalho pretende apresentar um panorama de políticas educacionais para ensino de línguas no Distrito Federal, no que se refere aos Centros Interescolares de Línguas (doravante CIL) existentes na capital federal.

As políticas educacionais no Brasil só recentemente viraram seus olhares ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras (LE). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de nº 9.394 de 20 de dezembro 1996, que se define como instrumento de melhoria da qualidade de ensino no Brasil (BRASIL, 1996, p. 7), muito timidamente apresenta três tópicos que contemplam o tema. A LDB permite que nas aulas de LE sejam criadas turmas com alunos de diferentes séries, classificando-os pelo conhecimento que têm da língua estudada, aponta ainda que uma LE deve ser oferecida a partir da quinta série (atual 6º ano, ensino fundamental), porém não define que língua seria essa, pois a escolha desta ficaria a cargo da comunidade escolar. A LDB possibilita também a oferta de uma segunda língua estrangeira em caráter optativo (BRASIL, 1996).

Apesar de não haver nenhuma política explícita para a oferta da língua inglesa no Brasil, Ribeiro da Silva (2011) afirma que

[...] o Estado Brasileiro tem sim uma posição clara relativamente à língua inglesa, uma vez que: (1) trata-se da língua estrangeira presente nos vestibulares da maior parte das instituições públicas de ensino superior; (2) é a língua estrangeira que, juntamente com o espanhol, será avaliada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 2010; e (3) foi uma das duas línguas estrangeiras incluídas no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) para 2011(p. 11).

Partindo da LDB e pensando na afirmação do autor, podemos inferir que estas políticas ocorrem porque grande parte das escolas de Ensinos Fundamental e Médio no Brasil oferece a língua inglesa como única opção de língua estrangeira. Com as escolas de ensino fundamental do Distrito Federal

¹ Para essa busca foi analisado somente títulos e resumos apresentados no Congresso. Caderno de resumos do evento disponível em: <<http://www.alab.org.br/eventosalab/evento/pag.php?view=article&id=5>>. Acesso em 15 out. 2013.

não é diferente, tais instituições oferecem a língua inglesa a partir do sexto ano desta etapa de ensino. Normalmente são oferecidos duas aulas de 45 a 50 minutos semanais da disciplina até o nono ano.

Com a Lei nº 11.161 de 2005, o Espanhol passa a ser a primeira língua a ter uma legislação específica no Brasil. A Lei do Espanhol, como é comumente chamada, determina que seja oferecida obrigatoriamente a língua espanhola no Ensino Médio e faculta sua oferta no Ensino Fundamental. Na capital federal, a LE em questão é oferecida em apenas uma aula semanal de 45 a 50 min. Ou, no caso das escolas que seguem o regime semestral², esse tempo é dobrado, porém só é ofertada a disciplina durante um semestre do ano letivo, com exceção de uma escola na Região Administrativa³ do Paranoá (Centro de Ensino Fundamental 1 – CEM 1 do Paranoá), a qual, após solicitação dos alunos e da comunidade escolar, dobrou a carga horária determinada ao ensino de espanhol, e igualou o tempo dedicado ao inglês.

Na epígrafe que inicia este capítulo, Juscelino Kubitschek fala da construção de Brasília como uma grande realização dos brasileiros, tratando-a como o triunfo de um espírito pioneiro. Além de “romper com a rotina”, etc. deste pequeno texto extraído das palavras do ex-presidente do Brasil, pode-se pensar em uma identidade, não só da capital da federação, mas também das pessoas que adotaram essa região como seu lugar ou das novas gerações que aqui nasceram.

Nessa perspectiva, vemos que, a partir da reivindicação de professores de línguas do Distrito Federal foram sendo criados, um por um, os seus Centros Interescolares de Línguas, “rompendo com a rotina” de somente oferecer aulas de línguas na escola e com pouca carga horária. Fazendo triunfar este “espírito pioneiro” que veio junto com Brasília, dando acesso (pelo menos em parte) à aprendizagem de línguas estrangeiras de qualidade a

² Conforme Parecer 229/2013 - CEDF. O Regime de Semestralidade foi autorizado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), por adesão, ou seja, somente as escolas que desejarem seguirão o regime que divide as disciplinas anuais em dois blocos semestrais, com exceção de Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física e Ensino Religioso (disciplinas que são trabalhadas nos dois semestres). O que significa dizer que parte das matérias é trabalhada no primeiro semestre e a outra parte no segundo.

³ As antigas cidades satélites de Brasília, agora são chamadas de Regiões Administrativas – RA, o Distrito Federal hoje conta com 30 RAs, sendo que estas cidades não têm prefeitos ou vereadores. Portanto são administradas por Administradores indicados pelo governador da capital, esse muitas vezes desconhecido da população da RA.

pessoas que normalmente são excluídas deste tipo de aprendizagem no nosso país.

Para o reconhecimento do território, é possível acrescentar que atualmente o Distrito Federal tem o privilégio de contar na rede pública de ensino com oito Centros Interescolares de Línguas, que oferecem gratuitamente cursos de Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Japonês como línguas estrangeiras. Destes, dois estão localizados em Brasília e os demais nas seguintes regiões administrativas (RA): Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Sobradinho e Taguatinga. Nos CILs estudam alunos de escolas públicas (a partir do 6º ano do ensino fundamental), além de uma pequena porcentagem de discentes da comunidade, geralmente que já terminaram o nível médio, mas ainda não concluíram seus estudos de LE nos ditos Centros. O primeiro CIL foi criado há quase 40 anos (em 1975) por uma resolução do governo acatando uma proposta da então coordenadora de inglês da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) (DISTRITO FEDERAL; CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE BRASÍLIA, 2013), hoje Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (doravante SEEDF). As demais sedes dos CILs foram criadas, nas décadas seguintes nos mesmos moldes do primeiro CIL, por iniciativas isoladas de professores de línguas estrangeiras das demais RA do DF, sem maiores interferências governamentais, nem para impedir, tampouco para regulamentar essas escolas. O mais recente dos Centros é o CIL 2 de Brasília, o último a ser criado, em 1998.

Apesar da longa história dessas escolas especializadas no ensino de línguas estrangeiras, muitos dos Centros sofrem com falta de sede. Em sua criação, cada CIL foi se instalando provisoriamente nos fundos de alguma escola de ensino regular (educação básica)⁴, e, infelizmente, ainda nos dias de hoje, muitos dos Centros ainda sofrem por não possuírem sede própria ou estarem em instalações inadequadas ao ensino de línguas. Além de problemas estruturais, poucas políticas⁵ regem o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas especificamente, as políticas educacionais

⁴ Tratarei mais detalhadamente do tema nos próximos capítulos.

⁵ Os CILs contam somente com as Orientações Pedagógicas de 2002 e a Estratégia de Matrícula.

existentes têm que ser adaptadas para a realidade dos CILs e esses ajustes nem sempre são possíveis.

A partir dessa demanda, é que em 2012 foi criada pela SEEDF, dentro da Gerência para Escolas Especiais (que atende as Escolas Parque⁶ e os Centros Interescolares de Línguas), o Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas (doravante NCIL⁷). Esse núcleo tem como principal objetivo legitimar/criar/(re)construir diretrizes direcionadas ao funcionamento dos CILs, servindo de intermediário entre os Centros e a SEEDF. Conforme afirma Damasco (2012)

[...] E 2012 é criado o Núcleo para Centros de Línguas – NCIL, atrelado à Gerência de Escolas Especiais (da SEEDF). Acredita-se que esse núcleo marca o retorno de uma Coordenação não por idiomas, mas uma Coordenação para tais escolas. Em entrevista com o responsável desse núcleo, realizada em 21 de maio, constatou-se [...] que o NCIL pretende ter um papel de articulador e de intermédio entre os CILs e outras subsecretarias da SEEDF.

A presente pesquisa pretende apresentar um pequeno histórico de cada uma das sedes dos Centros Interescolares de Línguas, trazendo um apanhado de políticas que regeram estas instituições de ensino (IEs) desde a criação do primeiro centro até os dias atuais. Dando uma atenção especial às novas diretrizes que estão sendo (re)construídas por intermédio do NCIL e suas comissões, destacando o percurso da criação de tais diretrizes.

1.2 Contextualização da Questão de Pesquisa

Para melhor entendimento do objeto de pesquisa nesta seção, apresento um panorama sobre os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal: seu funcionamento, as línguas oferecidas em cada uma delas, etc.

⁶ Segundo Hora, Rodrigues e Sousa (2012), Anísio Teixeira em seu *Plano de Construções Escolares de Brasília* (baseado no que já havia feito no Rio de Janeiro e na Bahia), criou, durante a construção de Brasília, as Escolas Parques, as quais receberiam os alunos no turno contrário ao de suas aulas para atividades sociais, artísticas, culturais e esportivas, visando assim um ensino integral e um modelo de educação para o país.

⁷ A sigla oficial apresentada na criação do Núcleo no Diário Oficial é NUCELIN, porém o próprio núcleo se denomina NCIL e, em todos os documentos gerados por ele, além de redes sociais e *blog* trazem a sigla NCIL. Por isso opto pela sigla NCIL em toda a dissertação.

importante destacar que essa região também é mais populosa que a região norte do DF, justificando assim o maior número de escolas⁸.

Os CILs trabalham exclusivamente cinco línguas estrangeiras: alemão, espanhol, francês, inglês e japonês. Cada centro oferece no mínimo três delas e no máximo quatro. A figura 4, a seguir, traz as LE ensinadas em cada Centro Interescolar de Línguas.

⁸ Sobradinho conta com pouco mais de 85 mil habitantes, se somarmos as RAs próximas (Planaltina, Paranoá, Itapoã, Sobradinho II e Fercal) teríamos um total de aproximadamente 400 mil habitantes. As demais RAs que sediam CILs tem em média: Ceilândia 400 mil, Taguatinga 220 mil, Brasília 215 mil, o Gama 227 mil e o Guará 113 mil habitantes. Somente Brazlândia que é uma região rural tem menos habitantes que Sobradinho, contando com uma população de apenas 53 mil pessoas. (Dados de 2011, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN <http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/demografia.html> acesso em 11 mar. 2014)

Figura 4: Línguas oferecidas nos CIL⁹.

Fonte: GDF (2013)

Observando o mapa apresentado pela figura é possível destacar os seguintes dados, representados pela tabela 1.

⁹ Esta figura estava disponível na página do Facebook oficial do Governo do Distrito Federal (GDF) em 2013, como forma de divulgação dos cursos oferecidos em cada CIL, vale destacar que atualmente no CIL – Gama a língua japonesa não é mais oferecida, devido à falta de professor para o cargo e a não formalização do projeto de ensino de espanhol por parte da SEEDF – GDF o que impossibilitou a abertura de concurso para preenchimento de vaga, nem mesmo contratações temporárias foram autorizadas para o cargo.

Tabela 1 – Línguas Oferecidas pelos CIL

CIL	Sigla	Línguas Oferecidas
CIL 1 – Brasília	CIL 1	alemão (único CIL a oferecer tal língua); espanhol; francês e inglês.
CIL 2 – Brasília	CIL 2	espanhol; francês e inglês
CIL Brazlândia	CILB	espanhol e inglês ¹⁰
CIL Ceilândia	CILC	espanhol; francês; inglês e japonês.
CIL Gama	CIL Gama	espanhol; francês e inglês
CIL Guará	CILG	espanhol; francês e inglês
CIL Sobradinho	CILSob	espanhol; francês; inglês e japonês ¹¹ .

Fonte: Autoria própria

¹⁰ Atualmente também oferece aulas de francês.

¹¹ Conforme informações dadas pela gestora de um dos CILs, a língua japonesa começou a ser ofertada nos CILs após articulação da Associação Nipônica com a SEEDF e a Universidade de Brasília – UnB em 2010, para a oferta nos Centros Interescolares de Língua desta língua, após firmado um acordo entre as instituições, a SEEDF buscou em seu quadro de professores efetivos, docentes que fossem licenciados em Letras Japonês, encontrando somente cinco, dois em Sobradinho, um em Santa Maria (RA ao lado do Gama), um em Ceilândia e um em Taguatinga. Foi feita a proposta a estes professores que prontamente se interessaram e começaram a atuar nos CIL no período vespertino e no matutino estes iam a UnB passar por formação continuada para voltar a atuar na língua japonesa.

Atualmente os CILs oferecem dois cursos exclusivamente aos alunos da rede pública do Distrito Federal: o curso Pleno e o Específico.

O curso Pleno está direcionado aos alunos do Ensino Fundamental e pode ter a duração de sete anos, caso o aluno ingresse no sexto ano. Este curso pode ainda ter a duração de seis anos, quando o estudante entra no curso após o sexto ano do Ensino Fundamental. O aluno que ingressa neste curso no sexto ano, passa por um período chamado de Juvenil, que está dividido em dois semestres e tem o objetivo de familiarizar o aluno com a LE estudada de maneira bem mais lúdica e interativa. No ano seguinte este estudante ingressa no período conhecido como Básico que consta de cinco semestres. Aqui o aluno se junta aos demais que entraram a partir do sétimo ano do Ensino Fundamental. Na sequência vem o período Intermediário, com quatro semestres e o Avançado com três. Como mostra a tabela 2.

Os alunos do curso Pleno semanalmente têm: duas aulas de 1h40 (uma hora e quarenta minutos) cada, totalizando 3h20 (três horas e vinte minutos) no período diurno. Já o noturno oferece apenas duas aulas de 1h20 (uma hora e vinte minutos), totalizando 2h40 (duas horas e quarenta minutos) semanais. Esta carga horária é expandida no período Avançado, passando de duas para três aulas por semana, aumentando assim para 5h (cinco horas) no diurno e para 4h (quatro horas) no noturno.

A tabela 2 apresenta os níveis de cada período e as horas destinadas a cada um deles semestralmente.

Tabela 2 – Níveis e carga horária¹² do Curso Pleno dos CILs - DF

Período	JUVENIL		BÁSICO					INTERMEDIÁRIO				AVANÇADO		
Nível	J 1	J 2	B1	B2	B3	B4	B5	I 1	I 2	I 3	I 4	A1	A2	A3
Horas diurno	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	66	100	100	100
Total diurno	132		330					264				300		
Horas noturno	—		53	53	53	53	53	53	53	53	53	80	80	80
Total noturno	—		265					212				240		

Fonte: Autoria própria

¹² Estes valores podem variar de semestre a semestre, devido a feriados, falta de professores, etc.

É possível perceber que atualmente o curso Pleno oferecido pelos CILs é bastante extenso, com aproximadamente 1026h (mil e vinte e seis horas), assim sendo o aluno que ingressa no sexto ano do Ensino Fundamental, concluirá seu curso de idiomas juntamente com o Ensino Médio da escola regular. Caso ele ingresse posteriormente nestes Centros, terá a carga horária de aproximadamente 894h (oitocentas e noventa e quatro horas). Já o curso noturno, que não oferece o Juvenil (devido à idade dos alunos neste período), disponibiliza aproximadamente 717h (setecentos e dezessete horas), ou seja, 177h (cento e setenta e sete horas) a menos que o aluno do diurno. Porém, raramente são oferecidos cursos básicos no período noturno, o que significa dizer que esta perda de carga horária do curso normalmente não é tão grande.

Já o curso Específico destinado a alunos do nível médio é um curso mais intensivo, com duração de somente três anos, divididos em seis semestres letivos. Aqui, assim como nos níveis Básicos e Intermediários, o aluno cursa semanalmente: duas aulas de 1h40 (uma hora e quarenta minutos) cada, totalizando 3h20 (três horas e vinte minutos) no período diurno. Já o noturno oferece apenas duas aulas de 1h20 (uma hora e vinte minutos), totalizando 2h40 (duas horas e quarenta minutos) semanais. Diferente do curso Pleno, o curso Específico é oferecido desde o início também no período da noite e, inclusive, há CILs que somente o oferecem neste horário, pois a idade destes alunos permite que eles frequentem a escola à noite. Além disso, o curso prevê 10% de sua carga horária para projetos semipresenciais que incluam o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação. Porém esta proposta não vem sendo efetivada nos Centros de maneira sólida.

Tabela 3 – Níveis e carga horária do Curso Específico dos CILs - DF

Curso	ESPECÍFICO					
Nível	E 1	E 2	E3	E4	E5	E6
Horas diurno	66	66	66	66	66	66
Total diurno	396 + 10% = 435,6					
Horas noturno	53	53	53	53	53	53
Total noturno	318 + 10% = 349,8					

Fonte: Autoria própria

Podemos entender que o curso Específico apresenta uma carga horária significativamente menor que o curso Pleno, compreendendo mais de 435h (quatrocentos e trinta e cinco horas) durante todo o curso diurno. No noturno estas horas caem para pouco menos de 350h (trezentos e cinquenta horas). Menos que a metade das horas oferecidas pelo curso Pleno.

É importante destacar que a língua Japonesa, começou a ser ofertada em 2011 em quatro CILs: Ceilândia, Gama, Sobradinho e Taguatinga, em regime de experimentação e somente no curso Específico. Atualmente o CIL – Gama não oferece mais a língua japonesa por falta de professor.

A estrutura dos cursos apresentados acima está sendo repensada, por intermédio do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas do DF, entenderemos melhor como funciona este núcleo no próximo tópico.

1.2.2 Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas

Os Centros Interescolares de Línguas já fazem parte da história do ensino da capital de nosso país. Foram criados poucos anos depois da inauguração de Brasília e já participaram da formação de inúmeros profissionais que hoje estão bem colocados no mercado de trabalho, com a ajuda de conhecimentos em língua estrangeira. Apesar disso, os CILs têm poucas políticas específicas que os regem. Essas escolas seguem atualmente o que está nas estratégias de matrícula apresentadas anualmente pela SEEDF, além de alguns poucos documentos que elencarei a seguir. Ainda assim, os CILs tentam trabalhar de maneira coerente entre suas instituições.

No intuito de sanar tal falta de políticas, como dito anteriormente, foi criado o Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas (doravante NCIL), órgão que está ligado à Gerência de Escolas Especiais dentro da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal – SEEDF. O núcleo é formado por ex-professores/gestores de um dos CILs, o que certamente facilita o trabalho da criação das políticas específicas, já que vivenciaram durante vários anos a realidade dessas escolas.

O NCIL vem trabalhando, desde sua criação, de maneira democrática. Realiza reuniões periódicas com comissões formadas por representantes de cada CIL que levam as demandas de cada Centro. Após apresentada uma

demanda, as ideias para saná-la são expostas pelas comissões e são levadas à SEEDF e aos CILs para obter uma melhor opção para todos os CILs. Portanto, tal núcleo tem a incumbência de mediar discussões entre a SEEDF e os CILs, a fim de chegar à criação de políticas específicas para os Centros Interescolares de Línguas.

A previsão inicial para a implementação destas políticas era 2013, porém como todo processo democrático é moroso, tal implementação foi adiada para o ano de 2015. Nos anos de 2013 alguns dos aspectos foram propostos para as mudanças dos CILs, tais aspectos foram pilotados por dois Centros (CIL – Brazlândia e CIL - Sobradinho). E em 2014 a pilotagem se expandiu para mais dois CILs (CIL – Guará e CIL – Ceilândia). Segundo o responsável pelo Núcleo tais escolas foram voluntárias para pilotarem as propostas apresentadas nas reuniões ocorridas nos anos de 2012/2013.

1.3 Justificativa

O presente estudo justifica-se tanto pela relevância social quanto pela relevância pessoal da pesquisa. No âmbito social, tal pesquisa é de grande importância tendo em vista que os Centros de Línguas atendem uma parcela significativa de alunos da rede pública de ensino do DF, possibilitando a estas pessoas (por meio do conhecimento de uma LE) vislumbrarem um futuro profissional muito mais promissor do que se não tivessem tido a oportunidade de adquirir uma LE. No que diz respeito à relevância pessoal, é essencial destacar que meus conhecimentos em língua espanhola foram construídos, primeiramente e principalmente nos Centros Interescolares de Línguas, onde surgiu a paixão pela língua apontada acima e, porque não dizer, pelas Letras e por último, mas não menos importante, pela relevância científica para a área específica da Linguística Aplicada, visto que atualmente a LA, vem se interessando cada vez mais pelas políticas de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

1.3.1 Relevância Pessoal da Pesquisa

Iniciarei este excerto expondo minha trajetória dentro dos Centros Interescolares de Línguas, tal exposição esclarece o porquê da escolha do tema pesquisado.

Ouvi falar a primeira vez da existência dos Centros Interescolares de Línguas, em 1994, quando eu tinha 13 anos. À época estudava no Centro de Ensino 01 de Sobradinho (atualmente Centro de Ensino Fundamental 01) e os professores do CILSob (CIL - Sobradinho)¹³, foram até nossa escola explicar/divulgar a proposta do Centro e oferecer vagas aos alunos que se interessassem em estudar uma das línguas estrangeiras oferecidas por esta escola (naquele ano: espanhol, francês e inglês). Ao saber da existência de uma escola de línguas gratuita, supliquei a minha mãe que me deixasse estudar inglês, ela prontamente me matriculou, mas naquele ano não tive um bom rendimento e acabei desistindo da língua inglesa.

Já no Ensino Médio, pensava que deveria aprender alguma língua estrangeira, pois, desde aquela época, entendia que saber uma LE era imprescindível para o ingresso no mercado de trabalho cada vez mais competitivo; foi quando me interessei pelo espanhol. Naquele ano (1996), o CILSob fazia sorteios de suas vagas remanescentes para alunos que não eram de escolas tributárias¹⁴ e para a comunidade, no segundo semestre de 1996 não foi necessário sorteio para o espanhol, já que o número de inscritos não ultrapassou o número de vagas ofertadas. Comecei assim meus estudos da língua hispana, no período noturno. Em 1999, ingressei na Universidade de Brasília – UnB, onde cursei Letras Espanhol (também à noite) o que me forçou a deixar o curso do CIL, no ano seguinte senti a necessidade de retornar ao Centro de Línguas, tive que seguir meu curso no CIL 1 (em Brasília), pois não havia em Sobradinho horário compatível com o da faculdade. Um ano depois tive que mudar novamente de CIL (mais problemas de choque de horários),

¹³ 1994 foi o ano de inauguração do CIL de Sobradinho, por isso os professores foram às escolas para divulgação da escola de línguas.

¹⁴ Escolas conveniadas aos CILs que enviavam seus alunos para estudar o componente curricular LEM exclusivamente no CIL, tendo o Centro que enviar a nota do aluno à secretaria desta escola. Caso o aluno reprovasse no CIL, também era reprovado na escola de origem. Atualmente os CILs não atendem a escolas tributárias, mas a alunos de toda a rede pública de ensino do DF que se inscrevem para conseguir uma vaga.

terminando meu curso no Guará (CILG) em 2002, no mesmo ano me licenciiei em Letras Espanhol.

Profissionalmente, comecei a dar aulas na Secretaria de Estado e Educa do Distrito Federal – SEEDF como contrato temporário no CIL Taguatinga (CILT) em 2003, e em 2004 no CIL Gama. Em 2005, assumi o concurso como professora efetiva da SEEDF, e ingressei no CILG (Guará), escola onde havia concluído o curso de espanhol. Em 2007 retornei ao CIL Gama e, no binio 2010-2011 fui coordenadora do curso de espanhol desta escola, deixando o cargo para ingressar meus estudos em Linguística Aplicada na UnB em 2012.

Fazendo as contas, conheço cinco CILs: CILSob, CIL 1, CILG, CILT e CIL Gama; como aluna, professora e coordenadora, dos oito Centros existentes no DF, participei e participo de grande parte da história dessas instituies, e não poderia ficar inerte  tamanha transformao que estão vivendo esses Centros, que fizeram e sempre farão parte da minha formao e, por que não dizer, da minha história.

Durante todo este tempo em que estudei e trabalhei nos CILs sempre houve uma inquietao por parte da comunidade escolar, porque entrava governo e saia governo e sempre havia o risco de que os CILs fechassem. Pois, na educao, a prioridade dos governos sempre  o ensino básico regular. Hoje, percebo que a grande dificuldade pela qual os CILs sempre passaram, foi a falta de políticas que regessem o trabalho dessas instituies, tão importantes na educao pública do DF.

O que ocorria, na verdade, era que cada governo que assumia o Distrito Federal desconhecia a existência dos Centros Interescolares de Línguas, ou seja, a cada mudança de governo era preciso esclarecer qual a importância dessas escolas para a Educao no DF e justificar o seu funcionamento.  importante ressaltar que com a criao do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas, essa situao não ocorrerá novamente, visto que serão criadas políticas para legitimar o trabalho desenvolvido pelos CILs.

1.3.2 Relevância Social e Científica da Pesquisa

Como já mencionado, os Centros Interescolares de Línguas fazem parte da formação em língua estrangeira de uma parcela significativa da população que não tem acesso a este tipo de conhecimento em instituições privadas. Atualmente os CIL atendem a aproximadamente 30.000 estudantes da rede pública de ensino. Muitos de seus alunos ingressam na universidade e boa parte dos professores que atuam nos CILs, foram outrora alunos dessas escolas. No CIL – Gama, de 14 professores de espanhol entrevistados, 11 foram alunos de um dos CILs na língua em que atuam, os demais não iniciaram seus conhecimentos em língua espanhola na capital federal¹⁵.

Partindo deste contexto, percebemos que se trata de uma instituição de grande relevância no que diz respeito ao ensino-aprendizagem de LE no Distrito Federal, atuando, inclusive, no primeiro contato de muitos futuros professores de língua estrangeira com essa LE antes desconhecida.

Estudos empíricos nos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal, como é o caso desta pesquisa, contribuirão significativamente para a Linguística Aplicada, pois estes Centros apresentam um vasto potencial de pesquisa, levando-se em conta que seu público tem um número expressivo de alunos oriundos da rede pública de ensino. Entender e apresentar a organização político/pedagógica dos CILs e seus desdobramentos possibilita à pesquisadores, professores e governantes conhecerem melhor em que perspectiva essa grande instituição trabalha, além de servir como modelo para outros estados da federação que queiram investir em centros de ensino de línguas públicos.

Foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGLA) da Universidade de Brasília desde 2004 um total de quinze dissertações¹⁶ de mestrado que tomavam os Centros Interescolares de Línguas como *lócus* de pesquisa, temas como:

- ✓ formação continuada de professores;
- ✓ tradução;
- ✓ avaliação;

¹⁵ Pesquisa realizada no CIL Gama, por mim, em outubro de 2013.

¹⁶ Pesquisa feita através do site www.pgla.unb.br por meio de análise dos resumos das dissertações, em 11 de dezembro de 2012, e atualizada em 02 de janeiro de 2014.

- ✓ inclusão;
- ✓ fraseologia;
- ✓ crenças;
- ✓ interação;
- ✓ competências;
- ✓ afetividade;
- ✓ aquisição de LE, etc.

fazem parte dos trabalhos realizados anteriormente pelos colegas do PPGLA - UnB. Porém nenhuma destas pesquisas traz o CIL como objeto de pesquisa. Ou seja, temos ainda muito o que pesquisar para entendermos cada vez mais acerca do funcionamento e história, além das políticas dos CILs que, repito, é de grande importância na formação complementar do estudante do Distrito Federal.

Portanto o objetivo deste estudo é observar quais políticas regem os CILs, por meio de análise das legislações vigentes. Bem como entender que tipo de mudanças serão propostas pelo NCIL e suas comissões, além de observar e analisar de que maneira se dará a (re)construção das políticas para os Centros Interescolares de Línguas.

Além do exposto, trata-se ainda do acompanhamento do planejamento ou (re)planejamento de um curso de línguas de escolas públicas do Distrito Federal, Almeida Filho (no prelo) vê

o planejamento de cursos de língua como uma tarefa possível de ser convertida em projeto de pesquisa dentro da Linguística Aplicada na sua acepção de ciência aplicada preocupada com o estudo de questões de uso social (neste caso, o ensino/aprendizagem) de linguagem detectadas na prática.

Nicolaides e Tílio (2013) afirmam que a política linguística não é um tema novo dentro da Linguística Aplicada (LA), porém

parece-nos que a classe de linguistas aplicados ainda trata o assunto de forma bastante tímida, muitas vezes não dando o espaço devido para a sua ampliação no que tange a novos fóruns de discussão e para a própria pesquisa na área. (2013. p. 285)

Os mesmos autores (2013) consideram também papel do linguista aplicado o “fazer política”, interessar-se por essas temáticas. É nesse sentido que pretendo contribuir para esta vertente da LA, tratando de políticas linguísticas, mais especificamente no que tange ao ensino de línguas estrangeiras, o que entendo ser de grande importância para a área científica. Colaborando ainda com a (re)construção das políticas para os Centros Interescolares de Línguas, como pesquisadora e membro da instituição em questão.

1.4 Objetivos e Perguntas de Pesquisa

Após o exposto na seção anterior, apresento neste excerto os objetivos gerais e específicos a serem pesquisados nesta dissertação.

Desta forma o presente estudo tem como principal objetivo entender como se deu a construção/criação dos Centros Interescolares de Línguas e quais políticas públicas educacionais eram ou são direcionadas a essas instituições, e acompanhar a (re)construção das políticas públicas direcionadas aos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal.

Como objetivos específicos o estudo pretende ainda conhecer e relatar como são as estruturas físicas dos CILs, apresentar um histórico de políticas que por ventura abrangessem as escolas em questão, entender ainda de que maneira se deu a (re)construção das políticas para os CILs, bem como apresentar que tipos de mudanças foram propostas e se estas atendem às necessidades de todos os Centros Interescolares de Línguas.

Para alcançar os objetivos traçados acima meu olhar incidirá sobre os documentos oficiais dessas instituições de ensino (tais como os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP dos CILs, estratégias de matrícula, Propostas pedagógicas, etc.), documentos que regem a educação brasileira (LDB, PCN, PCNEM, OCEM, etc.), além de um olhar detalhado sobre os trabalhos que vêm sendo realizados pelo Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas – NCIL, que está (re)construindo as políticas para os CILs.

A partir dos objetivos apresentados anteriormente, proponho responder a três grandes, das quais a primeira contém uma subpergunta:

1. **Como foram criados os oito Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal?**
 - 1.1 Como estão estruturadas as sedes destes Centros de Línguas?
2. **Quais políticas públicas, educacionais ou linguísticas regeram estas instituições desde sua criação?**
3. **De que maneira estão sendo (re)construídas as políticas públicas para os CILs do DF pelo NCIL e suas comissões?**

Para tanto precisamos entender a relação do Estado com as Políticas Públicas que são direcionadas à Sociedade Civil, e o que elas representam, para só então chegar às Políticas Educacionais e Linguísticas. E, partindo deste construto, balizar esforços em compreender melhor os objetivos e as delimitações de políticas educacionais direcionadas ao Ensino de Língua para enfim seguir para uma situação mais específica, chegando assim ao nosso *locus* de pesquisa, ou seja, os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal.

1.5 Organização da Pesquisa

Esta estudo traz em seu título o termo (re)construindo políticas, fazendo alusão ao trabalho desenvolvido o Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas (NCIL) do DF, este Núcleo, tem como principal objetivo a criação/construção de diretrizes específicas para o funcionamento destas escolas públicas de línguas e melhoramento dos documentos já existentes, visto que tal instituição, até então, tinha que se adaptar às leis e aos documentos direcionados às escolas de ensino regular, o que nem sempre era possível. Com isso o trabalho ocorria com alguns entraves.

Seguindo a temática apresentada no título, apresento nesta dissertação cinco capítulos. O primeiro trata-se da introdução, com o título “Demarcando Terreno”, tem como finalidade explicitar o tema da pesquisa, sua contextualização, os objetivos e, finalmente as perguntas que nortearão o desenvolvimento deste trabalho.

Já o segundo capítulo, intitulado “Alicerce”, apresento o referencial teórico que fundamentará as discussões sobre os construtos que considero de suma importância para o entendimento do objeto de pesquisa. Acrescento

ainda a este capítulo a análise documental. Nele aparecem os seguintes temas, políticas públicas; políticas educacionais; políticas linguísticas; políticas linguísticas educacionais, expandindo para os Centros Interescolares de Línguas, entendendo um pouco da história, funcionamento e documentos que o regem. Em seguida, dedico uma seção ao NCIL, explanando sua importância histórica e de atuação. Finalmente trato de temas de suma relevância, planejamento de curso e currículo, temas que estão sendo tratados na (re)construção das políticas dos CILs.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia escolhida para esta pesquisa, por isso tal capítulo foi chamado de “Mãos à Obra”. Este momento foi dedicado às discussões da natureza da pesquisa e dos instrumentos, além de apresentar o contexto da pesquisa.

O quarto capítulo foi intitulado de “Erguendo Pilares” e tem como objetivos analisar dados, considerando as leis que atualmente regem o ensino de línguas estrangeiras no Brasil e no Distrito Federal, observar qual foi o processo de (re)construção das novas políticas criadas pelo NCIL, juntamente com suas comissões e explicar alguns aspectos (propostos pelo NCIL) já pilotados em dois CILs.

O último capítulo traz o título de “Em Obras” e destaca em que fase da (re)construção está neste momento o NCIL e suas comissões, analisa os próximos passos a serem realizados e faz as últimas considerações da pesquisa em questão, apresentando, ainda, os resultados obtidos, as limitações no decorrer do estudo, além das contribuições para futuras pesquisas.

1.6 Retomando o Capítulo

Nesta seção faço uma retomada dos aspectos mais importantes apresentados no capítulo introdutório desta pesquisa.

Intitulado “Demarcando o terreno”, no capítulo introdutório, fiz uma explanação territorial, demonstrando quais são os principais envolvidos com a pesquisa, o cenário de ensino de línguas na rede pública de ensino do Distrito Federal, além de apresentar a relevância deste estudo para a Linguística Aplicada, levando-se em conta que pouco se tem pesquisado sobre políticas de

ensino de línguas ou políticas linguísticas educacionais (termos que entenderemos melhor a seguir).

Apresento, ainda, elementos introdutórios relacionados a Políticas Linguísticas e Educacionais com relação ao ensino de línguas no DF, bem como o contexto de pesquisa, os Centros Interescolares de Línguas e o Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas, estes últimos (re)construirão políticas/diretrizes que regerão o trabalho dos primeiros daqui para frente.

CAPÍTULO II

ALICERCE

Figura 5 – Construção de conhecimento



Fonte: Internet.

*“Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades
para a sua própria produção
ou a sua construção”.*
(Paulo Freire, 1996)

2.1 Introdução

Este capítulo apresentará uma explanação dos construtos que considero essenciais para o entendimento da pesquisa aqui realizada, propiciando o “alicerce” necessário para o prosseguimento deste estudo.

Partirei das políticas públicas, seguirei pelas políticas educacionais, continuando com as políticas linguísticas, chegando até as políticas linguísticas educacionais, estas são direcionadas ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. Partindo deste construto iniciarei uma explanação das políticas vigentes, atualmente em território brasileiro, que regem o ensino de línguas no país e em que estas podem contribuir para a instituição pesquisada. Entrarei ainda no meu objeto de pesquisa: os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal e traçarei um histórico das poucas políticas que conduziram e conduzem o trabalho dessas escolas de línguas.

Juntamente com a explanação dos construtos teóricos e apresentação de políticas educacionais e linguísticas, iniciarei a análise documental proposta nesta pesquisa.

2.2 Políticas Públicas e Sociais

Evangelista et al. (2002) destacam o conceito de política, tratando tal termo como múltiplo em significado, porém destacam o vocábulo como o campo dedicado ao estudo da esfera de atividades humanas articulada a coisas do Estado. E ainda acrescentam que:

O conceito de política encadeou-se, assim, ao do poder do Estado – ou sociedade política – em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social definido e ao exercício do domínio exclusivo sobre o território e da defesa de suas fronteiras. (EVANGELISTA et al., 2002, p. 7)

Portanto, diante da visão das autoras, a política está estreitamente ligada às ações do Estado que deve: atuar, proibir, planejar, legislar dentro de suas fronteiras e para a defesa destas.

Podemos acrescentar ainda que as políticas públicas podem ser entendidas como a arte ou a ciência da organização e da administração do Estado, tratando também de negócios internos e externos. Essas políticas permeiam vários âmbitos: econômicos, sociais, educacionais, etc.

As Políticas Sociais, como seu nome destaca, visam solucionar problemas sociais. Podemos dizer que elas também pretendem redistribuir os bens sociais, buscando a diminuição das desigualdades socioeconômicas (Höfling 2001, p. 31).

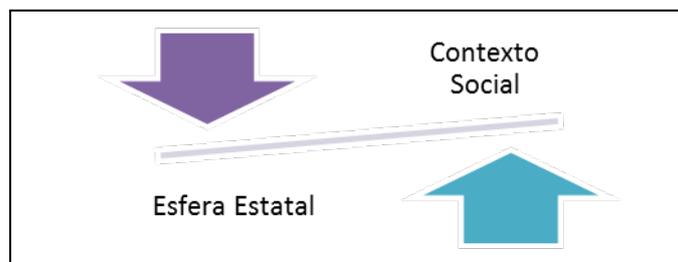
Num Estado capitalista, as políticas sociais são de suma importância para a manutenção do mercado. A mesma autora destaca o pensamento de Marx dizendo que este afirma que “as ações estatais são voltadas para garantir a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo.” (HÖFLING, 2001, p. 32). Ou seja, essas políticas não vêm apenas para beneficiar a sociedade como um todo, mas pretendem, na realidade, manter as condições ideais para o acúmulo de capital. Já no que diz respeito às Políticas Públicas, Höfling (2001) as define como o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Boneti (2006) também esclarece sua posição sobre a definição do termo:

[..] políticas públicas (são) as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por Políticas Públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações de sociedade civil. [...] o Estado se apresenta, diante das políticas públicas, como um agente de organização e de institucionalização [...] de decisões originadas do debate público entre os diversos agentes [...] a partir de demandas [...] ou interesses restritos. (p. 17-18)

Após analisar a ideia apresentada por Boneti (2006) é possível ilustrar tal conceito com a figura 6, ou seja, as políticas públicas vêm das necessidades apresentadas pelo contexto social, mas precisam passar pelo crivo da esfera estatal, onde estão as instituições do Estado e os agentes formuladores e implementadores das leis, porém devem retornar aos seus beneficiários, mais precisamente, à sociedade civil.

Figura 6 – Caminhos das Políticas Públicas



Fonte: Autoria própria

Evangelista et al. (2002), destacam ainda, o tema das lutas, pressões e conflitos que permeiam as questões das políticas públicas. Destacando assim, que tais políticas não são estáticas, nem vêm de iniciativas abstratas.

Portanto, a educação, ou as políticas educacionais podem ser entendidas como política pública social de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos (HÖFLING, 2001, p. 32). Ainda na mesma perspectiva a autora acrescenta que:

O Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tal políticas e programa sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo. (HÖFLING, 2001, p. 33)

É aí que entra a importância da educação como política pública, para a manutenção e qualificação da mão-de-obra, além da inserção no mercado de trabalho. Não significa que isso seja ruim para a sociedade, se o indivíduo tem acesso à educação (e de qualidade) provavelmente terá maiores oportunidades de emprego e até assensão social.

Neste contexto, portanto, aprofundaremos no próximo tópico o tema das políticas educacionais e logo às políticas educacionais referentes ao ensino aprendizagem de LE.

2.3 Políticas Educacionais

Coincido com Oliveira 2010 quando o autor afirma que políticas educacionais são aquelas que se referem às decisões governamentais no que tange o ambiente escolar enquanto locus de ensino-aprendizagem. Oliveira pontua as seguintes questões: construção do prédio, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc. como parte das políticas educacionais. Ainda segundo o autor o deixar de fazer política, seja ela educacional ou não, também configura uma política.

Como apresentado na seção anterior as políticas educacionais podem ser consideradas políticas públicas e sociais. Públicas porque são reivindicadas pela sociedade civil e voltadas para este mesmo grupo e sociais, pois através da educação torna-se possível minimizar a diferença socioeconômica das classes sociais.

Evangelista et al. (2002) apresentam um panorama histórico das políticas educacionais brasileiras, porém pretendo me focalizar, em algumas afirmativas mais gerais no que diz respeito à temática tratada. As autoras destacam o que para elas representa a educação ao longo do tempo, a saber:

Ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/inovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e à reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus *loci* privilegiados. (EVANGELISTA et al. 2002, p. 9)

No que tange às políticas educacionais, as autoras afirmam que por meio delas a educação vem sendo moldada, para adquirir um alcance nacional, coeso, com o objetivo de criar uma “nação forte”, e ainda formando os indivíduos para o mercado de trabalho, principalmente porque, como já citado, vivemos em um Estado Capitalista e a manutenção do capital é inerente a ele, e, para consegui-lo, é imprescindível a formação de mão-de-obra qualificada.

As várias políticas educacionais implementadas foram pensadas de modo a promover reformas de ensino em caráter nacional, de longo alcance, homogêneas, coesas, ambiciosas em alicerçar projetos para uma “nação forte”. Tratava-se também de preparar e formar a população para se integrar às relações sociais existentes, especificamente às demandas de trabalho, uma população a ser submetida aos interesses do capital que consolidaram-se e foram apresentadas como importante instrumento de persuasão (grifo do autor) (EVANGELISTA et al. 2002, p. 12-13)

Voltando à “nação forte” destacada pelas autoras, sabemos que, para um Estado chegar a esse patamar, é necessário que ele promova de maneira significativa uma educação de qualidade para a sua população, alcançando também um nível de qualificação ideal para as demandas de mercado, ademais é de suma importância o conhecimento de línguas estrangeiras por parte dos trabalhadores especializados. Weber também acredita que “a educação é um elemento importante por favorecer o êxito do indivíduo na seleção social” (Gonzalez, 2002, p. 13) e certamente o conhecimento de uma LE aumenta essas chances no chamado por ele de darwinismo social. Porém para que tal feito aconteça, é preciso que este tema esteja presente nas políticas educacionais. Trataremos mais adiante a questão do ensino de LE nas políticas públicas.

2.4 Políticas Linguísticas

A Política Linguística trata de assuntos referentes à relação do Estado e da linguagem. Tomando como base esta afirmativa, podemos levar em conta assuntos que envolvem uma língua com relação ao status dado à ela em um determinado país ou região. Um exemplo relativo à política linguística no Brasil é o fato da língua portuguesa se impor sobre as demais, já que crescemos aprendendo que o Brasil é um país monolíngue e nos são omitidas as línguas faladas até os dias de hoje em inúmeras tribos indígenas em território nacional e o que dizer da Língua Brasileira de Sinais (Libras)? A Libras é defendida por muitos, mas muitas vezes questionadas por outros que defendem que o surdo deve ser oralizado para que possa ser inserido ou incluído na sociedade em que vive. Ora, a Libras é uma das línguas oficiais do Brasil e deve ser respeitada como tal e ensinada amplamente, para que, dessa forma, cheguemos a uma real inclusão do surdo em nossa sociedade.

Rajagopalan (2013) destaca ainda que tratar de política linguística é tratar de um campo muito mais distante da linguística do que seu nome parece propor, acrescenta que o simples fato de alguém ser linguista (ou linguista aplicado) não o habilita a opinar sobre políticas linguísticas mais ou menos que um cidadão comum. Afirma ainda que

A política linguística é muito mais uma arte. Se a política em seu sentido geral pode ser caracterizada como a arte de conduzir a governança ou a administração de assuntos públicos de um estado, a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores. (RAJAGOPALAN, 2013, p.21)

Como direciona o autor, pensemos em políticas linguísticas como a “arte de conduzir ações concretas em torno de línguas específicas”, porém, infelizmente, quando se trata de fazer política no Brasil, nem sempre o ‘concreto’ anda junto às intenções investidas naquela política. Há criações de ótimas políticas em nosso país, mas nem sempre estas vêm junto a um planejamento estratégico para que possam passar ao ‘concreto’. Como é o

caso da Lei nº 11.161 de 2005, que dispunha sobre o oferecimento da língua espanhola em todas as escolas de nível médio no Brasil a partir de 2010. Inúmeras pesquisas vêm sendo realizadas na Linguística Aplicada, estas destacam principalmente os problemas que vêm enfrentando os estados na implementação da lei desde 2010. Em Brasília, desde 2005, alguns cursos de licenciatura em língua espanhola fecharam e a Universidade de Brasília não ampliou suas vagas para atender à demanda que surgiria cinco anos depois da criação da lei, o que gerou grandes problemas para a Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. Naquele ano, uma das soluções foi o remanejamento de professores de língua portuguesa, que possuíam dupla-habilitação (Letras Português e Espanhol), para lecionarem língua espanhola, o que gerou insegurança por parte destes docentes¹⁷.

Castilho (2010) menciona que o tema “política linguística” tem sido frequente nas universidades brasileiras com destaque para os seguintes assuntos:

1. a língua oficial do Estado e sua gestão;
2. gestão das comunidades bilíngues e plurilíngues;
3. gestão das minorias linguísticas;
4. o Estado e o ensino da Língua Portuguesa como língua materna;
5. atuação das universidades brasileiras nas questões de pesquisa e ensino da Língua Portuguesa;
6. o Estado e o ensino das línguas estrangeiras.

O tema que aqui pretendo explicar é o último, o “Estado e o ensino das línguas estrangeiras”, fazendo o seguinte questionamento: como o Estado entende o ensino de línguas e quais as leis e políticas direcionadas a este fim? Onde os Centros Interescolares de Línguas se encaixam dentro dessas políticas? Etc.

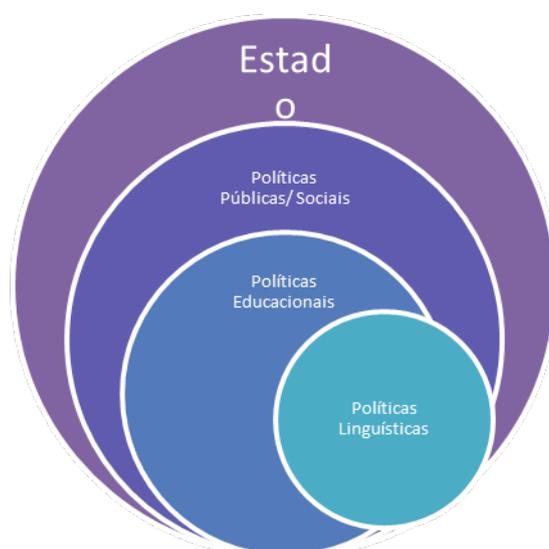
Rojo (2013) destaca ainda que o linguista aplicado deve participar das políticas públicas e do planejamento e execução de políticas públicas, “pesquisando seus efeitos e resultados, para corrigir rumos da ação política”. É

¹⁷ Em 2010, atuava como Coordenadora de Espanhol no CIL-Gama, fui procurada por inúmeros professores que atuaram desde o início de suas carreiras (15, 20 anos atrás) somente em língua portuguesa, e que haviam sido remanejados para ministrar aulas de espanhol. Além da falta de experiência e da insegurança por parte desses professores, eles não dispunham de qualquer material didático nas escolas para apoiar o planejamento de suas aulas e a Língua Espanhola só entrou no PNLD em 2012, o que dificultava muito o trabalho destes docentes.

possível afirmar que há, na elaboração das novas diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas, uma efetiva participação de linguistas aplicados que compõem o NCIL e os CILs. A segunda parte proposta pela autora infelizmente não poderá ser o teor desta pesquisa, visto que as políticas para os CILs ainda estão em fase de elaboração, ou (re)construção, apesar de haver sido a ideia inicial do projeto de pesquisa, visto que a previsão para a implementação das novas diretrizes dos CILs seria o ano letivo de 2013, assim haveria tempo para análise, ao menos do primeiro semestre desse ano, o que não foi possível devido a morosidade do processo democrático adotado pelo NCIL. Porém, esta seria uma excelente temática para próximas pesquisas e como completa Rojo (2013) agregaria pesquisa e participação efetiva do linguista aplicado às políticas públicas.

Após a análise da definição dos termos: políticas públicas/sociais, políticas educacionais e políticas linguísticas, é possível colocá-las hierarquicamente na seguinte na figura 7.

Figura 7 – Hierarquia de Estado/ Políticas.



Fonte: Autoria própria

Conforme se observa na figura 7, vemos o Estado em primeiro lugar como o que realiza as políticas públicas e/ou sociais, dentro delas estão as políticas educacionais. Já as políticas linguísticas podem estar ou não incluídas nas políticas educacionais, por isso as apresento de maneira mais deslocada na figura.

2.4.1 Políticas Linguísticas Educacionais

Políticas linguísticas educacionais são aquelas que contemplam o ensino de línguas, conforme afirma Ribeiro da Silva (2011)

A política linguística educacional diz respeito às decisões políticas que, direta ou indiretamente, envolvem e afetam questões linguísticas. Geralmente, trata-se de normatizações impostas por autoridades centrais, tais como agências governamentais, parlamentos, ministérios de educação, e autoridades regionais ou locais envolvidas com a educação e a instituição escolar. (p. 54)

Conforme destaca o autor, a política linguística educacional é aquela que rege questões linguísticas, acrescento a sua definição que essas “normalizações impostas” afetam diretamente o ensino/aprendizagem de línguas, sejam elas estrangeiras ou não.

Aqui tratarei exclusivamente de políticas referentes ao ensino de línguas estrangeiras. Para tanto nesta seção, farei uma breve explanação de algumas dessas políticas em vigor e sua relevância para os Centros Interescolares de Línguas, aqui pesquisados.

O Brasil conta com inúmeras políticas públicas no âmbito educacional, uma das mais importantes é a Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que se define como um instrumento de melhoria da qualidade de ensino no Brasil, devendo estar ao alcance de todos para conhecimento, reflexão e oferta (BRASIL, 1996, p. 7). A LDB apresenta apenas três contribuições ao ensino de línguas estrangeiras (LE):

- I. em seu Capítulo II, da Educação Básica, seção I, o artigo 24, inciso IV:

poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares; (BRASIL, 1996, p. 18);

- II. no mesmo Capítulo, no artigo 26, parágrafo § 5º

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série¹⁸, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (BRASIL, 1996, p. 19)

- III. E por último, no Capítulo IV, do Ensino Médio, Artigo 36, inciso III “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição” (BRASIL, 1996, p. 23)¹⁹.

Apesar de pouco citada pela LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio (doravante PCNEM) de LE iniciam seu texto destacando que os “Conhecimentos de Língua Estrangeira Moderna” voltaram a ter sua devida importância na LDB, pois o ensino de LE foi tratado como qualquer outra disciplina (BRASIL, 1998), o que antes não ocorria.

Entretanto, pensando nos três excertos acima destacados da LDB, vemos que os CILs, respeitam tal lei e funcionam como ela determina. Essas escolas contemplam os artigos 24 e 26, pois recebem alunos a partir do sexto ano do ensino fundamental (antiga quinta série) e os organizam em níveis, conforme o conhecimento apresentado pelo aluno, independente de série/ano em sua escola de origem.

Os alunos que ingressam nos Centros Interescolares de Línguas desde o ensino fundamental, ao entrar no intermediário (mais ou menos três anos de curso), podem concorrer a uma vaga para cursar outra LE, coincidindo assim com seu ingresso no ensino médio. Ou seja, deste modo, os CILs também atendem aos alunos de ensino médio, ofertando-lhes uma segunda língua estrangeira²⁰.

Outras políticas nacionais também tratam muito rapidamente a questão do ensino de línguas, e em alguns casos tal disciplina nem é contemplada. Como é o caso do Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE), ainda não

¹⁸ Atualmente sexto ano.

¹⁹ A lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, determinou que o ensino da língua espanhola seria optativo para o aluno do ensino médio a partir do ano de 2010, porém é obrigatório o oferecimento de tal LEM pela escola (Brasil, 2005).

²⁰ Esta segunda língua estrangeira ocorre em um curso de menor duração, apenas três anos, chama Específico. Conforme explicado no capítulo I.

sancionado, que apresenta metas para a educação brasileira no decorrer dos dez anos vigentes, tais como: alfabetização na idade certa; aumento do atendimento no Ensino Médio e Superior; melhoria da qualidade da educação por meio dos índices apontados por exames oficiais; melhoria da carreira docente; aumento de recursos oriundos do PIB²¹ pra Educação; entre outros. O PNE não prevê a ampliação da oferta de línguas estrangeiras nas redes públicas de ensino ou, até mesmo a melhoria da qualidade da oferta das LEs que já são oferecidas. Porém, é preciso destacar de maneira positiva, que a política prevê educação bilíngue a surdos (com língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – Libras), neste caso, não se trata de ensino de LE, já que Libras é uma língua nacional e natural do deficiente auditivo, porém no que diz respeito ao ensino de línguas, essa iniciativa é relevante. É importante ressaltar que a morosidade na aprovação do PNE 2011-2020 impede a articulação política para a implementação das propostas do Plano nos estados e municípios brasileiros.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), assim como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM (BRASIL, 2006), dedicam um capítulo da parte de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias ao ensino de LE. Notamos ainda tal avanço no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD (2011/2013), que, como as políticas acima citadas, também contempla a língua estrangeira. É importante frisar que as OCEM trazem inclusive um capítulo dedicado especificamente à língua espanhola, já que essa língua passaram a ser de oferecimento obrigatório no Ensino Médio a partir de 2010, conforme lei nº 11.161/2005. O PNLD também traz em seus cadernos de língua estrangeira sessões dedicadas à língua espanhola e à língua inglesa para os anos finais do ensino fundamental e para o nível médio. Vale lembrar que a língua inglesa não possui nenhuma política oficial que a inclua no currículo regular da educação básica, porém, como afirma Ribeiro da Silva (2011) a inserção desta língua em políticas como PNLD e o aparecimento dela em provas oficiais como vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM deixam claro que há uma política implícita ligada à língua inglesa.

²¹ O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, neste caso trata-se do PIB nacional.

Na verdade, o que se pode observar é que atualmente vemos um esforço por parte das autoridades competentes em educação em delimitar o objetivo do ensino de LE nas escolas além de estabelecer a obrigatoriedade de sua oferta. Porém é de suma importância um empenho maior dessas autoridades, para que o aluno alcance, ainda no ensino básico um conhecimento satisfatório de língua estrangeira. Para isso, é necessário um olhar mais atento a questões como, capacitação de professores e solução dos problemas apontados nos próprios PCNEM para LE (BRASIL, 2000), tais como:

- carga horária insuficiente;
- carência de professores qualificados;
- aulas desmotivadoras;
- supervalorização do inglês e, conseqüente desinteresse em outras línguas;
- escassez de materiais, etc.

O documento também apresenta a experiência de dois Estados (São Paulo e Paraná) que oferecem, desde os anos 1990, o ensino de LE em centros de estudos de línguas estrangeiras, além do ensino na escola. Nesses centros o foco é na comunicação, destaca ainda que centros deste tipo poderiam ser uma alternativa ao ensino de línguas apresentado somente na escola e com carga horária muito reduzida. Aponta também que é um erro tentar ensinar LE por meio da gramática normativa da língua alvo, e reafirma que o aluno deve atingir uma competência comunicativa, para isso deve: distinguir variantes; usar registros adequados a cada situação; compreender expressões na LE; compreender a identidade de quem está falando por meio dos enunciados que esta produz; ter coerência e coesão no uso da LE; usar estratégias para compensar falhas de comunicação. (BRASIL, 1998).

Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal apresentam formato semelhante aos centros de línguas apontados pelo PCNEM para LE (2000), porém os CILs foram criados anteriormente, a partir da década de 1970. Essa instituição tem suprido as dificuldades apresentadas pelo mesmo documento, como apresento na próxima seção.

2.5 Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal e a necessidade de políticas para seu funcionamento

Como dito o Distrito Federal também conta com centros de línguas como os exemplificados pelos PCNEM para LE na seção anterior, estes são chamados de Centros Interescolares de Línguas – CIL, a capital federal tem oito Centros espalhados em sete regiões administrativas do DF. O primeiro CIL já está em funcionamento há quase 40 anos, e o mais recente dos Centros já tem mais de 15 anos. Os problemas destacados anteriormente, pelo próprio PCNEM, têm sido sanados com sucesso pelos CILs no DF. Segundo Sant’Ana (2009), essas escolas funcionam em regime de intercomplementaridade com outras escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, ou seja, os alunos da rede pública de ensino têm acesso a aulas de Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Japonês (no horário contrário de suas aulas) com aproximadamente três horas semanais de aulas e curso ministrado na língua alvo, em regime semestral e pode ter de três a sete anos de duração, o aluno pode ingressar a partir do sexto ano do ensino fundamental.

Apesar de nem todos os CIL contarem com sedes próprias, estando sediados em salas emprestadas por outras escolas da rede pública de ensino, os Centros Interescolares de Línguas oferecem uma boa estrutura para receber seus alunos: salas equipadas com TV, DVD, aparelhos de som, muitas já com data show; as escolas contam com bibliotecas ou salas de leitura com livros e periódicos nas línguas estrangeiras trabalhadas, inclusive, algumas unidades já possuem lousa eletrônica, etc., além disso muitos dos CILs possuem sala de recurso para atendimento a alunos com deficiência e/ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Os professores de LE são especializados e passam por concursos e provas específicas para lecionar nestes estabelecimentos. Ademais, as escolas, em seus projetos políticos pedagógicos (PPP) privilegiam o ensino comunicativo da língua objeto.

Sant’Ana (2009) destaca ainda que

No campo social, os CILs ainda representam para os moradores de cidades satélites²² uma grande oportunidade de ascensão social. Ao dominarem uma língua estrangeira, os alunos ganham um instrumento poderoso para se colocarem no mercado de trabalho ou conseguirem melhorar sua condição profissional em empregos públicos ou privados. Mas mais importante do que isso, nos CILs, levanta-se a possibilidade cada vez mais próxima de uma formação mais integral do aluno como cidadão por meio do ensino de linguagem (p. 13).

Partindo dessa perspectiva, percebemos que foi significativamente tardio o interesse do Governo do Distrito Federal (doravante GDF) em criar políticas públicas educacionais específicas para essas instituições, já que as demais políticas do setor pouco se encaixavam ao perfil dos CILs. Somente em 2012, o GDF criou o Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas (NCIL), com o objetivo de estabelecer novas diretrizes para os CILs, o trabalho do NCIL tem sido desenvolvido de maneira bastante democrática, ao contrário da maioria das políticas educacionais vigentes no país, e com a participação de professores, coordenadores, supervisores e gestores dos oito CILs na elaboração dessas políticas. Em seu *blog*, o NCIL justifica a necessidade do Núcleo e seu objetivo, a saber:

Porém, se por um lado a história destas instituições mostrou-se rica e bela pela maneira como se desenvolveu, o fato de não terem surgido de políticas públicas voltadas à melhoria do ensino de LEM deixou essas escolas à mercê de arcabouços regimentais muitas vezes não aplicáveis a escolas que fogem do padrão técnico-operacional da maioria das instituições públicas de ensino. A forçada adaptação a parâmetros administrativos das escolas regulares causou entraves, distorções e instabilidade na consecução do trabalho administrativo-pedagógico dos CIL, algo que desestimula e muitas vezes emperra a evolução do serviço por eles prestados.

Passados tantos anos desde a criação do primeiro Centro de Línguas, hoje temos finalmente um Núcleo (Núcleo dos Centros de Línguas - NCIL ou NUCELIN) dentro da Gerência de Escolas de Natureza Especial (GENESP) que vem concentrando esforços no sentido de oferecer meios para que essas tão almejadas políticas públicas sejam construídas, com a participação do maior número possível de agentes que queiram envolver-se com um processo inédito na história dos CIL, o qual parte do nível central, mas com a clara perspectiva de que somente com a colaboração daqueles que efetivamente estão envolvidos com o trabalho nessas escolas é que se conseguirão desenvolver políticas que realmente atendam às necessidades de todos os atores que têm provado, por meio de um trabalho competente e qualificado, que é possível oferecer um ensino

²² Hoje conhecidas como Regiões Administrativas.

público de línguas de qualidade (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2012).

Esta pesquisa pretende acompanhar de perto os passos deste ‘processo inédito na história dos CIL’, que certamente será um divisor de águas nessas instituições, entender quais mudanças o Núcleo, juntamente com suas comissões, pretendem estabelecer nos Centros e até que ponto tais mudanças são interessantes ou não à comunidade escolar.

Em sua história, que não é recente, dada a idade da capital brasileira, os Centros Interescolares de Línguas tiveram poucos documentos que regessem seu funcionamento. Todos os CILs tem os seus Projetos Políticos Pedagógicos, porém só consegui um deles (CIL-Gama), devido à dificuldade de contato com gestores das demais escolas. Durante a pesquisa, consegui ainda, com o diretor do NCIL, alguns dos documentos que segundo ele, tem valor apenas histórico, não regendo mais o funcionamento dessas escolas, como é o caso dos três primeiros apresentados abaixo. Cronologicamente os registros documentais que temos são somente:

- Relatório de Atividades do Centro de Línguas (1976)²³: relatório apresentado pelo único Centro Interscolar de Línguas existente a época, sobre o seu primeiro ano de funcionamento, relatando suas atividades, ações exercidas, resultados alcançados, além de normas de funcionamento, dificuldades enfrentadas e possíveis soluções.
- Orientação Pedagógica nº 03 para os Centros Interescolares de Línguas e Setoriais de Línguas²⁴ - SELs (1994) da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), atual Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF): excerto das Orientações Pedagógicas da Educação Básica, destinado aos CILs e SELs, destaca o funcionamento, estrutura administrativa, etc.

²³ Ano seguinte à criação do primeiro CIL. Anexo A.

²⁴ Em 1994, alguns dos CILs que funcionam atualmente eram chamados de Setoriais de Línguas, estes funcionavam em algumas salas de uma determinada escola, atendendo somente aos alunos desta escola. Anexo B.

[...] o objetivo original: propiciar uma visão global do funcionamento, do amparo legal e da estrutura administrativa, em face da natureza específica desses estabelecimentos de ensino e como forma de nortear o trabalho dos profissionais que atuam na área, garantindo a unidade do Sistema no que se refere ao ensino da Língua Estrangeira Moderna (DISTRITO FEDERAL, 1994. p. 05).

- Orientação Pedagógica: Centros Interescolares de Línguas (2002)²⁵; atualiza a Orientação Pedagógica anterior como demonstra a seguinte apresentação:

As mudanças ocorridas nos Centros Interescolares de Línguas – CILs, desde a revisão da Orientação Pedagógica nº 3, em 1994, e também, a necessidade de adequar seu funcionamento à legislação de ensino vigente exigiam que a referida Orientação fosse mais uma vez revista e atualizada (DISTRITO FEDERAL, 2002. p. 07).

- O Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2009) que orienta “práticas que permeiam o cotidiano escolar e representa a consolidação das diretrizes relativas à organização e funcionamento das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal.” (DISTRITO FEDERAL, 2009, p. 1), apresenta trinta e dois artigos (do Art. 240 ao Art. 272) dedicados aos Centros Interescolares de Línguas, detalhando os objetivos, organização, bem como avaliação.
- Estratégia de matrícula: Este é um documento anual da SEEDF que “normatiza o processo de matrícula na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal para o ano letivo subsequente, em cumprimento ao disposto na legislação vigente”. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 1). Tal documento que conta com 89 páginas, dedicando pouco mais de uma página ao CIL, onde explica quem tem o acesso aos CILs e em quais cursos. Porém tal documento não explica como o aluno da rede pública de ensino do Distrito Federal pode ingressar em um dos CILs, nem mesmo quantas e onde estas escolas estão localizadas.

²⁵ Anexo C.

O Distrital Federal tem inúmeras políticas educacionais, porém, como já dito, poucas delas citam os Centros Interescolares de Línguas. No *site* da SEEDF, encontramos importantes documentos que regem a Educação Pública no Distrito Federal, como é o caso do Projeto Político Pedagógico (PPP) – Professor Carlos Mota (DISTRITO FEDERAL, 2012) que em sua introdução traz a seguinte definição:

Este Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes para a rede pública de ensino do Distrito Federal e, como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho desenvolvido para todas as instâncias. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 8)

Apesar de o documento afirmar, em sua definição, que servem de “referência para o trabalho desenvolvido para todas as instâncias”, apresenta apenas um pequeno excerto onde diz que em 2011, começou uma discussão para a construção de Orientações Pedagógicas para a Educação Básica com o objetivo de

Discutir, elaborar e implementar orientações pedagógicas referentes às etapas/modalidades/áreas [...] das Escolas de Natureza Especial: Escola da Natureza, Escola de Meninos e Meninas do Parque, PROEM, CIL e Escolas Parque. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 132)

Segundo o PPP, tal discussão se dará entre 2011 e 2014, porém não determina, por exemplo, que tais Centros, por serem de Natureza Especial²⁶, seguirão outras diretrizes.

Já a versão preliminar das Diretrizes de Avaliação Educacional Triênio 2014-2016 apresenta os Centros Interescolares de Línguas somente em sua lista de abreviaturas e siglas, também não faz nenhuma alusão a que estes

²⁶ As Escolas de Natureza Especial são Unidades Escolares cujas tipologias de atendimento são diferenciadas das Escolas Regulares desta Rede Pública de Ensino. Tais escolas possuem características específicas: Escolas Parque, Centros Interescolares de Língua (CIL's), Escola da Natureza, Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP) e Escola do Parque da Cidade (PROEM).

a) A Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP) e Escola do Parque da Cidade (PROEM) ofertam ensino que atende às especificidades de crianças, adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade pessoal e social. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 13)

Centros teriam uma característica especial e, portanto definiriam sua maneira de avaliar. Cabe ressaltar que um membro do NCIL fez parte da equipe de Colaboradores Internos que elaborou tais diretrizes, o que causa maior estranheza da falta do CILs nesse documento.

A seguir pontuarei um breve histórico de cada CIL para que um melhor entendimento quanto ao surgimento de cada uma dessas escolas e como estão atualmente. Respondendo à pergunta 1:

2.5.1 Centro Interescolar de Línguas de Brasília – CIL 1

Figura 8 – Logotipo CIL – Brasília



Fonte: Arquivo CIL – Brasília.

O primeiro Centro Interescolar de Línguas data de 1975, por solicitação da coordenadora de inglês, professora Nilce do Val Galante, da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), que tinha o interesse de reproduzir em Brasília um centro especializado em ensino de línguas para alunos de escolas públicas, tal qual havia conhecido nos Estados Unidos.

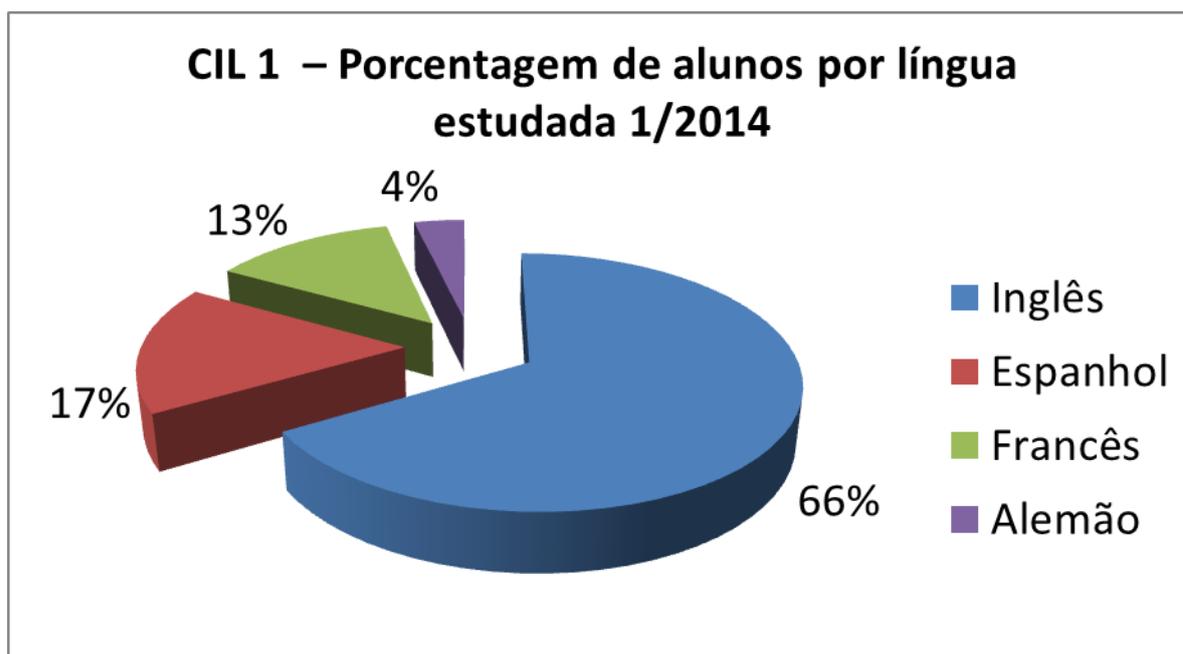
Assim, surgiu o CIL 01 de Brasília segundo a Resolução nº 40 de 14 de agosto de 1975, vinculado ao Departamento de Ensino de 2º Grau da Diretoria Geral de Pedagogia pela FEDF. Inicialmente instalado em salas de aula cedidas pela Escola Normal de Brasília, o CIL de Brasília logo transferiu-se para um espaço maior cedido pelo Centro Educacional Elefante Branco atendendo alunos das escolas públicas da vizinhança – Escola Normal de Brasília, Centro Educacional Elefante Branco e Centro de Ensino CASEB. Essas escolas deixaram de oferecer a disciplina na grade curricular e enviaram seus alunos, em turno contrário ao de suas aulas, para uma complementação curricular no CIL de Brasília como alunos tributários. (CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE BRASÍLIA, 2013).

É interessante ressaltar que neste período, politicamente o Brasil estava vivendo em regime de ditadura militar (1964-1988), com isso, conforme afirma GIL (2009) “a educação teve como foco principal o desenvolvimento de competências técnicas como forma de preparo para a industrialização e para comércio internacional”, neste momento o ensino de LE ganha um formato muito mais instrumental para o suprimento das necessidades supracitadas. Além disso, a autora destaca que no ano de inauguração do primeiro CIL da capital federal um “Parecer de nº 478/75, baseado em critérios de eficiência, justifica a não obrigatoriedade do ensino das línguas estrangeiras como componente curricular”. Resumidamente o documento aponta para a impossibilidade da oferta de LE em todas as escolas de todas as regiões brasileiras com um mínimo de eficiência desejável.

Ou seja, em um período em que documentos oficiais da educação brasileira retrocediam com relação ao ensino de LEs nas escolas, um Centro Interescolar de Línguas era inaugurado com o objetivo de, não somente ensinar uma língua instrumental, mas principalmente, ensinar o idioma nas quatro habilidades.

Esse CIL está localizado próximo ao Centro de Brasília e é conhecido por CIL 01, já que em Brasília há dois CILs. É o maior Centro em números de alunos, com 5.821 (cinco mil, oitocentos e vinte e um) alunos nos três turnos, dos quais, 220 (duzentos e vinte) estudam alemão, 1.005 (um mil e cinco) espanhol, 578 (quinhentos e setenta e oito) francês e 4.018 (quatro mil e dezoito) inglês. Percentualmente podemos visualizar no gráfico 1.

Gráfico 1 – CIL 1 - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



Fonte: Autoria Própria

Suas instalações dividem um prédio com o Centro de Ensino Médio Elefante Branco, a pesar de o CIL 01 não ter sede própria, a escola tem uma boa estrutura para o funcionamento das suas atividades. Tem auditório, laboratório de informática com 18 computadores e biblioteca.

Figura 9 – Fachada do CIL – Brasília



Fonte: Keller Nonato Fernandes Silva.

Figura 10 – Entrada do CIL – Brasília



Fonte: Keller Nonato Fernandes Silva.

A escola possui ainda sala de recursos que se destaca no atendimento de alunos com deficiência auditiva, a escola já foi premiada em 2013, quando alunos atendidos pela sala de recursos participaram da 25ª Conferência Internacional da iEARN (Rede Internacional de Recursos Educacionais). Segundo o *site* do SINPRO – DF

O grupo foi selecionado por estar participando em um projeto inovador de edição de vídeo compartilhado na internet, com alunos em escolas secundárias nos Estados Unidos da América e Qatar, e apresentará o resultado na conferência. (SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL, 2014)

Apesar de todos os êxitos da escola em questão, professores afirmam que o espaço da escola poderia ser ampliado e a manutenção do prédio colocada em dia.

O CIL 1 tem parcerias com o Instituto Goethe, também com a embaixada dos Estados Unidos da América e a da França.

2.5.2 Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia – CILC

Figura 11 – CIL – Ceilândia



Fonte: CILC (2012).

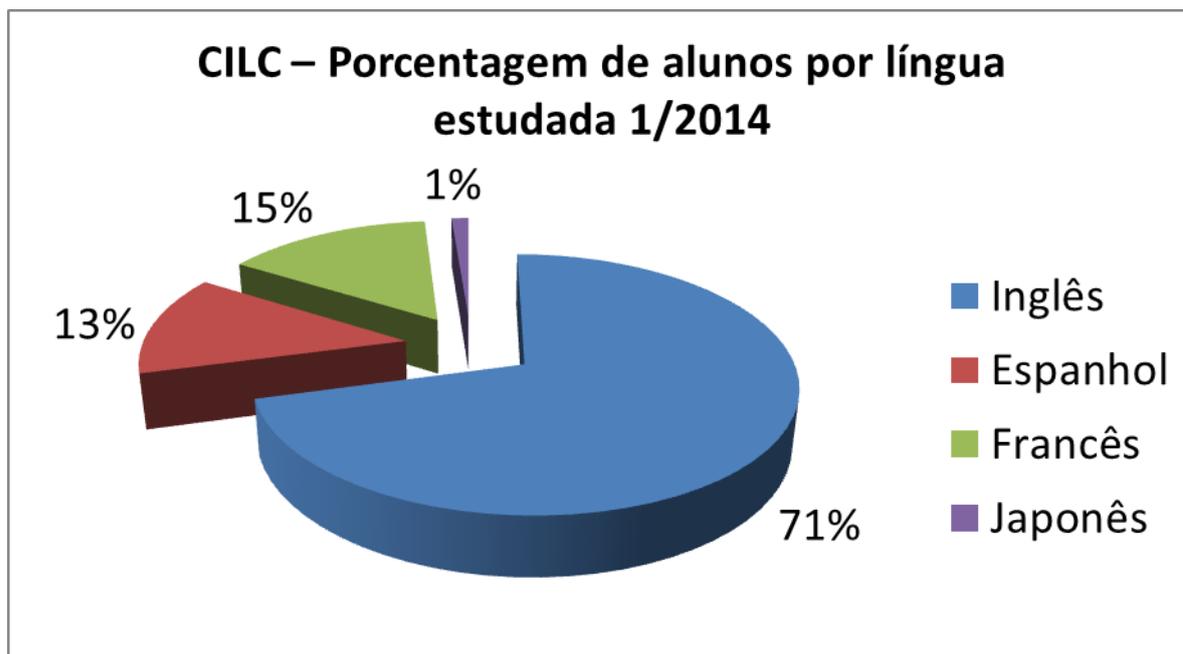
O Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia foi o segundo a ser inaugurado, dez anos após o primeiro, em 1985, nas palavras de Sant'Ana (2010)

[...] começou como um projeto desenvolvido, inicialmente, por três professores de inglês em uma escola de ensino médio (à época Centro Educacional) da cidade. O primeiro grupo de alunos do projeto começou a estudar em 1983 em uma sala de aula da escola. Os três professores de inglês se revezavam na oferta às turmas formadas. Após alguns resultados animadores [...] em 1985 o grupo conseguiu autorização da Diretoria Regional de Ensino para ocupar uma parte de outra escola (em que funcionava a Escola Norma) para montar a estrutura do CIL.

No mesmo ano, ao grupo original, juntaram-se professores de francês e espanhol. Estava formado o núcleo duro para a inauguração da escola [...]. (p. 4)

O CILC é um dos maiores Centros Interescolares de Línguas do DF, tem 5.351 alunos nos três turnos, destes 700 (setecentos) cursam espanhol, 796 (setecentos) francês, 3.789 (três mil, setecentos e oitenta e nove) inglês e 66 (sessenta e seis) japonês, no gráfico 2 é possível observar os dados em porcentagem.

Gráfico 2 – CILC - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



Fonte – Autoria Própria

A escola conta com instrumentos musicais que auxiliam em eventos culturais na LE estudada pelos alunos. O Centro também tem uma cozinha, onde os alunos podem preparar pratos típicos dos países falantes das línguas que estudam.

Em termos de estrutura, o CILC é uma escola muito grande, que tem sede própria, porém tem uma estrutura deficitária, que necessita de ampla reforma ou até mesmo a construção de nova sede. No dia 19 de maio de 2014, o DFTV da Rede Globo, esteve na escola apontando problemas estruturais sofridos pelo CILC, conforme afirma a repórter:

De fora, um galpão baixo, com teto de zinco. Há vinte anos uma escola primária foi adaptada para receber 5.400 alunos. Aqui funciona o Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia, o CILC. Estudantes da rede pública têm aulas de inglês, espanhol, francês e japonês. O prédio é velho, sem estrutura. A fiação elétrica teve de ser adaptada, veja a quantidade de fios expostos. As instalações elétricas antigas já não comportam a quantidade de equipamentos e computadores ligados, das 16 câmeras de vigilância, por exemplo, quatro já queimaram por causa de quedas de energia constantes. O diretor explica ainda que se ligar o ar-condicionado do laboratório, a energia cai por completo. [...] As paredes são de placas pré-moldadas, finas,

não vedam corretamente as salas de aula, e o que isso afeta o ensino? Eu vou mostrar um dos problemas, eu estou no corredor da escola, e mesmo com a porta fechada, quem está aqui fora, consegue ouvir tudo o que o professor está falando lá dentro. Oh (coro: Aquel es mi hermano.) aula de espanhol.

Este professor de inglês também reclama da falta de acústica nas salas e de inúmeras outras situações que dificultam o trabalho dele e o aprendizado dos alunos: “Se chove você tem que parar de dar aula, porque nós temos um teto de zinco que faz um barulho imenso, não tem como você continuar a aula.”

Apesar da dificuldade, 11 alunos do CILC [...] embarcaram no sábado para os Estados Unidos, no programa Brasília Sem²⁷ Fronteiras, 29 estudantes de outros Centros de Línguas, também foram selecionados. (DFTV – Rede Globo, 2014)

Além dos problemas apontados acima, o representante dos estudantes do CILC, atentou ainda para problemas com violência nos arredores da escola. Conversando com o Subsecretário de Planejamento Educacional da SEEDF, sobre a possibilidade de reforma da escola, o mesmo afirmou que a escola entrará no plano de obras de 2015/2016 e será reconstruída. A repórter insistiu em perguntar se ao menos a parte elétrica não merecia uma reforma até 2015 e o entrevistado afirmou que “se nós trocarmos agora a parte elétrica [...] seria jogar dinheiro público fora, porque essa escola vai ser reconstruída, vai ser demolida e reconstruída”. As figuras 12, 13, 14 e 15 apresentam a estrutura física da escola destacada pelo telejornal local.

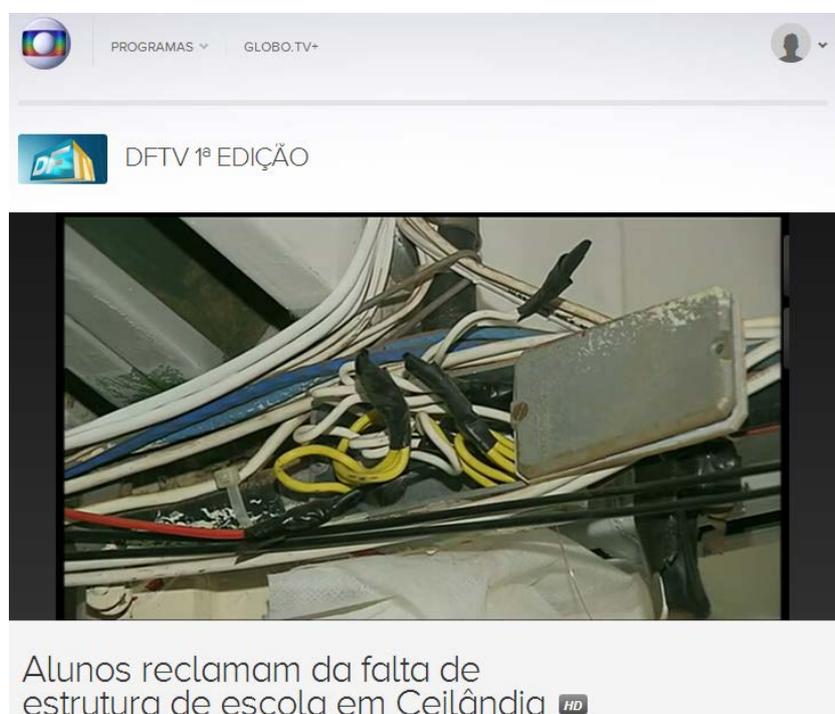
²⁷ O programa Brasília Sem Fronteiras, do GDF, oferece bolsas integrais que levam alunos dos CILs, universitários e funcionários públicos para cursos no exterior. Em outubro de 2013, 126 alunos dos Centros Interescolares de Línguas (CIL) embarcaram rumo a Washington DC, nos Estados Unidos, para o curso de *Inovação com Imersão em Cultura e História Americanas*, que foi ministrado ao longo de 4 semanas na *Georgetown University*. Em 2014, alunos dos CILs terão 650 vagas para cursos nos EUA, 100 vagas para Espanha e 50 vagas para França.

Figura 12 – Fachada CILC



Fonte: DFTV – Rede Globo.

Figura 13 – Fiação exposta – CILC



Fonte: DFTV – Rede Globo.

Figura 14 – Corredor – CILC



Fonte: DFTV – Rede Globo.

Figura 15 – Repórter mostrando problemas de acústica – CILC



Fonte: DFTV – Rede Globo.

Os alunos não dispõem de auditório, porém tem uma sala que usam improvisam pra este fim. A escola tem ainda um laboratório de informática com 16 computadores e biblioteca.

2.5.3 Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga – CILT

Figura 16 – Logotipo CIL - Taguatinga



Fonte: Arquivo CIL – Taguatinga.

Em 1986, houve uma reunião na FEDF onde se discutiu o ensino de línguas estrangeiras modernas (LEM), na rede pública de ensino do DF, na reunião a professora Marinalva Aparecida, expôs o desejo dos professores de LEM de Taguatinga em criar um centro de línguas nos moldes dos já existentes CIL de Brasília e em Ceilândia, diante de uma plateia de autoridades de Taguatinga.

No ano seguinte professores de LEM de Taguatinga e de outras regiões administrativas se reuniram para pontuar como seria o funcionamento do novo Centro, vários professores passaram por testes e, ainda no primeiro semestre de 1987 foi criada a equipe e aberto o Centro Interescolar de Línguas (CILT), que à época funcionou, provisoriamente, em quatro salas do Centro Educacional 2 de Taguatinga. Em seguida foram para uma sede própria que tinha, assim como os demais Centros Interescolares de Línguas, uma série de problemas estruturais, além do pouco espaço que impossibilitava a ampliação do atendimento à comunidade escolar da região. A escola já contava com biblioteca e laboratório de informática com 18 computadores, porém em espaços bem reduzidos.

A sede do CILT acaba de ser reconstruída, sua obra durou cerca de um ano e meio e o Centro, teve que funcionar provisoriamente (durante sua construção) na sede da Regional de Ensino da cidade. É importante destacar que esta foi a primeira sede de Centro Interescolar de Línguas a ser construída pelo Governo do Distrito Federal para este fim²⁸, após quase 40 anos após a abertura do primeiro CIL. O prédio novo foi inaugurado no dia 11 de março de 2014, pelo governador do Distrito Federal e demais autoridades. O Governador ressaltou em seu discurso que as instalações do CILT servirão de modelo a ser implementado nos demais CILs. Vale ressaltar que obra serviu de propaganda do GDF e foi divulgada em vários meios de comunicação.

Figura 17 – CILT antes da reconstrução.



Fonte: Keller Nonato Fernandes Silva.

²⁸ Os CILs que têm sede própria, receberam as instalações que ocupam como estavam, onde antes funcionavam outras escolas ou órgãos do governo. O CIL – Gama, por exemplo, dispõe de quadra de esportes que é raramente utilizada, pois no espaço em que a escola ocupa anteriormente funcionava uma escola de ensino fundamental.

Figura 18 – Reconstrução da Sede do CILT



Fonte: CILT (2014).

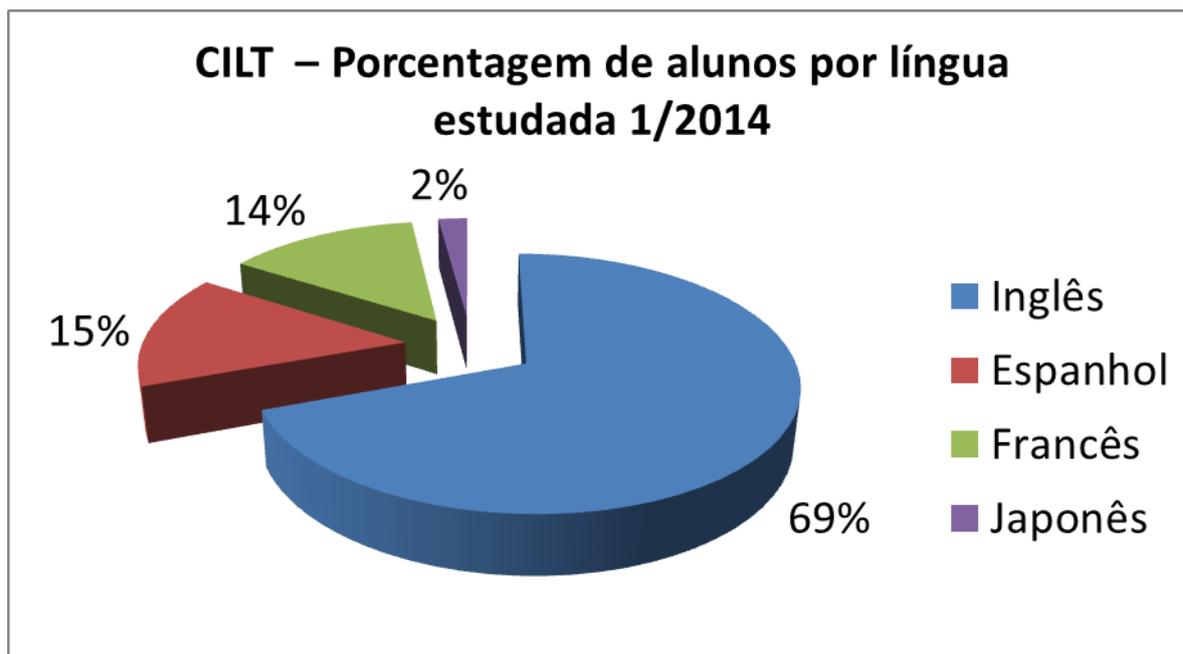
Figura 19 – Nova Sede do CILT



Fonte: CILT (2014).

A estrutura atual conta com 24 salas de aula, atualmente atende a 4.037 (quatro mil e trinta e sete) alunos, destes 558 (quinhentos e cinquenta e oito) são estudantes de francês, 595 (quinhentos e noventa e cinco) de espanhol, 2.800 (dois mil e oitocentos) de inglês e 84 (oitenta e quatro) de japonês. Segundo afirmou o próprio governador do Distrito Federal, durante a inauguração da nova sede, a partir do próximo semestre, o CILT atenderá ao dobro deste quantitativo.

Gráfico 3 – CILT - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



2.5.4 Centro Interescolar de Línguas de Sobradinho – CIL – Sob

Figura 20 – Logotipo CIL – Sobradinho



Fonte: Arquivo CIL – Sobradinho.

Conforme explica Damasco (2012, p. 7) “[...] em 1994 surge o CIL de Sobradinho, criado em 13/09/94 com a portaria de n. 86/94 SEDF”. Porém convém lembrar que a data mencionada pela autora é de registro oficial na SEDF, na verdade a escola já estava em funcionamento desde o início daquele ano; conforme detalhei no primeiro capítulo, fui aluna da instituição em 1994.

O CIL de Sobradinho funcionava, desde sua inauguração, nos fundos do Centro de Ensino Fundamental 05 de Sobradinho. A escola ganhou do

Governo do Distrito Federal um terreno, porém o GDF alegava não ter recursos para a construção da sede deste CIL, o CILSob se mobilizou junto à comunidade escolar e arrecadou dinheiro para a construção de sua sede própria que foi inaugurada em 1999, e desde então a escola vem promovendo melhorias estruturais, muitas delas com recursos próprios.

Figura 21 – Fachada CILSob



Fonte: Autoria Própria

Figura 22 – Área interna – CILSob



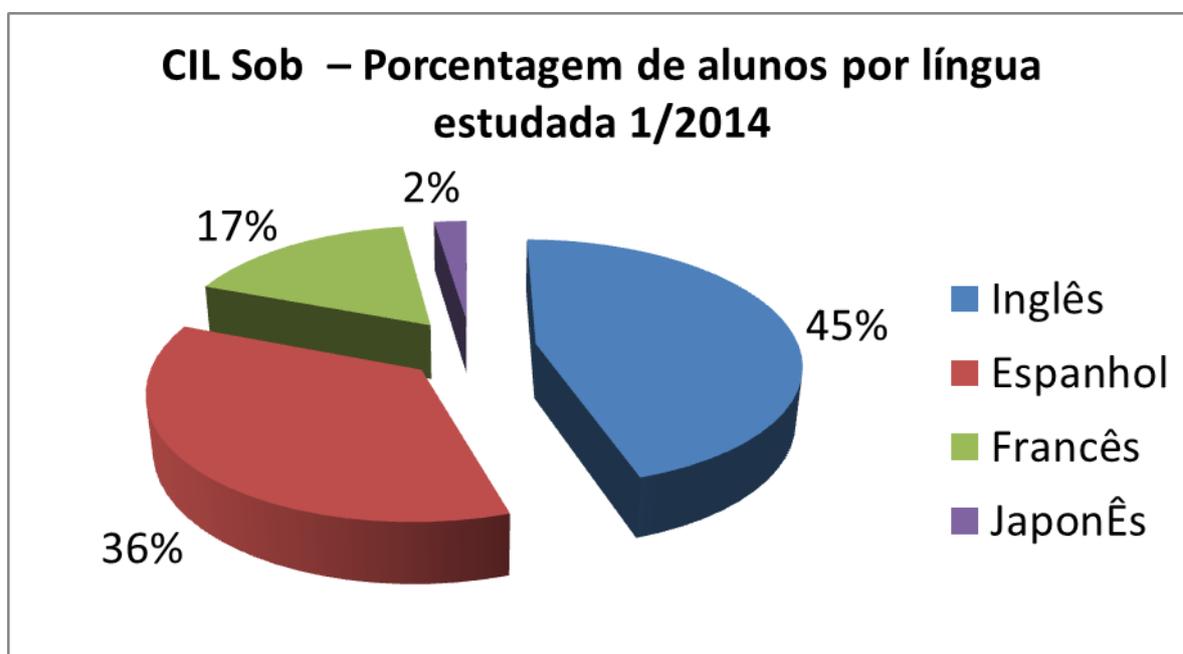
Fonte: Autoria Própria.

Nos anos de 2009 a escola ganhou um concurso promovido pelo jornal espanhol "El País", em que alunos de diversas escolas públicas

confeccionaram um jornal em espanhol, os estudantes do CIL Sob tiveram seu jornal produzido em larga escala e distribuído nas escolas participantes, além da oportunidade de visitar a Espanha e conhecer a sede do jornal “El País” que promoveu o concurso. E em 2011 a escola também enviou sete alunos aos Estados Unidos, ganhadores do concurso Alunos Companheiros da América.

O CIL Sob atende atualmente a 3.062 alunos nos três turnos, destes 1.094 (Mil e noventa e quatro) cursam espanhol, 516 (quinhentos e dezesseis) francês, 1.380 (mil, trezentos e oitenta) inglês e 72 (setenta e dois) japonês, o gráfico 4 demonstra os dados em porcentagem.

Gráfico 4 – CIL Sob - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



2.5.5 Centro Interescolar de Línguas do Guará – CILG

Figura 23 – Logotipo CIL – Guará



Fonte – Arquivo CIL-Guará

Já o CIL – Guará (CILG) foi criado em 1995, por meio da resolução de n. 5302/95 de 12 de dezembro daquele ano. Porém, mesmo após quase 20 anos, atualmente a escola funciona nos fundos das dependências do Centro de Ensino Fundamental 02 (está dividida apenas por uma cerca). O barulho vindo desta escola durante o horário de aulas no CILG, dificulta significativamente o andamento das atividades em LE. Como se trata de instalações muito pequenas muitos ambientes acabam sendo improvisados, como é o caso da biblioteca que funciona também como laboratório de informática com 20 computadores que são usados por professores e alunos. O Centro não dispõe de auditório. Mesmo com o espaço restrito o CILG já dispõe de sala de recursos para atendimento a alunos com necessidades especiais e Transtorno Global de Desenvolvimento, e atende atualmente 12 alunos.

Figura 24 – Fachada CILG



Fonte – Autoria Própria.

Figura 25 – Corredor das salas de aula do CILG



Fonte – Autoria Própria.

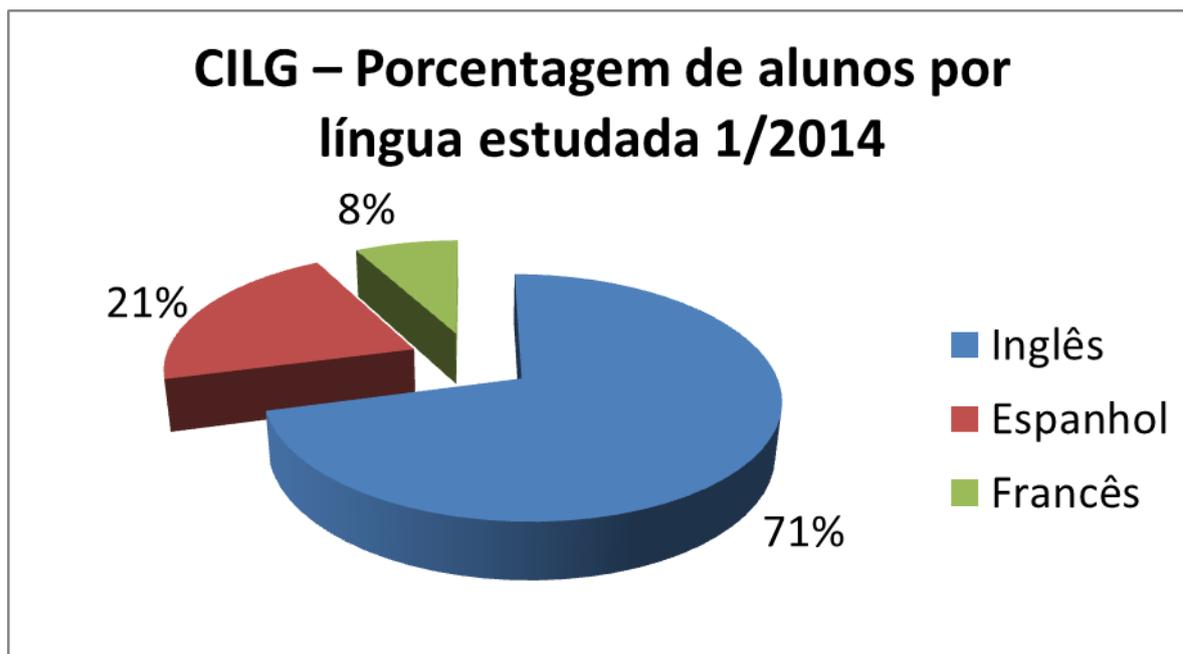
Figura 26 – Laboratório e laboratório de Informática CILG



Fonte – Autoria Própria.

O CILG atualmente tem 2.594 alunos matriculados nos três turnos, sendo 551 (quinhentos e cinquenta e um) em espanhol, 205 (duzentos e cinco) em francês e, a maioria, 1.838 (mil oitocentos e trinta e oito) são estudantes de inglês, é possível visualizar no gráfico 5 esses valores percentualmente.

Gráfico 5 – CILG - Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



2.5.6 Centro Interescolar de Línguas do Gama – CIL - Gama

Figura 27 – Logotipo CIL – Gama



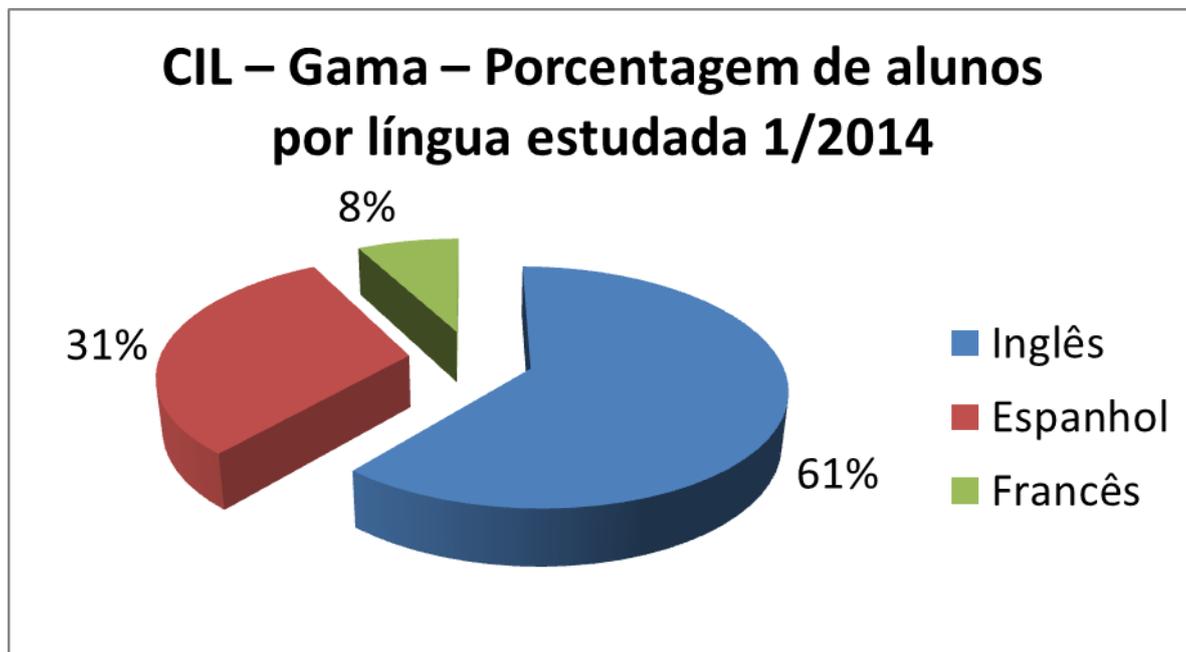
Fonte – Arquivo CIL-Gama

Segundo seu Projeto Político Pedagógico – PPP, de 2010, o CIL Gama funcionou desde 1987, nas dependências de um Centro de Ensino Médio desta RA, situação que perdurou até o ano de 1998, quando foi transferido para a extinta Escola Normal do Gama, porém tais dependências apresentavam uma série de problemas estruturais, o que forçou uma nova mudança do CIL – Gama para um antigo Centro de Ensino Fundamental em 2002.

No primeiro semestre de 2014 o CIL – Gama atendeu 5.060 (cinco mil e sessenta) alunos, divididos nos três turnos, destes 3.097 (três mil e noventa e sete) estudam inglês, 1.570 (mil quinhentos e setenta) são alunos de espanhol

e 393 (trezentos e noventa e três) estudam francês. Conforme apresenta percentualmente o gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6 – CIL Gama – Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



Fonte – Autoria Própria.

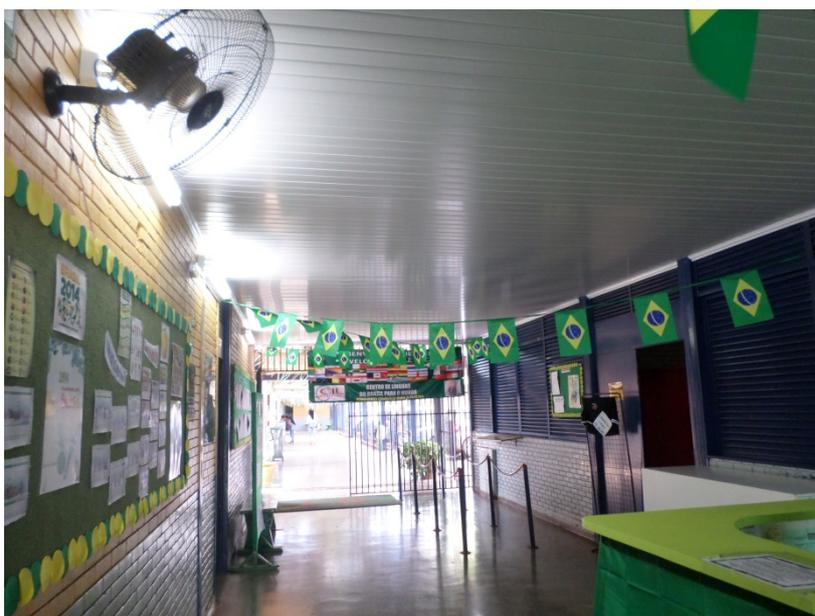
Atualmente esse Centro de Línguas apresenta uma das maiores estruturas físicas destas escolas, com salas grandes, auditório equipado, biblioteca, laboratório de informática, pátio e até quadra de esportes. Porém a escola ainda carece de algumas reformas como: parte elétrica completa, troca de forros e telhado, pintura das estruturas metálicas, auditório mais amplo, sala de recursos e acessibilidade.

Figura 28 – Fachada e Profissionais do CIL Gama



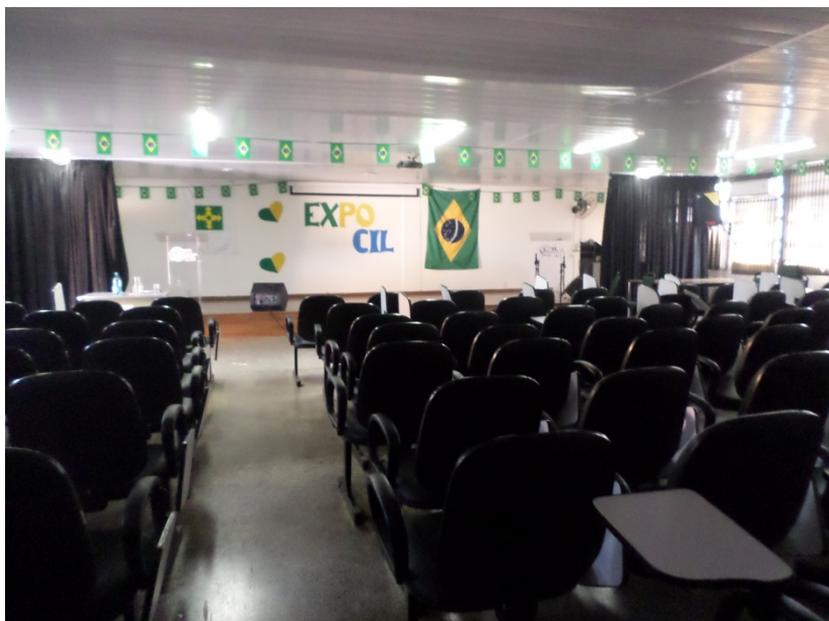
Fonte – CIL Gama (2014).

Figura 29 – Portaria / Secretaria CIL – Gama



Fonte – Autoria Própria.

Figura 30 – Auditório CIL – Gama



Fonte – Autoria Própria.

Foto 31 – Salas de Espanhol – CIL Gama



Fonte – Autoria Própria.

Ainda assim a estrutura que o CIL – Gama dispõe possibilita que a escola realize anualmente um festival de cada língua estudada na escola, dois no primeiro semestre (francês e Japonês) e dois no segundo semestre (espanhol e inglês). Desde 2013, o CIL Gama ainda implementou a EXPOCIL, dedicada aos eventos esportivos internacionais os quais o Distrito Federal estão sediando (Copa das Confederações, Copa do Mundo de Futebol, Gymnasiade, etc). Além de festas como a Noche Latina e o Halloween.

A escola também conta com diversas premiações, entre elas, em 2008, uma das alunas do inglês foi representante brasileira nos Jovens Embaixadores em Washington nos EUA e em 2010, e assim como o CIL Sob no ano anterior, o CIL Gama ganhou um concurso promovido pelo jornal espanhol “El País”, em que alunos de diversas escolas públicas confeccionaram um jornal em espanhol, os estudantes vencedores tiveram seu jornal produzido em larga escala e distribuído nas escolas participantes, além da oportunidade de visitar a Espanha e conhecer a sede do jornal “El País” que promoveu o concurso.

2.5.7 Centro Interescolar de Línguas do Brazlândia – CILB

Figura 32 – Logotipo CIL – Brazlândia



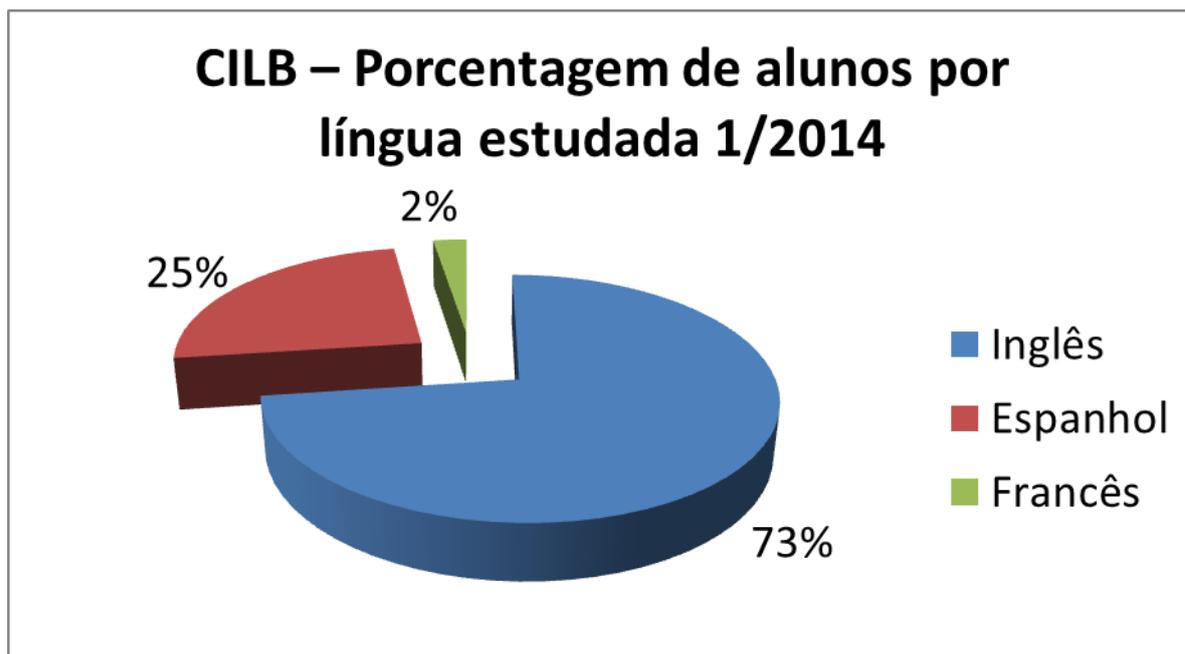
Fonte – Arquivo CIL – Brazlândia.

O CIL de Brazlândia, como foi dito é o menor Centro até hoje, atendendo somente no período diurno e começou a oferecer francês recentemente, antes havia apenas duas línguas, inglês e espanhol, a escola foi inaugurada em 1997 e reconhecido em 03 de dezembro do ano seguinte.

A escola tem sede própria, porém as instalações do CILB deixam a desejar, pois se trata de uma escola muito antiga e com construção de placas de concreto, a escola também enfrenta frequentes problemas com o teto. O Centro de Línguas de Brazlândia tem biblioteca (porém esta é pequena e tem pouco material), laboratório de informática com 18 computadores com acesso à internet e auditório, que infelizmente também é precário. A estrutura da escola precisaria ser reconstruída segundo comenta uma professora da escola.

Atualmente o CILB possui um total de 2.156 (dois mil, cento e cinquenta e seis) alunos, destes, 1.572 (mil, quinhentos e setenta e dois) estudam inglês, 530 (quinhentos e trinta) espanhol e 55 (cinquenta e cinco) francês. Valores percentuais gráfico 7.

Gráfico 7 – CILB – Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



Fonte – Autoria Própria.

Figura 33 – Fachada – CILB



Fonte – CILB (2014).

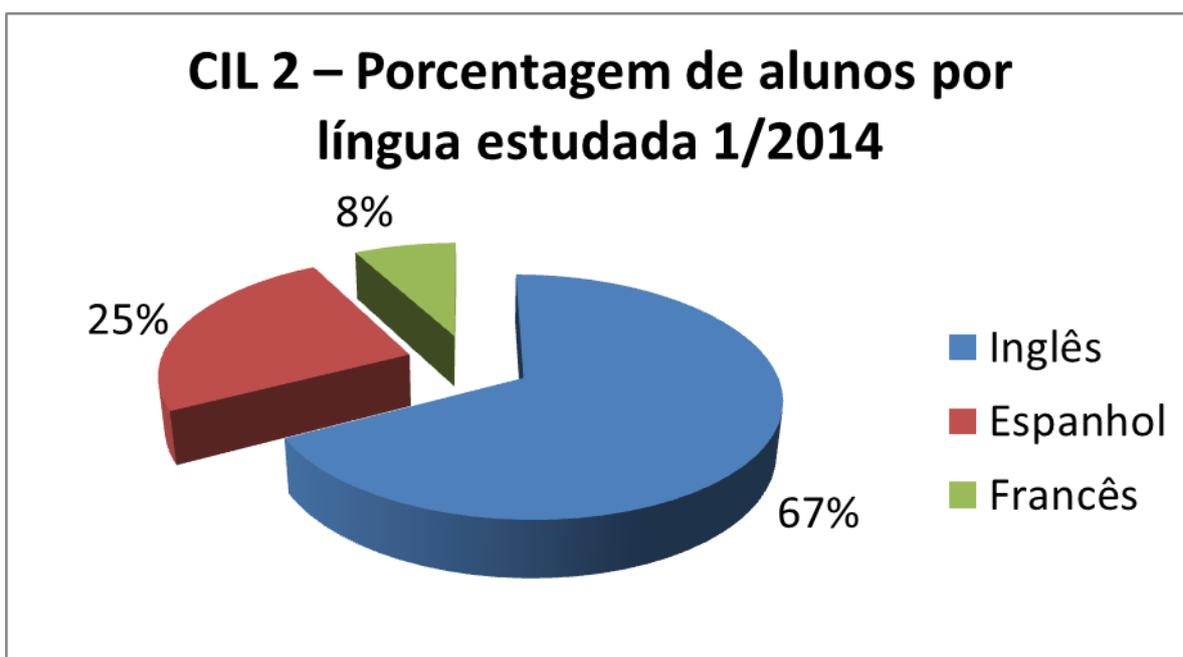
Anualmente a escola promove eventos como a festa do pijama internacional, festa do halloween, além do concurso soletrando e vários passeios. A escola também oferece intercâmbio uma vez por ano.

2.5.8 Centro Interescolar de Línguas 2 de Brasília – CIL 2

Já o CIL 02 foi criado mais de 20 anos depois da criação do primeiro Centro Interescolar de Línguas, em 1998, pela resolução nº 6.413, do Conselho Diretor da FEDF, o início deste Centro de Línguas coincide mais com a história dos demais, pois atendeu a um “pedido encaminhado por alunos e professores participantes da experiência pedagógica do Setorial de Línguas do Centro de Ensino Médio Setor Leste”. (CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS 02 DE BRASÍLIA, 2013)

Atualmente o CIL 2 de Brasília possui um total de 2.647 (dois mil, seiscentos e quarenta e sete) alunos, destes, 1.780 (mil, setecentos e oitenta) estudam inglês, 660 (seiscentos e sessenta) espanhol e 207 (duzentos e sete) francês. A seguir o gráfico 8 apresenta esses valores em percentuais.

Gráfico 8 – CIL 2 – Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



Fonte – Autoria Própria.

Desde a sua criação e até a presente data este CIL está situado nos fundos das dependências do Centro de Ensino Médio Setor Leste, num espaço muito reduzido e adaptado. A CIL 2 conta com aproximadamente 2.400 alunos matriculados nos três turnos em espanhol, francês e inglês. A escola não dispõe de auditório ou laboratório de informática, porém tem biblioteca e uma

sala de recursos que atende especialmente alunos com deficiência visual, traduzindo materiais em LE para Braile, etc. A escola reivindica a construção de uma sede própria, preferencialmente na asa norte, pois o CIL 1 que tem uma estrutura está localizado também na asa sul, mesma localidade do CIL 2.

Figura 34 – Direção/Coordenação CIL 2



Fonte: Keller Nonato Fernandes Silva.

Figura 35 – Salas de Aula CIL 2



Fonte: Keller Nonato Fernandes Silva.

2.5.9 Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal

Podemos acrescentar ao perfil traçado anteriormente, compilando os dados apresentados aqui e no capítulo II “Alicerce”, que As oito unidades dos

Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal têm matriculados, no primeiro semestre de 2014, um total de 31.762 (trinta e um mil, setecentos e sessenta e dois) alunos que estudam as quatro línguas estrangeiras que são oferecidas (alemão, espanhol, francês, inglês e japonês), nos períodos, matutino, vespertino e noturno. Divididos conforme apresenta a tabela 4

Tabela 4 – nº de alunos matriculados nos CILs - 1º/2014

CIL	Inglês	Espanhol	Francês	Japonês	Alemão	Total
CIL 1	4.018	1.005	578	-	220	5.821
CILC	3.789	700	796	66	-	5.351
CIL-Gama	3.097	1.570	393	-	-	5.060
CIL-Sob	1.380	1.094	516	72	-	4.096
CILT	2.800	595	558	84	-	4.037
CIL 2	1.780	660	207	-	-	2.647
CILG	1.838	551	205	-	-	2.594
CILB	1.572	530	55	-	-	2.156
Total	20.274	6.705	3.308	222	220	31.762

Fonte – Autoria própria.

Conforme números apresentados na tabela 4, o maior CIL, em número de alunos é o CIL 1 de Brasília, primeiro Centro a ser inaugurado, (quase 6.000 alunos), seguido do CILC (Ceilândia), que coincidentemente foi o segundo Centro a ser criado com aproximadamente 5.300 (Cinco mil e trezentos) alunos, o terceiro é o CIL – Gama, com pouco mais de 5.000 alunos, o quarto é o CILT (Taguatinga) com pouco mais de 4.000 (quatro mil) alunos, os demais CILs vêm na sequência e terminando com o menor deles, o CILB, que ainda assim atende a mais de 2.100 (dois mil e cem) alunos.

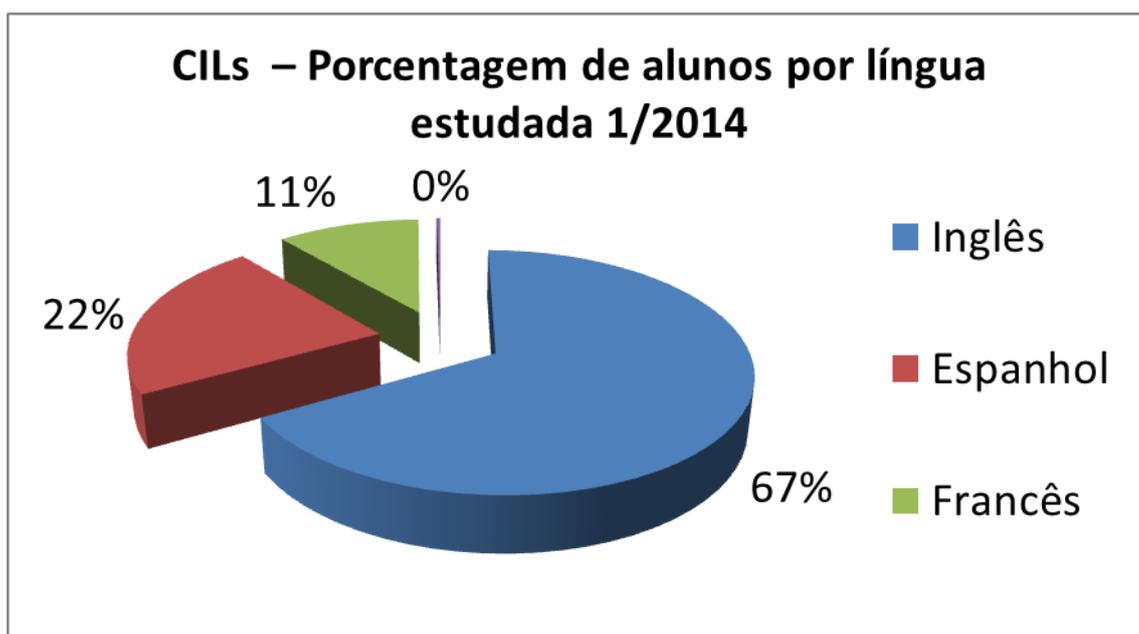
O número de alunos atendido em cada um desses centros está estritamente relacionado com a estrutura física que estas escolas têm a oferecer para sua comunidade, quanto maior e mais bem estruturada for a escola, maior o número de vagas ofertadas, vê-se que os CILs que já tem suas sedes próprias são os que atendem ao maior número de alunos. O CILT, que atualmente aparece em quarto lugar na tabela 4, que foi o primeiro dos Centros Interescolares de Línguas a ter uma sede construída (ou reconstruída) pelo Governo do Distrito Federal, terá sua capacidade dobrada, antes da reforma a

escola possuía 12 salas, as novas instalações contam com 24 salas, o que quer dizer que em breve o Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga poderá ampliar sua oferta de 4.000 (quatro mil), para 8.000 (oito mil) vagas.

Portanto é urge a reparação ou (re)construção da estrutura dos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal, para que desta forma, os Centros possam ser ampliados significativamente e com isso atenda a um número cada vez maior de alunos interessados em iniciar ou expandir seus conhecimentos em língua estrangeira.

No que diz respeito à divisão de alunos por língua estudada dentro dos Centros Interescolares de Línguas do DF, podemos observar que o número de alunos que cursam inglês é maior que a soma de todas as demais línguas, conforme podemos ver, percentualmente no gráfico 9:

Gráfico 9 – CILs – Porcentagem de alunos por língua estudada 1/2014



Fonte: Autoria Própria

Conforme podemos observar no gráfico, quase 70% dos alunos dos Centros estudam a língua inglesa. Porém, no decorrer deste estudo, percebemos que a essa língua não tem legislação que obrigue ou mesmo proponha o seu oferecimento em instituições de ensino. Então, como explicar a grande oferta de vagas nos CILs do Distrito Federal.

Ribeiro da Silva (2011), chama a atenção para a existência, no Brasil, de uma política implícita referente ao ensino do inglês e uma explícita para a língua espanhola, com a já mencionada lei nº11.161. A saber:

Estado Brasileiro tem uma política explícita (ou formal) para as línguas estrangeiras em geral, uma explícita para o espanhol e outra implícita (ou informal) para o inglês. A essas três, soma-se uma política linguística específica para a língua inglesa que emana da cultura linguística da sociedade brasileira e que, ao mesmo tempo em que engloba o aparelho de estado, funciona independentemente dele [...]. (RIBEIRO DA SILVA, 2011, p. 67)

A essa contradição o autor propõe ainda que

a política linguística brasileira da língua inglesa seja entendida como uma política de representação cujo núcleo é o *status* (social, profissional e acadêmico) conferido a essa língua pela sociedade e que funciona no sentido de reproduzir e legitimar as representações e as práticas sociais a ela relacionadas. Representações e práticas se retroalimentam e, como consequência, reproduzem a política linguística para a língua inglesa. (pp. 79-80)

Ou seja, as representações ou o *status* conferidos à língua inglesa legitima a grande oferta dessa língua em detrimento das demais nos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal. A política explícita também colabora para o crescimento do *status* da língua assim como a maior oferta dela. Como é o caso do espanhol, pois essa língua tem o segundo maior número de alunos nos CILs, 22%. No CIL de Sobradinho, por exemplo, 36% dos alunos matriculados estudam língua espanhola, enquanto que 46% estudam inglês. No CIL Gama o espanhol representa mais de 30% de suas matrículas, porém nesse caso o inglês ainda prevalece com 61% dos alunos.

2.6 O Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas

O Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas, ou NCIL²⁹, como apresentado anteriormente, criado em 2012 e tem como objetivo principal (re)construir políticas para os Centros Interescolares de Línguas. O Núcleo é formado por três professores de línguas estrangeiras (dois de inglês e um de espanhol), que atuaram durante muitos anos em um dos oito CILs apresentados acima, sendo que um deles também exerceu cargo de diretor nesta escola.

Os CILs são políticas públicas, se eu pensar em CILs eu estou pensando num setor, num segmento, eu estou pensando de maneira restrita. Se eu pensar para além do CIL eu vou pensar no ensino de LE na rede pública, os CILs são uma política de ensino de LE na Rede pública. Então nós vamos cuidar desta política pública. (Chefe do NCIL)

A abertura do Núcleo se deu após um grande processo conforme afirmou o chefe do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas, em entrevista concedida em 6 de novembro de 2013. Esse processo, segundo o entrevistado, iniciou-se com as eleições de diretores no ano de 2007; no ano seguinte “o grupo de gestores dos oito CILs começaram a se reunir pra formar uma espécie de fórum” com isso, conseguiram uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no final de 2008³⁰, onde foram abordadas várias questões referentes a essas escolas, mas principalmente foram reivindicadas “segurança e condição de existência dos CILs”, pois frequentemente os Centros Interescolares de Línguas sofriam com boatos de que seriam fechadas. Vale ressaltar que um dos parlamentares presentes na Audiência Pública foi aluno do CILT, onde se formou em francês, tal deputado se mostrou orgulhoso de ter feito parte de uma escola pública de ensino de línguas de qualidade indiscutível. O chefe do NCIL afirmou ainda que a audiência foi um “marco importante porque deu força aos CILs”, com isso foi

²⁹ Oficialmente sua sigla é NUCELIN, Núcleo dos Centros de Línguas, porém é tratada como NCIL pelos responsáveis pelo Núcleo e conseqüentemente pelos CILs, usam NCIL para redes sociais, *blogs* e demais meios de contato com membros dos CILs.

³⁰ Estive presente nesta Audiência Pública.

possível um maior diálogo com o então Secretário de Educação. Sousa (2013, p. 106) destaca que:

Neste sentido, deve-se considerar que os grupos que atuam e integram cada setor, vão lutar para que suas demandas sejam atendidas e inscritas na agenda dos governos. E estas lutas serão mais ou menos vitoriosas, de acordo com o poder de pressão daqueles que dominam o setor em cada momento. (AZEVEDO, 2008 apud SOUZA, 2013 p. 106).

No decorrer da luta, destacada por Azevedo (2008), veremos que o poder da pressão foi suficiente para que as reivindicações pudessem ser “atendidas e inscritas na agenda dos governos”. Porém, como qualquer processo político de luta de grupos, este processo se deu a longo prazo.

Neste período (entre 2008-2009)³¹, houve um grande avanço em negociações políticas, além da consolidação dos CILs, pois a partir deste contato mais direto com a SEEDF e com o próprio Secretário foi possível incluir os CILs nas políticas públicas educacionais vigentes naquele período. O chefe do NCIL assegurou que, durante aqueles anos, o Secretário de Educação do Distrito Federal ouvia e na medida do possível atendia às reivindicações dos diretores.

Uma das reivindicações mais significativas que foram atendidas pelo então secretário foi a mudança no regime de atendimento nos CILs, até então os Centros atendiam somente a escolas ditas tributárias que segundo Wright (2009)

[...] é a condição na qual algumas escolas enviam seus alunos a cumprirem o componente curricular língua estrangeira moderna (LEM) em regime de intercomplementaridade nos CILs. A escola não oferece a LEM ficando os alunos obrigados a cumprir o componente curricular nos CILs. A escolha das escolas que enviam os alunos aos CILs se dá por decisão das diretorias regionais de ensino em “acordo” com os CILs e as instituições educacionais. A tributariedade está prevista na estratégia de matrícula, condição na qual cada CIL deve atender no mínimo três escolas tributárias. (p.21)

³¹ Período de vigência do governo.

Infelizmente, com a tributarietàade, havia inúmeros problemas, primeiramente muitos dos alunos que obrigatoriamente deveriam frequentar os CILs, não o faziam, por considerar desnecessário, ou achar que pelo fato de ser em horário inverso ao da sua escola regular não teriam a obrigação de ir a esta outra escola, etc. e ao final do ano letivo, o aluno que era reprovado por faltas em LEM (por não frequentar o CIL) dificilmente era reprovado na escola, pois o conselho de classe o aprovava, o que causava um esvaziamento das turmas, grupos que tinham vinte alunos matriculados, somente tinham cinco frequentes³². Wriqth (2009) conclui que somente 10% dos alunos da rede pública do DF eram atendidos nos CILs (muitos deles contra sua vontade), e os demais 90% ficavam sem possibilidade de acesso a um ensino de LE de qualidade nos CILs.

No ano de 2009, esse era o regime de atendimento dos Centros de Línguas também foi alterado, passou de tributário à atendimento a toda a rede pública de ensino do Distrito Federal. Cabe esclarecer que o número de vagas oferecidas pelos CILs não foi alterado, porém a partir do ano de 2010, qualquer aluno regular da rede pública de ensino do DF passou a poder se candidatar a uma vaga nos Centros, por meio de inscrição via telefone ou internet.

Além disso, neste mesmo ano (2009), foi redigido o Regimento das Instituições Educacionais da rede Pública do Distrito Federal, que se define como “documento orientador às práticas que permeiam o cotidiano escolar e representa a consolidação das diretrizes relativas à organização e funcionamento das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal”. (BRASÍLIA, 2009). Neste Regimento foi incluído os Centros Interescolares de Línguas, que contam com cinco páginas que esclarecem como se dá o funcionamento da instituição.

O chefe do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas afirmou que todo esse processo relatado anteriormente de organização e união dos CILs, causou visibilidade política aos Centros culminou na abertura do Núcleo. O entrevistado era gestor de um dos CILs, este participou ativamente de toda essa organização. É importante frisar que os demais responsáveis pelo Núcleo

³² Vivi essa realidade nos CILs, enquanto professora e a relatei ao Secretário de Educação no ano de 2009 em uma reunião com professores de espanhol. Argumentei à autoridade que o GDF estava desperdiçando um grande investimento que vinha fazendo para manter os CILs, os professores eram pagos para atender a vinte alunos em cada turma e atendiam de cinco a dez.

também faziam parte do corpo docente deste mesmo CIL, fato muito positivo, pois as políticas que serão reconstruídas com a liderança dessas pessoas serão erguidas justamente por membros dos CILs, conhecedores do funcionamento desses Centros a fundo. Com isso, quando a equipe iniciou seus trabalhos no NCIL já conhecia algumas demandas dos CILs. O que facilitou de maneira significativa o início dos trabalhos do núcleo.

Em 2010, surgiu ainda, por iniciativa de uma professora de inglês de um dos Centros Interescolares de Línguas, um projeto que unificaria os oito CILs além de dar uma visão muito mais ampliada, para o governo e para a sociedade em geral: **GOL de Educação na Copa de 2014**. Este projeto, que foi implantado em todos os CILs, visava preparar os alunos, a partir de 2010, para que eles fossem voluntários na copa de 2014, essa preparação se daria ao longo dos quatro anos seguintes e além das aulas de língua estrangeira que os estudantes já tinham na escola, adquiriram conhecimentos sobre países que participariam do mundial de futebol, tais como: cultura, culinária, crenças, idiomas, etc., além de conhecer melhor a própria sede da Copa de 2014 (Brasília), seus pontos turísticos, restaurantes, eventos culturais, etc. Vale ressaltar que este projeto passou a ser um programa de governo e os alunos dos CILs já participaram de eventos esportivos internacionais como voluntários, a Copa das Confederações e o *Gymnasiade*³³, ambos em 2013, são exemplos disso.

Em seu *blog*, o NCIL justifica a importância da criação de um núcleo e como serão (re)construídas as diretrizes para os CILs do DF.

Porém, se por um lado a história destas instituições mostrou-se rica e bela pela maneira como se desenvolveu, o fato de não terem surgido de políticas públicas voltadas à melhoria do ensino de LEM deixou

³³ O *Gymnasiade* são os Jogos Mundiais Escolares, considerado o maior evento escolar do mundo, que foi realizado na capital brasileira durante os dias 28 de novembro a 03 de dezembro de 2013. O evento reuniu os melhores atletas com faixa etária entre 14 e 17 anos, regularmente matriculados nos ensinos fundamental e médio que representaram cerca de 40 países, e disputaram oito modalidades: atletismo, ginásticas aeróbica, artística e rítmica, natação, judô, karatê e xadrez. Brasília foi escolhida pela International School Sport Federation (ISF) como sede dos Jogos Escolares Mundiais, após vencer a disputa com Palma de Mallorca, na Espanha, e foi a primeira cidade das Américas a sediar o evento. O Brasil ficou em terceiro lugar no quadro de medalhas, com sessenta e nove no total, ficando atrás somente da Rússia (primeiro lugar) e Itália (segundo lugar). Disponível em: <http://gymnasiade-brasil2013.com/Gymnasiade_01/index.php/2013-10-11-05-42-42/a-gymnasiade>. Acesso em: 16 mar. 2014.

essas escolas à mercê de arcabouços regimentais muitas vezes não aplicáveis a escolas que fogem do padrão técnico-operacional da maioria das instituições públicas de ensino. A forçada adaptação a parâmetros administrativos das escolas regulares causou entraves, distorções e instabilidade na consecução do trabalho administrativo-pedagógico dos CIL, algo que desestimula e muitas vezes emperra a evolução do serviço por eles prestados.

Passados tantos anos desde a criação do primeiro Centro de Línguas, hoje temos finalmente um Núcleo (Núcleo dos Centros de Línguas - NCIL ou NUCELIN) dentro da Gerência de Escolas de Natureza Especial (GENESP) que vem concentrando esforços no sentido de oferecer meios para que essas tão almejadas políticas públicas sejam construídas, com a participação do maior número possível de agentes que queiram envolver-se com um processo inédito na história dos CIL, o qual parte do nível central, mas com a clara perspectiva de que somente com a colaboração daqueles que efetivamente estão envolvidos com o trabalho nessas escolas é que se conseguirão desenvolver políticas que realmente atendam às necessidades de todos os atores que têm provado, por meio de um trabalho competente e qualificado, que é possível oferecer um ensino público de línguas de qualidade. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2012)

Como destacado, realmente o núcleo vem realizando seu trabalho de maneira bastante democrática, por meio de comissões compostas de membros de cada CIL, que levam suas demandas às reuniões que até 2013 eram feitas semanalmente. Nesses encontros, os membros traziam suas demandas e o grupo sugeria algum tipo de solução, às vezes mais de uma. Essas propostas eram levadas para votação nos CILs e retomadas na semana seguinte para serem definidas pelo grupo maior. As propostas apresentadas nas reuniões também eram encaminhadas à Secretaria de Estado e Educação (SEEDF) pelo próprio NCIL com o objetivo de saber se legalmente essas propostas poderiam ser implantadas.

O chefe do Núcleo afirmou ainda que essa era a primeira vez que o governo dava carta branca a uma instituição pública de ensino para definir suas próprias diretrizes, destacando que o NCIL tinha total autonomia nas decisões que tomassem, desde que não fossem ilegais, claro. Segundo o entrevistado, uma das conquistas já realizadas pelo Núcleo foi a criação desde 2013 do calendário³⁴ próprio dos Centros Interescolares de Línguas. Antes disso os,

³⁴ Os CILs não podiam seguir o calendário das escolas regulares da SEEDF, pois seus professores retornavam de férias ou recesso escolar, juntamente com os demais, na primeira semana de aula das escolas os CILs ainda estavam fazendo procedimentos específicos do Ensino de Línguas, como o nivelamento. Além disso os CILs trabalham em regime semestral, ou seja, no início de cada semestre há divisão de turmas e novamente nivelamento etc.

CILs tinham que fazer seu próprio calendário que se adaptasse ao funcionamento da instituição, como é o caso do regime semestral.

2.7 Planejamento de Curso

As propostas apresentadas pelo NCIL para os Centros Interescolares de Línguas não poderiam deixar de passar pelo planejamento de cursos. Portanto, faz-se necessário entender como se dá este tipo de processo.

Na verdade, os Centros de Línguas já tinham uma forma de trabalhar muito parecida entre suas escolas, o que já estavam definidas nas Orientações Pedagógicas para os Centros de Línguas de 1994 e 2002, como descritas na sessão dedicada aos CILs. Conforme informou o responsável pelo NCIL em entrevista, essas Orientações já não têm validade, tendo sim um valor histórico de grande importância. Portanto, essas instituições estão passando por um momento de redefinição de seus trabalhos, um momento de (re)construção de seus princípios, objetivos e normas de trabalho.

Almeida Filho (no prelo) afirma que “a tarefa de planejar um curso de língua é uma atividade complexa do campo de conhecimento específico da LA que se ocupa do ensino e da aprendizagem de línguas, mas que não se restringe à aplicação de uma única ciência fonte”. O autor pontua alguns conhecimentos que são primordiais para que se consiga um bom resultado de planejamento de um curso de língua:

- sobre Lingüísticas Tradicional e Textual;
- sobre Aquisição de Segunda Língua-ASL;
- sobre Análise do Discurso, Sociolingüística, Pragmática;

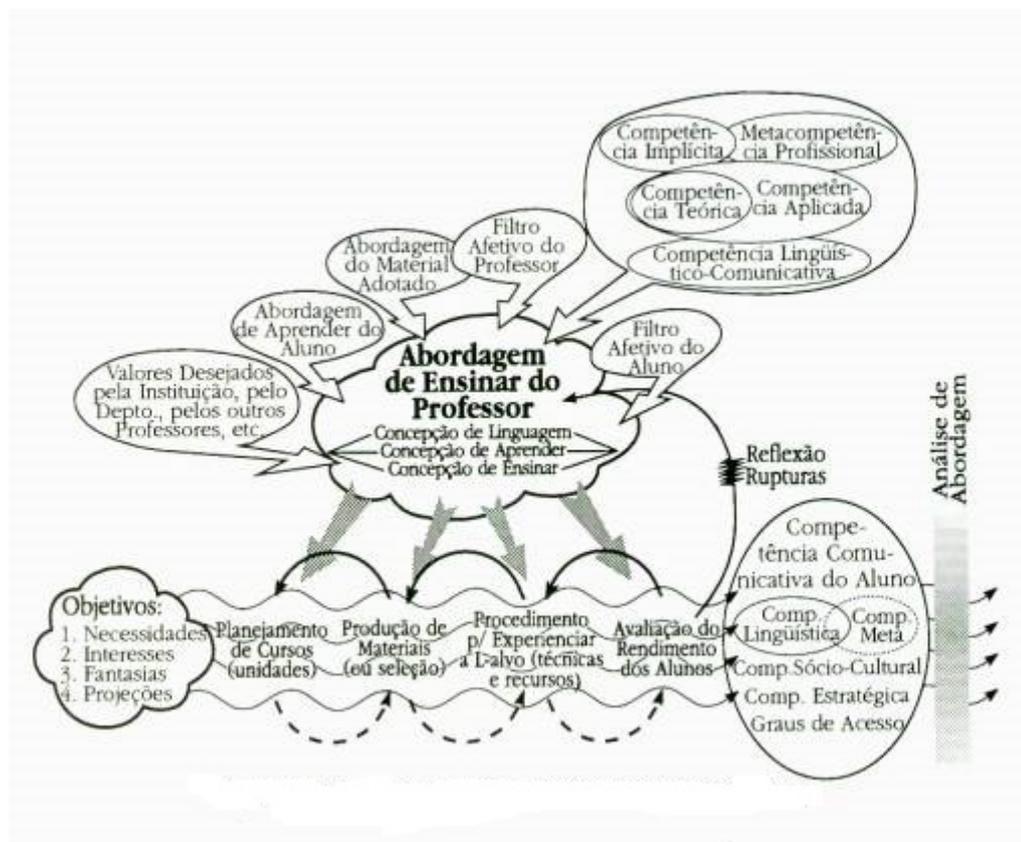
podendo ainda ter conhecimentos secundários, não obrigatoriamente sobre áreas afins como:

- Antropologia;
- Política Educacional;
- Psicologia Educacional;
- Pedagogia;
- Estatística entre outros.

Ainda segundo o autor, um planejamento de curso é, normalmente “um documento escrito, explícito, que contém previsões dos conteúdos-amostras e

da natureza das experiências que se farão **com e na** língua-alvo” (ALMEIDA FILHO, no prelo, p.1) (grifo do autor), portanto, as Orientações Pedagógicas tratadas acima se referiam ao planejamento dos cursos ofertados nos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal.

Figura 36 – A Operação Global de Ensino



Fonte – Almeida Filho (1993, p. 22).

A figura 36, chamada por Almeida Filho (1993) Operação Global de Ensino, apresenta uma complexa rede que envolve o ensino formal de línguas, sejam elas estrangeiras ou não. Nos fixaremos especificamente no que tange ao planejamento de curso na parte inferior da ilustração.

Coincido com o autor quando ele apresenta o planejamento de cursos precedido de uma análise de objetivos, que devem levar em conta as necessidades, interesses, fantasias e projeções dos envolvidos no processo de ensino de línguas. Após definidos esses pontos, deve-se passar ao planejamento de curso propriamente dito; a produção de materiais é o terceiro passo, seguido da experiência das técnicas e recursos planejados, para só então avaliar o rendimento dos alunos. Este processo, como apresenta o

esquema acima, é cíclico, ou seja ao final do ciclo é preciso analisar novamente tudo o que foi feito e refletir sempre se aqueles objetivos foram cumpridos ou não, e acrescento que é importante inclusive analisar, de tempos em tempos se os objetivos e necessidades seguem sendo os mesmos, caso contrário, todo o processo deve ser repensado e redefinido.

Conforme apresentado anteriormente, os CILs atualmente não têm um documento que regulamente seu funcionamento, porém, assim mesmo, tentam trabalhar de maneira coerente e concisa entre as escolas, oferecendo os mesmos cursos (Pleno e Específico) com a mesma duração, divisão em níveis semestrais, todas as escolas oferecem no mínimo inglês e espanhol, muitos dos livros didáticos adotados pelos centros também coincidem, isso facilita para que o aluno (caso necessite) possa migrar (transferir-se) de um CIL para outro.

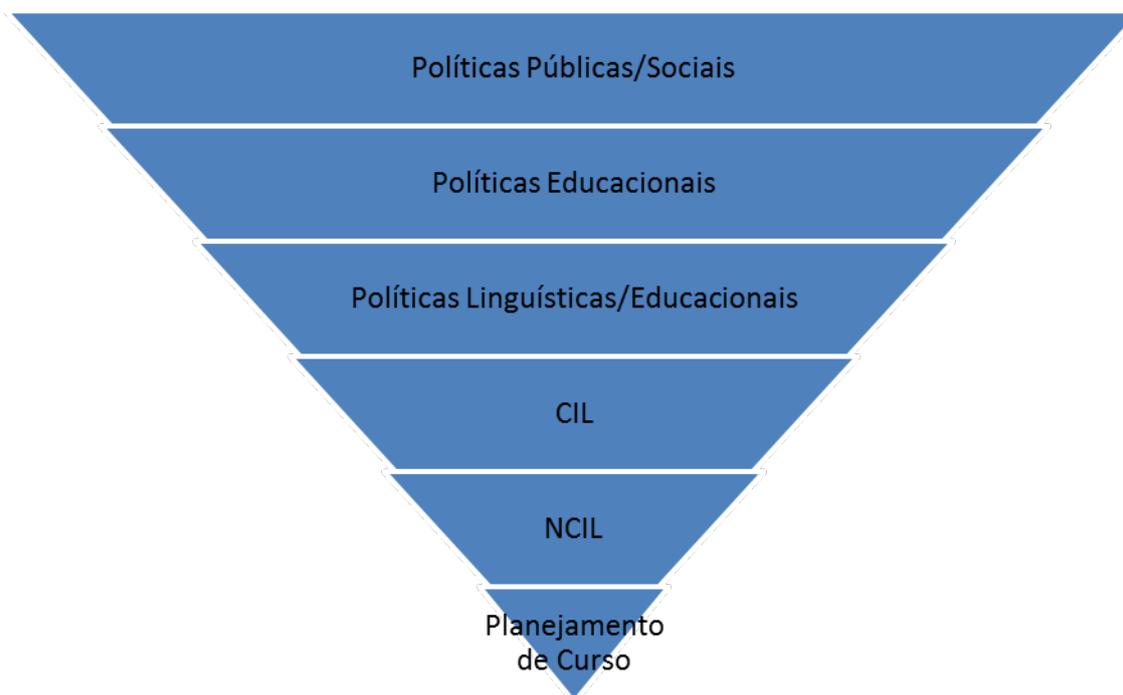
A forma de ingresso³⁵ nos CILs funciona igualmente para todos, porém esta está regulamentada, sendo definida pelo próprio Governo do Distrito Federal (GDF).

2.8 Retomando o capítulo

Recordando o que foi apresentado no capítulo Alicerce, podemos representar os construtos trazidos em uma pirâmide inversa (figura 37), em que começo pelas maiores Políticas, e termino em Planejamento de Curso:

³⁵ Desde 2010 alunos oriundos das escolas da rede pública do Distrito Federal, podem se inscrever pelo telefone 165, em dois períodos determinados, um no final, para ingresso nos CILs no primeiro semestre letivo do ano, e outro no meio do ano, para ingresso no segundo semestre letivo. Os alunos se candidatam à uma vaga, porém não há edital explicando quais tipos de critérios são usadas para a contemplação ou não destes alunos.

Figura 37 – Caminho da (re)construção das políticas para os CILs



Fonte: Autoria própria.

Os construtos teóricos representados na pirâmide acima são:

- Políticas Públicas e Sociais, as primeiras são destinadas à sociedade para sanar demandas apresentadas por ela, e as Sociais também dirigidas ao mesmo público, porém estas podem promover uma melhoria social daquela comunidade;
- Políticas Educacionais que podem ser entendidas como Políticas Públicas e Sociais, pois além de sanar demandas da comunidade/sociedade também, por meio destas é possível obter uma melhoria social;
- Políticas Linguísticas dedicadas a demandas das línguas faladas ou estudadas em um determinado território;
- Políticas Linguísticas Educacionais se dedicam ao ensino/aprendizagem de línguas, sejam elas estrangeiras ou não;
- Políticas Educacionais do DF, que contemplavam ou não os CILs e de que maneira o faziam.
- Os Centros Interescolares de Línguas - CILs, foi traçado o panorama de cada um deles, com sua história, estrutura física, nº de alunos, línguas

oferecidas, projetos de sucesso, etc. Em termos de estrutura física, três dos oitos CILs ainda funcionam em prédios de outras escolas. Dentre os cinco CILs que já tem suas sedes, somente um tem um prédio recém-construído para as necessidades dos alunos que ali estudam, os demais precisam de passar por reformas e até (re)construção de suas instalações para melhor atender aos seus alunos. Vale lembrar que cada CIL oferece ao menos três línguas (espanhol, francês e Inglês), alguns oferecem ainda uma quarta língua (três deles oferecem japonês e um alemão) a seus alunos, que são oriundos da rede pública de ensino do Distrito Federal. Atendendo a mais de 30.000 alunos em sua totalidade, a maioria deles (cerca de 70%) estuda inglês, seguidos do espanhol, francês, japonês e alemão.

- Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas – NCIL da SEEDF, responsável pela reestruturação das políticas para o funcionamento dos CILs.
- Planejamento de curso de línguas estrangeiras, que é uma fase imprescindível para a criação ou (re)construção das novas diretrizes dos CILs.

CAPÍTULO III

MÃOS À OBRA

Figura 38 – Trabalhador



Fonte: Di Cavalcante (193--)

*“Ser homem é ser responsável.
É sentir que colabora na
construção do mundo”*

([Antoine de Saint-Exupéry](#))

3.1 Introdução

Chegamos ao capítulo que apresenta a metodologia da pesquisa, a maneira escolhida para dar forma ao que foi idealizado desde o início desta empreitada acadêmica. Em “Mãos à Obra” versarei sobre os fundamentos de uma pesquisa qualitativa essencialmente documental com traços etnográficos. Neste capítulo também descrevo o contexto e os participantes da pesquisa, além dos instrumentos utilizados para a geração de dados e os procedimentos para a análise dos dados.

3.1 Natureza da pesquisa

Como dito anteriormente, esta pesquisa trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, Godoy (1995, p. 21) defende que “segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que

ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Neste sentido vale destacar que o estudo aqui proposto aborda um campo transdisciplinar onde são tratadas políticas públicas educacionais, ou, mais especificamente de políticas linguísticas educacionais, além de história do ensino de línguas, planejamento de curso, entre outros temas secundários. Parafraseando Larsen-Freman (1997) neste tipo de metodologia o pesquisador não testa hipóteses, mas sim, observa o que vê, estando livre para variar suas hipóteses no decorrer da observação. Concordando com eles Neves (1996) acrescenta que

[...]a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para a análise de dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.

Como vemos é possível perceber que esta pesquisa se encaixa perfeitamente nesta metodologia, não trazendo instrumentos estatísticos como centrais para análise de dados, fazendo da observação uma das maiores fontes de dados. Para tanto serão adotados

multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e procurando tanto encontrar sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (CHIZZOTTI, 2003 p. 221).

Dentro deste paradigma o estudo aqui apresentado será essencialmente documental, pois analisei inúmeros documentos oficiais a nível nacional e distrital, a fim de entender em quais deles se legitima o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas. Chamo de documentos oficiais, Leis, Decretos, Portarias, Regimentos, Relatórios de órgãos ligados ao governo federal, local, ou até mesmo às escolas pesquisadas. Godoy (1995, p. 21) acrescenta que a pesquisa documental trata-se do “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que

podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares”.

Além de documental este trabalho apresenta traços de etnografia, pois além da análise documental, como dito acima, foram observadas reuniões onde se tratava da elaboração das novas diretrizes para os CILs. O estudo de cunho etnográfico pretende observar o comportamento dos participantes em seu ambiente, além de apresentar uma descrição e um relato interpretativo-exploratório do que estes fazem naquele ambiente (WATSON-GEGEO, 1995). Por tanto, o pesquisador deve observar e analisar exaustivamente o ambiente e os participantes pesquisados, para obter uma visão o mais completa possível do que se está estudando, como uma espécie de raio-x do contexto estudado.

É importante destacar que a etnografia é *qualitativa* e *naturalista*, *qualitativa* pois abrange uma serie de outras técnicas de pesquisa e se preocupa em identificar a presença ou ausência de algo e em determinar sua natureza peculiar, e *naturalista* porque requer a inserção/observação por parte do pesquisador no ambiente onde se encontram os participantes. (WATSON-GEGEO, 1995)

3. 3 Contexto da Pesquisa

Os oito Centros Interescolares de Línguas (CILs) do Distrito Federal fazem parte da rede pública de ensino, e estão espalhados por sete das trinta regiões administrativas da capital federal: Brasília, Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Sobradinho e Taguatinga. Atualmente os CILs atendem a alunos de escolas públicas, a partir do sexto ano do ensino fundamental, oferecendo cursos de alemão, espanhol, francês, inglês e japonês, com duração de três a seis anos. Porém, infelizmente Como afirma Sant’Ana (2009)

parece não haver políticas claras sobre os CILs por parte da Secretaria de Educação e do Governo local. Essa falta de clareza se traduz em políticas públicas inadequadas ao funcionamento dos centros de línguas adotadas ou esquecidas por diferentes governos. (p. 12)

Para sanar esta dificuldade vivida por estas escolas de ensino de línguas, recentemente (meados de 2012) foi criado, dentro da Secretaria de Estado e Educação de Distrito Federal (SEDF) e atrelado à Gerência de Escolas de Natureza Especial (GENESP), o Núcleo dos Centros Interescolar de Línguas (doravante NCIL), o qual tem por objetivo

oferecer meios para que essas tão almejadas políticas públicas sejam construídas, com a participação do maior número possível de agentes que queiram envolver-se com um processo inédito na história dos CIL, o qual parte do nível central, mas com a clara perspectiva de que somente com a colaboração daqueles que efetivamente estão envolvidos com o trabalho nessas escolas é que se conseguirão desenvolver políticas que realmente atendam às necessidades de todos os atores que têm provado, por meio de um trabalho competente e qualificado, que é possível oferecer um ensino público de línguas de qualidade. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2012)

O NCIL pretendia concluir a primeira etapa das discussões das novas diretrizes dos CILs ainda no ano de 2012, para que tais diretrizes (com algumas mudanças) pudessem ser implantadas nas oito escolas de línguas supracitadas já em 2013. Porém, após muitas discussões, ficou decidido que apenas dois CILs (CILB e CILSob) pilotariam em 2013 algumas das propostas discutidas no ano anterior. Desde a criação do NCIL e especialmente durante o ano de 2013 acompanhei o processo da (re)construção das políticas específicas para o funcionamento Centros Interescolares de Línguas do DF, participei e registrei este momento histórico dentro da educação do Distrito Federal que certamente mudará os rumos da educação, sobretudo no que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras, na capital brasileira.

Trabalhei em três fases:

1. Observação e acompanhamento – (re)construção das diretrizes:
 - ✓ de como se deram as discussões para criação das novas diretrizes que a partir de sua criação regerão o trabalho dos CIL;
 - ✓ do processo de criação/elaboração de tais políticas;
2. Centro Interescolar de Línguas

- ✓ Investigação sobre a implementação de algumas propostas das novas diretrizes, neste caso somente nos CILs de Brazlândia e Sobradinho que pilotaram essas mudanças;
- ✓ observando a adaptação às mudanças por parte dos docentes, gestão e comunidade escolar em geral destas instituição que pilotaram as mudanças;
- ✓ entender as expectativas dos demais CILs com relação às mudanças propostas;

3. Análise documental

- ✓ de leis, portarias, relatórios, etc (ou a falta destes) referentes aos CILs e
- ✓ o resgate da historia dos CILs dentro da perspectiva dos participantes fazendo um paralelo destes documentos oficiais e sua aplicação histórica nos CIL.

As três fases, que haviam sido pensadas inicialmente como etapas, na qual a primeira se concluiria em 2012 e as demais seriam realizadas em 2013, não ocorreram conforme o esperado, pois as discussões do NCIL, para a elaboração das novas diretrizes se estenderam pelo ano de 2013. Tal fato, fez com que a primeira fase se estendesse pelos dois anos citados. A segunda fase foi realizada ao final do segundo semestre letivo de 2013 para que os CILs que estão pilotando as propostas pudessem apresentar um panorama geral deste ano letivo.

3.4 Instrumentos de Coleta de dados

Busquei por documentos em vários âmbitos, já que o tipo de pesquisa apresentado anteriormente assim o requer. Uma das bases da pesquisa foi a participação e observação de reuniões do NCIL, além de participar (como aluna e pesquisadora) de um curso sobre Currículo, oferecido pelo próprio Núcleo e pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) com notas de campo, para o melhor entendimento de como se deu a elaboração das tão esperadas diretrizes que regerão os CILs. Outros dois importantes instrumentos de pesquisa que foram entrevistas semi-estruturadas e os questionários (encontrados nos apêndices de A a E) com participantes de vários âmbitos, como responsáveis pela (re)construção das políticas para os

CILs, gestores de CIL, além de coordenadores e professores, para que seja possível observar o impacto destas políticas no funcionamento da escola.

Outro instrumento usado desde o início da pesquisa foi a análise documental. Gil (2009) destaca que são muitas as possibilidades neste tipo de análise, pois considera documento como qualquer fonte de documentação já existente, qualquer vestígio deixado pelo ser humano. Nesta pesquisa foi imprescindível fazer uma minuciosa análise documental, por meio de leis que regem o ensino no Brasil e no Distrito Federal, publicações de portarias, circulares, relatórios, regimentos, além de análise das Orientações Pedagógicas de 1994 e 2002, e estratégias de matrículas para Centros Interescolares de Línguas, esta última é um dos únicos documentos vigentes (pois são publicados anualmente) que contemplam os CILs.

Neste resgate histórico e político destas instituições de ensino, foi de suma importância também, novamente o uso das entrevistas com professores/gestores dos CIL, que passaram por diferentes períodos destas escolas, para que seja possível ter um melhor entendimento de como cada período registrado nas leis, portarias, etc. impactaram o trabalho nas escolas em questão.

3.5 Participantes da pesquisa

Participaram desta pesquisa, membros do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas, os quais, antes de assumirem a grande responsabilidade de mediar a (re)construção das políticas públicas para os Centros Interescolares de Línguas, fizeram parte desta instituição durante longo período como professores ou gestores, entendendo que a iniciativa da Secretaria de Estado e Educação, nomeando pessoas que tem larga experiência junto às instituições a qual deverão redefinir políticas é memorável, já que essa não é uma prática constante.

Além destes, gestores e professores de alguns CILs, sobretudo os que participaram das comissões do NCIL, responderam a questionários e entrevistas.

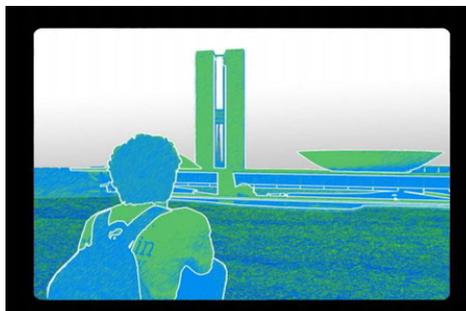
3.6 Retomando o capítulo

No capítulo Mãos à Obra apresentei a metodologia adotada para a concretização desta pesquisa. Optei pela pesquisa qualitativa essencialmente documental, analisando inúmeros documentos como: leis, portarias, regimentos, etc. a fim de entender em que medida tais políticas nacionais ou locais, contemplavam e/ou legitimavam o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas do DF. Porém o estudo traz ainda traços etnográficos, visto que foi necessário acompanhar, reuniões, palestras e encontros do NCIL, com o intuito de entender de que maneira se daria o processo de (re)construção das políticas dos CILs/DF.

CAPÍTULO IV

ERGUENDO PILARES

Figura 39 – Reforma universitária



Fonte – <http://fbcu.com.br/>

“A reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino.”
(Morin, 2000)

4.1 Introdução

No decorrer de “Erguendo Pilares” dar-se-á a análise de dados da presente pesquisa, objetivando responder as perguntas e as inquietações apresentadas no capítulo inicial deste trabalho. O nome escolhido para dar título a esta sessão se refere ao início da (re)construção das políticas, ou seja, será a sustentação de toda a obra, que perdurará por muito tempo, e com isso tais pilares devem ser sólidos e bem construídos para que seu objetivo principal seja alcançado com êxito.

Como a imagem e a perífrase de Morin (2000) sugerem, nas seguintes páginas serão apresentados os passos dados pelo NCIL e suas comissões com o objetivo de reformar o ensino nos CILs, e porque não dizer reformar também o pensamento da comunidade escolar dessa instituição de ensino de língua estrangeira. Além disso, serão apresentadas ainda as impressões que os agentes envolvidos no processo de (re)construção das políticas tiveram no decorrer dessa reconstrução.

Gomes (2012, p. 79) entende que o foco da análise e da interpretação de dados coletados dentro de uma pesquisa qualitativa é “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. O autor aponta ainda que durante a análise é importante levar em conta os pontos divergentes e convergentes em um mesmo meio social.

Nesse sentido é importante retomar as perguntas de pesquisa e os objetivos expostos em ‘Demarcando Território’, o primeiro capítulo deste trabalho:

Tabela 5 – Perguntas, objetivos e instrumentos da pesquisa.

Objetivo	Perguntas de pesquisa	Instrumento
Entender como se deu a construção/criação dos CILs	1. Como foram criados os oito Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal? 1.1 Como estão estruturadas as sedes destes Centros de Línguas?	Análise documental Visita aos CILs
Apresentar quais políticas públicas educacionais eram ou são direcionadas aos CILs	2. Quais políticas públicas, educacionais ou linguísticas regeram estas instituições desde sua criação?	Análise documental
Acompanhar a (re)construção das políticas públicas direcionadas aos CILs	3. De que maneira estão sendo (re)construídas as políticas públicas para os CILs do DF pelo NCIL e suas comissões? 3.1 Quais as mudanças propostas pelo NCIL com relação ao funcionamento dos Centros?	Análise documental Entrevistas Questionários Participação das reuniões e cursos oferecidos pelo NCIL

Fonte – Autoria própria

Vale ressaltar que a análise documental começou a ser feita no capítulo II – Alicerce, em que as políticas educacionais e políticas que regem o funcionamento dos CILs já foram abordadas.

O capítulo que se segue se organizará da seguinte maneira, versarei sobre a (re)construção das políticas públicas para os Centros Interescolares de

Línguas do Distrito Federal, fazendo uma retrospectiva dos trabalhos realizados pelo Núcleo dos CILs desde sua criação (2012) até o encerramento desta pesquisa (maio de 2014), abordando quais passos foram dados pelo NCIL e pelas comissões que o formaram, além de mencionar o que ainda falta concluir para o término dessa grande “obra”. Destacando ainda a impressão de agentes que ajudaram na criação ou participam da execução de mudanças sugeridas pelo Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal.

4.2 A (re)construção das Políticas Públicas para os CILs

A (re)construção das políticas públicas dos Centros Interescolares de Línguas (CILs) vem sendo mediada pelo Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas (NCIL) desde sua abertura em 2012. Esse processo ocorre de maneira relativamente morosa, sobretudo se considerados os prazos apresentados inicialmente pelo núcleo. Essa lentidão se explica especialmente pelo fato de que o processo está ocorrendo de maneira bastante democrática, com a abertura para diálogos e discussões em todos os CILs, além de votação das propostas sugeridas pelo Núcleo e pelos integrantes das comissões formadas, o que retarda de forma significativa todo o processo de mudanças. O NCIL justifica em seu *Blog* a participação dos CILs na (re)construção das diretrizes da instituição:

[...] o Núcleo (Núcleo dos Centros de Línguas - NCIL ou NUCELIN) dentro da Gerência de Escolas de Natureza Especial (GENESP) que vem concentrando esforços no sentido de oferecer meios para que essas tão almejadas políticas públicas sejam construídas, com a participação do maior número possível de agentes que queiram envolver-se com um processo inédito na história dos CIL, o qual parte do nível central, mas com a clara perspectiva de que somente com a colaboração daqueles que efetivamente estão envolvidos com o trabalho nessas escolas é que se conseguirão desenvolver políticas que realmente atendam às necessidades de todos os atores que têm provado, por meio de um trabalho competente e qualificado, que é possível oferecer um ensino público de línguas de qualidade.
(NCIL – NOVAS DIRETRIZES, [2013](#))

O NCIL logo no início de seus trabalhos, por ser formado por professores oriundos de uma dessas escolas, assumiram essa postura de

mediadores da (re)construção das políticas para os CILs. Estabeleceu-se que os Centros enviariam representantes às reuniões realizadas pelo NCIL, formando assim, comissões para a discussão de cada assunto em pauta. As reuniões ocorreram semanalmente de meados de 2012 a meados de 2013, exceto quando havia algumas modificação de calendário. A participação de representantes de cada CIL tinha o objetivo de levantar demandas e possíveis soluções que viessem dessas comissões.

Em junho de 2012, duas comissões foram formadas, uma que elaboraria as Diretrizes Institucionais dos CILs e outra que trataria do Currículo e da Avaliação destas escolas, porém os trabalhos da comissão de Currículo e Avaliação foram adiados priorizando a elaboração das Diretrizes, e na sequência se iniciaria o trabalho da comissão de currículo, já em 2013.

Para melhor entendimento do processo de (re)construção das políticas públicas para os Centros Interescolares de línguas, este tópico será dividido, conforme o fizeram no NCIL, a seguir apresentarei o trabalho realizado pelas duas comissões separadamente:

4.2.1 Comissão de Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Língua

Quando começaram os trabalhos da Comissão de Diretrizes (meados de 2012) foi sugerido por professores do CILG (Guará) que o curso pleno fosse reduzido em um ano³⁶, além de ter nova nomenclatura nos níveis de ensino, seguindo os moldes do Quadro Comum Europeu de Referência (QCER)³⁷. Alguns pontos importantes foram abordados após essa sugestão, dando início assim a uma série de questionamentos, como: quantas portas de entrada³⁸

³⁶ Para melhor entendimento do funcionamento dos cursos dos CILs vide Capítulo I, contextualização da questão de pesquisa.

³⁷ Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas (QCER), que tem o intuito de estabelecer padrões de ensino de línguas, definindo o que cada estudante de língua estrangeira precisa saber para atingir determinado nível de conhecimento, esta política, apesar de ter sido criada pelo Conselho da Europa, pensada por 10 anos para as especificidades de uma comunidade particular (União Europeia) considerada multilíngue. O QCER traz este último construto como: “conhecimento de várias línguas ou a coexistência de diferentes línguas em uma sociedade determinada”. (QCER, 2002, p. 4).

³⁸ Foi chamado de porta de entrada o tipo de público que é atendido pelos CILs e como são encaminhados, atualmente temos três portas de entrada para alunos da rede pública do Distrito Federal: Alunos de sexto ano do ensino fundamental (iniciam curso pleno no ciclo Juvenil - J), alunos apartir do sétimo ano do ensino fundamental (iniciam curso pleno no ciclo básico) e

devem ser disponibilizadas ao público dos CILs; a quantidade de alunos que concluíram o curso em cada ciclo nos últimos dez anos, o quantitativo de professores de rede pública de ensino que tem formação nos CILs³⁹, etc.

Já em agosto de 2012, houve uma nova reunião onde se discutiu o alto índice de reprovação e evasão no ciclo básico, os representantes dos CILs após apresentarem o problema em seus respectivos Centros, trouxeram propostas de intervenção no sentido de sanar ou amenizar tal situação. Uma delas foi a extinção da recuperação final e sua substituição por uma recuperação processual, a ideia seria consultada pelo então Gerente da GENESP (Gerencia das Escolas Especiais) nas Diretrizes Avaliativas da SEEDF, para assegurar que tal mudança não feriria este documento da Secretaria de Educação do Distrito Federal. (NCIL, 2012).

O CIL-Sob (Sobradinho) apresentou outra proposta na mesma reunião, esta gerou grande discussão, que perdura até o momento nos Centros Interescolares de Línguas. A ideia era igualar o tempo de aula do diurno ao do noturno, ou seja, reduzir o de 1h40 para 1h20. O que possibilitaria uma sobra de uma hora no período matutino e vespertino, a do matutino seria de 11h às 12h e a do vespertino seria de 13h às 14h. Estes horários geralmente são bem problemáticos nos CILs, pois o aluno que estuda pela manhã no CIL tem pouco tempo pra chegar a sua escola e o que estuda LE à tarde tem pouco tempo para chegar ao Centro de Línguas (geralmente menos de uma hora). Muitos não almoçam e se atrasam com frequência, o que gera um esvaziamento desses horários. Esta hora excedente seria usada para trabalhar com projetos⁴⁰.

O chefe do NCIL sugeriu então que este horário fosse dedicado à oferta de cursos livres, ensino a distancia ou mesmo reforço, para não haver prejuízo salarial aos professores.

Já em 17 de setembro de 2012 a reunião se iniciou com uma fala do Gerente da GENESP, sobre a abertura da futura Faculdade de Educação do Distrito Federal e a possível participação dos CILs neste processo de abertura

alunos do ensino médio ou educação de jovens e adultos – EJA (fazem o curso específico, com duração de três anos).

³⁹ Mais adiante apresentarei um quadro com a formação de professores atuante em um dos oito centros.

⁴⁰ Para melhor entendimento do funcionamento dos CILs até então, vide Capítulo I – 1.2 Contextualização da Questão de Pesquisa.

e como colaboradores da Faculdade. Este também se posicionou sobre horário livre caso a proposta da semana anterior fosse aprovada, afirmando que poderiam ser oferecidos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), como já ocorre nas escolas técnicas. Sousa (2013) afirma que o curso FIC por ser de pequena duração e fácil acesso tem grande procura nos Institutos Federais de Brasília (IFB). A autora diz ainda que conforme

O Art. 3º do Decreto 5.154/2004, que regulamenta o Cap. III da LDB, nos apresenta a definição dos cursos FIC e suas funções:
 “Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.” (p. 77)

Após discussões foram retomadas as propostas da reunião anterior de onde saíram três propostas de reestruturação do curso dos CILs que seriam votadas em cada CIL.

Tabela 6 – Propostas de reestruturação dos cursos dos CILs.

	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3
Tempo de curso	Redução de 1 ano no curso Pleno	Redução de 1 ano no curso Pleno	Redução do curso Pleno para 5 anos
Implantação de curso FIC	_____	Sim	Sim
Mudanças	Duração do curso para os que ingressam no CIL: No 6º ano → 6 anos. No 8º ano → 5 anos.	Duração do curso para os que ingressam no CIL: No 6º ano → 6 anos. No 8º ano → 5 anos. Mais curso FIC	Duração do curso para os que ingressam no CIL: No 6º ano → 5 anos. No 8º ano → 5 anos. Mais curso FIC

Fonte: Autoria própria

No encontro seguinte, 25 de setembro, as comissões presentes informaram que os CILs acabaram não votando em nenhuma proposta, pois muitas dúvidas sobre as propostas apresentadas surgiram no momento das discussões em cada Centro. Além disso, mais duas propostas foram colocadas:

O CIL de Ceilândia apresentou uma proposta de redução do tempo dos cursos para 4 anos, com cursos FIC e currículo baseado no Marco Comum Europeu.

E os representantes do CIL do Gama trouxeram a sugestão de diminuição da aula em 10 minutos em vez dos 20 minutos propostos pelo CIL de Sobradinho, além da aplicação de média 6 nas avaliações e aumento do tempo do Curso Específico. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

Após todas essas dúvidas e questionamentos, representantes da GENESP se propuseram a fazer visitas aos CILs que a desejassem, para esclarecer melhor as propostas e sanar dúvidas dos professores. Somente os CILs Guarά, Sobradinho e Ceilândia não solicitaram tal visita.

Após reuniões feitas nos CILs que a solicitaram, em 4 de outubro de 2012 houve votação das três propostas apresentadas na tabela 6, em que o resultado foi:

- Proposta 1 – 3 votos (CILs: 01, Gama e Ceilândia)
- Proposta 2 – 1 voto (CIL – Guarά)
- Proposta 3 – 4 votos (CILs: 02, Brazlândia, Taguatinga e Sobradinho)

Portanto venceu a proposta que reduz o curso para cinco anos independente da série em que o aluno ingresse nos Centros Interescolares de Línguas, além do oferecimento dos cursos FIC nos horários críticos, matutino de 11h às 12h e vespertino de 13h às 14h. Indagou-se quando tal proposta seria posta em prática, porém ainda não havia uma definição para o início das mudanças. Foi acatada a solicitação de que um fórum de discussão fosse realizado na semana pedagógica do ano seguinte (2013). É importante destacar que as propostas apresentadas na reunião seguintes não foram colocadas em votação.

Já no final do mês de outubro foi redigido o texto preliminar das Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas (Anexo D). Neste momento o documento aparece com a seguinte legenda no *blog* do NCIL:

Segue abaixo o documento que traz o corpo das Diretrizes dos CIL, conforme decidido pela Comissão de Diretrizes Institucionais. Esta é uma minuta para apreciação pelos profissionais dos Centros de Línguas. Poderão ser feitas considerações, reparos e observações

para aprimoramento do texto. Outros elementos serão disponibilizados oportunamente para apreciação.

Informamos, também, que este texto circula em outras instâncias da Secretaria para pareceres técnicos quanto à legalidade e viabilidade dos aspectos apresentados na proposta. Nossa expectativa é que possamos publicar nota técnica até dezembro de 2012.

A GENESP, por meio do Núcleo dos Centros de Línguas, agradece a participação e o interesse demonstrado ao longo do processo pelos profissionais dessas instituições. Parabeniza a todos, ainda, pela coragem em renovar e pensar de forma ampla na Educação gerida por esta Secretaria. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

É possível perceber na nota citada, e no relato das reuniões apresentado o caráter democrático que apresentou os trabalhos realizados pelo NCIL, juntamente com as comissões de profissionais dos Centros Interescolares de Línguas. O Núcleo se mostrou aberto às sugestões, bem como às críticas durante os encontros. No próximo tópico, tratarei mais detalhadamente do documento.

Em novembro seguiu-se as discussões de como essas mudanças seriam implementadas nos CILs e algumas sugestões foram apontadas. Essa reunião já se deu com a comissão de currículo. Algumas das indagações a respeito das mudanças propostas foram: a continuidade do ciclo Juvenil e a sugestão de que o modelo apresentado fosse realizado primeiramente em um CIL menor como projeto-piloto para depois se pensar em uma implementação geral. O chefe do Núcleo se propôs a levar tais propostas a instancias superiores da SEEDF, para análise.

Já em 13 de dezembro de 2012, última reunião daquele ano, participaram: a comissão de currículo, gestores e secretários dos CILs. Foi informado a todos que os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) se chamariam nos CILs Cursos de Formação Complementar (CFC), já que aqueles têm características específicas para o ensino técnico. Foi aprovada a implementação das mudanças sugeridas até agora em caráter piloto no CIL de Sobradinho e se outro CIL menor também tivesse interesse em testar o novo formato do curso de maneira voluntária, também seria autorizado. E, nos demais CILs se implantaria somente a reestruturação dos cursos em cinco anos com entrada no J1 (6º ano do ensino fundamental) e 1A (a partir do 8º

ano do ensino fundamentou). Retomou-se as discussões sobre a extinção do ciclo juvenil⁴¹, como relata ata da reunião:

Alguns professores pediram que se repensasse a redução para cinco anos para os alunos que começassem no J1, pois sendo um ciclo de sensibilização para a aprendizagem de línguas, ele deveria ser mantido como tal e os alunos que o finalizassem entrariam no 1A, finalizando o curso em seis anos. O professor Ivo recordou que a decisão de manter cinco anos mesmo a partir do J1 foi aprovada democraticamente pela comissão que elaborou as Diretrizes Institucionais, depois de discussões feitas em todas as escolas, o que inviabilizaria uma mudança repentina sem que essa possibilidade passasse por novas discussões em cada instituição. Deixou-se claro que isso poderia ser levado a nova análise caso a comissão visse por bem rediscutir a questão com todos os professores. Foi proposto que na retomada das discussões em 2013 isso fosse elemento de pauta a fim de que estratégias fossem pensadas no sentido de melhor adaptar a atual realidade ao novo modelo de 5 anos e evitar impactos indesejáveis devido à mudança. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

Vale ressaltar que essa preocupação é pertinente, pois deve-se considerar que houve pouquíssimo tempo para debate dessas mudanças e conseqüentemente, votação, um caso tão delicado como é o do Juvenil, deve ser levado em consideração e repensado, debatido com todos os CILs, para que se chegue a uma decisão que beneficie o aluno.

O ano de 2012 foi muito intenso no que diz respeito à organização para o início dos trabalhos do NCIL que tem como principal objetivo a (re)construção das políticas públicas para os Centros Interescolares de Línguas. Após a criação do Núcleo, iniciaram-se em agosto deste ano, as reuniões com formação de comissões formadas por integrantes de cada CIL, para melhor entendimento das demandas e possíveis soluções. Alguns dos principais problemas destacados foram a evasão e a reprovação no ciclo básico. Várias propostas foram apresentadas para sanar ou minimizar o problema citado, no total, cinco CILs apresentaram sugestões de mudanças. Três destas foram para votação nos Centros, porém muitos professores tinham dúvidas a respeito

⁴¹ O curso pleno dos CILs, quando o aluno ingressa no 6º ou 7º ano do ensino fundamental, ele passa por um ciclo chamado de Juvenil (nos níveis J1 e J2). Essa fase costuma ser de sensibilização com a língua, que é trabalhada de maneira mais lúdica e adequada à idade dos alunos (de 10 a 12 anos), a maior parte da avaliação destes níveis se dá pela participação do aluno em sala e a produção de um portfólio durante o semestre letivo. Com a diminuição do curso para cinco anos para todos essa metodologia específica para esta faixa etária teria que mudar, pois todos os alunos teriam que seguir um mesmo ritmo de curso, acabando assim com a especificidade do ciclo Juvenil, e, conseqüentemente acabando também com o ciclo.

das propostas e solicitaram visita do NCIL ou GENESP para esclarecimento, após visita e votação a proposta escolhida diminuía o curso Pleno de 6 a 7 anos para 5 anos, reduzia ainda as aulas de 1h40 para 1h20 no diurno, além do oferecimento de Cursos de Formação Complementar (CFC) no horário que restasse da redução (de 11h às 12h e de 13h às 14h). Tal decisão preocupou muitos professores durante reuniões seguintes, devido às particularidades do ciclo Juvenil (alunos de 6º e 7º ano do ensino fundamental), que até então eram trabalhados como níveis de sensibilização com a língua estrangeira estudada, em que a principal fonte de avaliação era o portfólio. É importante ressaltar que todo esse processo se deu de maneira muito rápida, desde as propostas, feita em setembro de 2012, até sua votação no mês seguinte. O que significa dizer que houve pouco tempo para debate, esclarecimentos e refinamento das propostas. No final do mês de outubro foi apresentado ainda o texto preliminar das Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas para apreciação dos CILs.

As mudanças apresentadas foram pilotadas no ano seguinte (2013) por dois CILs: Sobradinho e Brazlândia.

4.2.1.1 Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas

O texto preliminar das Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas (Anexo D) destaca que, apesar da longa história e relevância dos CILs na capital Federal, esta é a primeira vez que se constroem Diretrizes para os Centros que “estabelece a estrutura, a organização e o funcionamento dos CILs”, diz que o documento “derivou-se de ampla discussão que envolveu a participação direta e representativa de profissionais de cada uma das oito escolas públicas de línguas do DF.” apresenta a Missão dos CILs, bem como Visão, Objetivos Gerais e Específicos, Objetivos voltados aos profissionais de LEM, além de apresentar a Estrutura dos Cursos, já nos moldes da proposta votada anteriormente.

Resumidamente o documento diz que a missão dos Centros Interescolares de Línguas é

Preparar alunos da rede pública de ensino do DF, tendo em vista sua formação integral, como aprendizes de outras línguas e suas respectivas culturas, autônomos na esfera da comunicação, e conscientes da linguagem como insumo para uma aprendizagem contínua, sob uma perspectiva inclusiva e de respeito à diversidade humana. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

A dita missão coincide com os trabalhos que vêm sendo realizados nos CILs, porém foram acrescentadas a ela mais duas missões que serão novidades na rotina dos Centros Interescolares de Línguas, a de atender “em caráter suplementar, formação inicial para alunos de graduação em LEM na Faculdade de Educação da SEEDF, assim como formação continuada a professores de LEM da rede pública de ensino do DF.” (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013). Segundo a coordenação do NCIL, a Faculdade de Educação mencionada ainda não está em funcionamento, ainda não há previsão de abertura da mesma, portanto, ainda não sabemos quando e nem de que maneira esta colaboração entre os CILs e a Faculdade se dará. Alguns projetos já contemplaram a formação continuada de professores de LEM nos CILs, porém estes cursos oferecidos foram de pequena duração e funcionaram de maneira isolada, não há um projeto fixo nos CILs para atender a este público.

Como visão o documento apresenta “Serem centros de referência nacional no ensino de línguas que proporcionem uma aprendizagem de forma significativa, democrática, plural e sob uma perspectiva cidadã e inclusiva”. Também vale ressaltar, com relação à visão de aprendizagem inclusiva que infelizmente os CILs recebem com frequência alunos com necessidades educacionais especiais (ANEE) ou seja, com deficiências (sejam elas físicas, visuais ou auditivas) e/ou transtornos global do desenvolvimento (TGD)⁴², além de alunos com altas habilidades⁴³, e estes deveriam ser atendidos nas salas de recursos com professores especializados em educação inclusiva, para dar apoio e reforço aos alunos que o necessitassem. Porém, dos oito Centros Interescolares de Línguas, ainda temos três (Brazlândia, Ceilândia e Gama) que não dispõem dessa sala e nem do profissional que possa atender a esses alunos, o que dificulta significativamente uma aprendizagem inclusiva de fato,

⁴² Os TGD englobam os diferentes transtornos do espectro autista, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett.

⁴³ Para alunos com altas habilidades, antes conhecidos como superdotados, há uma sala específica nas Regionais de Ensino.

os professores e os orientadores educacionais destes Centros acabam atendendo esses alunos com algum auxílio de professores itinerantes, porém com grande dificuldade dos professores regulares dos CILs, pois se deparam com alunos que têm transtornos que eles desconhecem totalmente e não sabem como lidar com estudantes que tenham essas especificidades, o que gera inúmeros problemas, tanto para o docente que fica inseguro diante da situação, quanto para o aluno que acaba não tendo o atendimento adequado, e dificilmente a aquisição satisfatória de conhecimentos sobre a LE estudada que ele provavelmente alcançaria se tivesse acesso a sala de recursos com profissionais especializados em educação especial e, preferencialmente em uma língua estrangeira.

Questionado sobre o assunto, o chefe do NCIL, afirmou que a GENESP solicitou à SEEDF a abertura de salas de recurso em todos os CILs com pelo menos quatro professores para realizarem este trabalho. É importante ressaltar que ainda não foi solicitado que estes professores fossem profissionais de línguas estrangeiras, além disso, os Centros que possuem a sala dispõem geralmente de apenas um ou dois professores, que normalmente tem formação em Letras e inclusão. Como relatado acima, três CILs (Brazlândia, Ceilandia e Gama) ainda não possuem as salas de recurso, e são atendidos somente por professores itinerantes que auxiliam periodicamente os professores dos Centros que por ventura tiverem algum aluno com necessidades especiais. O mesmo representante do Núcleo acrescentou ainda que, até aquele momento, não haviam propostas específicas dentro das Diretrizes que estavam sendo elaboradas pelo NCIL e por suas comissões. Ou seja, a inclusão de alunos com deficiência ou transtornos não foi incluída nas discussões das novas diretrizes dos CILs.

Após conversar com professores responsáveis pelas salas de recursos dos CILs que a possuem o panorama encontrado foi o seguinte:

- O CIL 1 tem duas professoras atuando na sala de recursos, estas têm formação em LE e em inclusão. A sala atualmente atende a 18 alunos, entre estes estão alguns deficientes auditivos (DA), que se destacaram no ano de 2013, participando da 25ª Conferência Internacional da

iEARN (Rede Internacional de Recursos Educacionais)⁴⁴, dois alunos e a professora viajaram até o Qatar para participarem do evento.

- O CIL 2 tem duas professoras atuando na sala de recursos, estas têm formação em LE e em inclusão. Porém atualmente uma dessas está de licença maternidade, ou seja, estará ausente durante um período extenso deste ano, a SEEDF não disponibilizou substituto para essa carência; a sala atende a 36 alunos, especialmente alunos com deficiência visual (DV), pois o CIL 2 está próximo ao Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV). A sala de recursos deste Centro confecciona inclusive material de LE em braile.
- O CILT conta com apenas uma professora que atua na sala de recursos esta também tem formação em inclusão.
- O CILG tem duas professoras que têm formação em educação inclusiva, não são professoras de LE, mas conhecem as línguas estrangeiras com as quais trabalham, atendem a 12 alunos.
- O CIL Sob só tem uma professora com as duas formações, atendendo atualmente a 11 alunos; esta relatou com muito pesar que estão ameaçando fechar as salas de recursos dos CILs, com a alegação de que o aluno que tem algum tipo de necessidade de atendimento especializado já o tem em sua escola regular. Em suas palavras “O que eles não conseguem entender é que os CILs oferecem atendimento diferenciado no idioma ensinado.”, desabafa.

Quanto aos objetivos da instituição, tem-se como objetivo geral “Propiciar condições para que o aluno desenvolva de forma colaborativa a competência comunicacional em espaços de aprendizagem diversos” e os específicos dão conta de

proporcionar ambientes de interação; promover intercâmbio entre as culturas de diferentes línguas; promover projetos específicos que envolvam o uso de diferentes línguas em contato com manifestações estéticas variadas; Selecionar/sistematizar e socializar conhecimentos (conteúdos) que contribuam para a formação de sujeitos críticos e participativos; (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

⁴⁴ Conforme apresento na página 61.

Além dos objetivos gerais e específicos dos CILs, as Diretrizes tratam de Objetivos para os profissionais de ensino de LEM que atuam nos Centros. Destacam a promoção de formação continuada, além de criação de ambientes para troca de experiências, o que me parece muito positivo. O NCIL vem se preocupando com essa formação dos professores de línguas estrangeiras, o chefe do Núcleo afirmou que anteriormente “não existia um programa de formação de professores pra CIL.” Porém é importante esclarecer que havia na Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais de Educação (EAPE), um setor que promovia cursos de formação continuada para professores de línguas estrangeiras em geral, os cursos dos quais participei, normalmente tinham participação da UnB, da Associação de Professores de Espanhol do DF (APEDF), da Embaixada da Espanha e tinha participação expressiva de professores de CILs, ou seja, contemplavam estes profissionais.

O NCIL conclui o texto das novas diretrizes trazendo a estrutura dos cursos que serão oferecidos pelos Centros, já nos moldes que foram discutidos nas reuniões da comissão das diretrizes. Afirma que o curso pleno terá cinco anos de duração divididos em 10 semestres, com uma carga horária mínima de 450 horas. Destaca que serão oferecidas duas aulas semanais de 80 minutos cada. Os alunos que terão acesso aos CILs continuam sendo alunos regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio.

Neste excerto das diretrizes o texto destaca ainda o oferecimento dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), como parte integrante do currículo da escola, visando a formação complementar na formação dos alunos dos CILs, estejam estes ainda cursando LE no Centro Interescolar de Línguas ou egressos.

É possível destacar que, neste texto preliminar das Diretrizes para CILs, foram omitidos a entrada de alunos oriundos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de não mencionar a existência e/ou permanência do Curso Específico.

É importante frisar que o documento oficial que está em vigor atualmente da SEEDF com relação aos CILs, ou seja, o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

(DISTRITO FEDERAL, 2009), traz em seu artigo 248, os dois currículos: Pleno e Específico, além de especificar o perfil do aluno para cada curso, a saber:

Art. 248. Os Centros Interescolares de Línguas atendem em regime semestral e oferecem os cursos de Língua Estrangeira Moderna em dois currículos, de acordo com sua metodologia de ensino:

a) Currículo Pleno - de 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio.

I - duas aulas semanais para os ciclos juvenil, básico e intermediário;

II - três aulas semanais no ciclo avançado.

b) Currículo Específico – da 1ª série à 3ª série do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos

I - duas aulas semanais.

(DISTRITO FEDERAL, 2009, p. 58)

Portanto, não está claro porque o próprio NCIL omite a entrada dos alunos de EJA e a existência curso Específico, que foi criado em 2009, com primeiras turmas em 2010 em todos os CILs, cabe destacar que o curso só tem duração de três anos o que significa dizer que várias turmas deste currículo já o concluíram desde o final de 2012 em todos os Centros Interescolares de Línguas.

No próximo tópico, trataremos dos trabalhos efetuados já no ano de 2013, pela Comissão de Currículo e Avaliação.

4.2.2 Comissão de Currículo e Avaliação

Os trabalhos da comissão de currículo começaram em março de 2013, quando em uma reunião realizada no CIL 1, ficou acordado que participarão dos trabalhos de elaboração das diretrizes curriculares: representantes de cada CIL (membros da comissão de currículo), representantes de Gerências Regionais de Educação Básica (GREB) de Regiões Administrativa (se assim o quiserem), além de membros de outros setores da SEDF. Ainda nesta reunião foi apresentada aos participantes a nova Gerente da GNESE.

Durante o encontro foram feitas reflexões acerca dos diferentes aspectos que envolvem currículo e sua elaboração. Foi sugerido que o CILB e

o CILSob, que estavam pilotando a reestruturação dos cursos nos CILs, apresentassem como vem sendo conduzido o projeto que estão pilotando.

Já em abril deste mesmo ano a comissão se reuniu e conforme sugerido na reunião anterior, os CILs de Sobradinho e Brazlândia relataram algumas experiências que vêm vivenciando com as mudanças testadas, destacando o desafio da integração das novas tecnologias e o ensino de LE, reforçando que os Cursos de Formação Complementar – CFC terão grande importância neste aspecto. Em seguida, propuseram que estes Centros Interescolares de Línguas apresentassem relatórios periódicos dos trabalhos que vêm desenvolvendo, para que as demais escolas pudessem se preparar para a implementação geral.

O chefe do NCIL seguiu a reunião discorrendo acerca dos aspectos teóricos sobre abordagem no ensino de línguas, conforme destaca o *blog*: “Propôs que o foco deixe de estar no livro a ser adotado e se desloque de forma coerente a uma Matriz Curricular única que oriente esse trabalho e sirva de parâmetro para o fazer do educador em sala, com foco no aluno.” (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

Os participantes da reunião sugeriram que “uma metodologia para a discussão nas escolas fosse estruturada para dar aos representantes da Comissão subsídios para conduzi-la” em suas apresentações nas suas escolas de origem, entendem que é importante esse embasamento, pois com ele é possível “abrir espaço para reflexões nessa área entre todos os educadores dos CIL.” (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013).

Ao final, ficou acordado que os representantes levariam às suas escolas os pontos apresentados durante a reunião para que se baseassem conforme um pré-projeto apresentado pelo NCIL; segundo o Núcleo, o documento preliminar “está totalmente aberto a sugestões e modificações a fim de que sirva como documento básico para as propostas de reestruturação dos cursos nos CIL.” (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013). Nota-se que o documento foi entregue à comissão já acabado, para apreciação dos Centros, porém os aspectos que o permeiam não foram colocados em discussão antes de sua redação.

Já na terceira reunião da comissão de currículo, realizada dia 11 de abril de 2013, foi apresentado o cronograma de trabalhos a serem desenvolvidos

pela equipe presente. Além disso, foi levantada a preocupação na adaptação do Juvenil (alunos que ingressam no 6º ano do ensino fundamental) à nova estrutura de 5 anos do currículo. A chefia do NCIL explicou ainda que foi criada uma página do NCIL (www.facebook.com/NcilDF), para possibilitar a participação do maior número de profissionais possíveis nesse processo.

Na seguinte reunião, já no dia 18 de abril de 2013, passou-se às discussões referentes à adaptação do Juvenil ao novo currículo, o CILG apresentou a proposta ilustrada na tabela 7:

Tabela 7 – Proposta de adaptação curricular para o Juvenil em 5 anos

J1	B1
J2	B2
J3	B3
J4	B4
J5	B5
J6	I1
I2	
I3	
I4	
A1	

Fonte – NCIL Novas Diretrizes (2013).

A proposta apresentada na tabela 7 prevê que os alunos que iniciassem seu curso no 6º ano do ensino fundamental devem cursar os níveis J1, J2, J3, J4, J5 e J6, enquanto que os alunos que ingressassem no 7º, 8º e 9º ano cursariam os níveis B1, B2, B3, B4 e B5 (como já ocorre), nos níveis que se seguem os dois grupos se encontrariam nos níveis I2, I3, I4 e A1 (níveis também já existentes), os níveis A2 e A3 seriam extintos, já que o curso pleno foi reduzido para 5 anos, antes da reestruturação eram 7 para alunos de 6º ano e 6 para os de 7º a 9º.

Essa proposta já havia sido levada à discussão nas escolas desde a semana anterior, o CILB alegou não haver chegado a um consenso, os demais se mostraram alguns a favor e outros contra, houveram sugestões de adaptação, além de sugestão de que o Juvenil não seja incluído no currículo de cinco anos e que fosse mantido um ano de sensibilização, assim como já

ocorre. O NCIL alegou que nesse caso, seria necessária nova consulta à SEEDF, pois o órgão já havia autorizado a redução do curso. A discussão sobre o tema seguiu-se e conforme ata publicada no *blog* do NCIL:

ficou claro que a questão que mais preocupa é a da transição do Ciclo Juvenil ao Ciclo Básico, pois mesmo no currículo de 7 anos ela sempre foi um desafio em todos os CIL devido à questões relativas às discrepâncias metodológicas entre os ciclos e a idade dos estudantes quando de sua inserção no primeiro nível do Ciclo Básico. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

Durante a reunião ficou decidido que haveria a necessidade de uma ampla discussão sobre o tema, os representantes deveriam levar essas reflexões às escolas e estas deveriam enviar suas sugestões por *e-mail* e as apresentassem na reunião seguinte. Ademais afirmaram que no seguinte encontro

[o] foco passaria a estar mais ligado à construção da Matriz Curricular de 5 anos, ficando a decisão em relação à adaptação do Juvenil para uma deliberação posterior a fim de dar tempo hábil para discussões em todas as escolas e para a apresentação de propostas que possam contemplar as questões apontadas pelos representantes nesta Comissão. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013). [Grifo meu].

Já no 2º dia do mês de maio, representantes do CILT apresentaram uma proposta, porém a chefia do núcleo preferiu seguir com discussões que fossem voltadas para a “abordagem referencial que orientará a Matriz Curricular e as devidas adaptações dos ciclos (juvenil, básico, intermediário e avançado) à nova estrutura dos cursos”. (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013). Também solicitou-se que as propostas as quais por ventura viessem a surgir nas escolas levassem em consideração a abordagem, de modo que essa adaptação dos ciclos atenda às necessidades das comunidades escolares dos CILs.

Conforme texto apresentado no *blog* do NCIL (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013) a proposta apresentada pelo CILT para adaptação do currículo de 5 anos é a seguinte:

- [o curso será] dividido em dois ciclos, (...) de 3 anos para o nível básico e 2 anos para aperfeiçoamento, tendo como referência as competências comunicativas de LE do Quadro Europeu Comum de Referência, ou seja:
- Básico – A1/A2

- Aperfeiçoamento – B1/B2
- Concluindo o nível básico/elementar, o aluno recebe uma certificação
- Ao final do ciclo básico haverá um exame de acesso
- O resultado desse exame determinará o primeiro nível de entrada, sendo que com mais de 60% o aluno é promovido para o B1.2; e caso o aluno tenha resultado inferior a 60% do exame, ele inicia no B1.1, que é um curso recapitulativo do A1/A2.

Tabela 8 – Proposta de adaptação do currículo para 5 anos – CILT

3 ANOS	1 ano	2 anos	3 anos	
	A1.1	A1.3	A2.2	
	A1.2	A2.1	A2.3	
Exame de acesso	- 60%	=+60%		
2 ANOS	1 ano		2 anos	
	B1.1	B1.2	B2.1	B2.2

Fonte – NCIL Novas Diretrizes (2013)

Com relação à idade e aos ciclos que cada aluno cursará:

- O curso básico poderá absorver o Juvenil de 3 anos (proposta do Guará) e o Específico, assim, o aluno poderá prosseguir e permanecer até o final do curso de 5 anos.
- A secretaria escolar deverá enturmar por idade o aluno no nível inicial:
- A1.1 com alunos de 11-12
- A1.1 com 13-14 anos
- A1.1 com +=15 no EM.

Tabela 9 – Proposta CILT, idade x ciclo

Ciclo Básico	11 – A1 /12- A2	13 – A1/14 – A2	15 – A1/ 16 – A2
Ciclo Aperfeiçoamento	13 – B1 / 14-B2 ou 15-B2	15 –B1 / 16 – B2 ou 17-B2	17 – B1 / 18-B2 ou 19-B2

Fonte – NCIL Novas Diretrizes (2013)

Após analisar as tabelas 8 e 9 que apresentam as propostas do CILT, é possível perceber que, caso o aluno conclua o ciclo básico que será de 3 anos e consiga um total de 60% em uma espécie de prova de progressão, este aluno poderá saltar um nível, diminuindo seu curso para apenas 4 anos e meio. Além disso fica claro que o único tipo de diferença dada a alunos que ingressam o curso no 6º ano ou nas séries seguintes será feita na secretaria, o que torna difícil a diferença em abordagem dada a crianças de 11 anos e adolescentes

de 17 por exemplo. Em entrevista, a responsável de secretaria de um dos CILs alegou que seria possível a divisão dos alunos por idade inicialmente, disse ainda que uma grande dificuldade que pode sofrer este tipo de separação por idade é que frequentemente os alunos precisam mudar de horário e resultaria muito difícil a secretaria segurar estes alunos durante os 3 primeiros anos em turmas diferenciadas somente por idade.

Ao final da reunião foi sugerido que a comissão levasse às suas escolas uma discussão referente aos “ciclos”⁴⁵ no currículo dentro da perspectiva da SEEDF e ver sua aplicabilidade nos CIL.”

Com relação aos Ciclos de Aprendizagem na Educação Básica proposto pela SEEDF, é importante destacar que há uma ampla discussão e resistência por parte de docentes e seus órgãos de representação na capital federal. Em 2013, houve a tentativa do GDF de implementar os ciclos em toda a rede pública do DF, porém o Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF vetou tal implementação conforme parecer nº 20/2013, alegando a falta de formação dos professores e de informação para início já naquele ano.

A reunião seguinte foi feita por meio de vídeo conferência com o objetivo de que mais professores, coordenadores, gestores participassem, não há ata divulgada no *blog* ou na página do *Facebook* com os registros do andamento desta reunião.

Já no dia 16 de maio o encontro iniciou-se com a apresentação do chefe do NCIL de uma proposta para o currículo dos CILs, esta se baseia em três pilares: Eixo, Referencial e Gênero. Conforme ata disponível no *blog* do NCIL, foi possível montar a tabela 10:

⁴⁵ Segundo SOUZA (2007), “O sistema de ciclos é a organização do ensino fundamental por etapas, que podem ser divididas em: dois ciclos (São Paulo), três ciclos (Goiânia) ou cinco ciclos (Ceará). Nessa modalidade de ensino, o aluno é promovido automaticamente para a série seguinte, ficando a reprovação limitada ao final de cada ciclo (Carneiro, 2002, p. 100).” Diferentemente dos estados citados pela autora, o sistema de Ciclo de Aprendizagem no currículo de Educação Básica no DF compreende quatro ciclos, o primeiro é de educação infantil (0-3 anos e 4-5 anos); o segundo no Bloco I corresponde ao BIA – Bloco Inicial de Alfabetização (6-8 anos) 1º, 2º e 3º anos, e Bloco II 4º e 5º anos; o terceiro ciclo 6º ao 9º ano, ainda não foi implementado na totalidade das escolas do DF e o quarto ciclo corresponde ao regime de semestralidade no ensino médio. Conforme informações disponíveis em: <<http://www.df.gov.br/noticias/item/4851-gdf-amplia-politica-de-ciclos-no-ensino-publico.html>>, acesso em 9 jul. 2013.

Tabela 10 – Pilares para o novo currículo dos CILs

Eixos	orientam e organizam as ações dos CILs. Eles possibilitam a flexibilização e a agilidade na renovação dos conteúdos. Possibilita constante atualização curricular e fornece opções ao estudante, viabilizado principalmente, pela oferta de Cursos de Formação Complementar – CFC.
Referenciais	viabiliza centralidade ou foco no aprendiz. Eles trazem parâmetros para estabelecimento de metas e objetivos e para o sistema de avaliação do ensino e da aprendizagem das línguas.
Gêneros	organização e foco que se pretende dar no tratamento do ensino da língua. Com isso, a estrutura gramatical deixa o foco da sala de aula para dar espaço ao estudante, sujeito aprendiz, e ao uso da língua em suas funções sociais (narrativa, discursiva, argumentativa etc.).

Fonte – autoria própria

Novamente foi cogitada a possibilidade de extinção dos níveis já existentes, sendo estes, substituídos por ciclos (nos moldes da SEEDF), segundo ata da reunião:

Por ser organizado em ciclo, os cursos não se orientam pelo pré-requisito orgânico, característico da organização por níveis. É o estágio de desenvolvimento do estudante que vai indicar o próximo passo a ser tomado (se permanece no mesmo ciclo ou se avança para o próximo). (NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2013)

A última frase reforça que os alunos somente serão retidos, caso não tenham conhecimento adequado, de um ciclo a outro; e não mais semestralmente como vem funcionando os CILs desde sua criação. Os membros da comissão decidiram que as propostas já existentes deveriam apresentar também eixos para o amadurecimento dessas propostas.

Já no dia 20 de junho de 2013, foi apresentado um novo cronograma das atividades do NCIL, estava previsto que na semana seguinte ficasse já definido como seria o novo currículo dos CILs, porém segundo o chefe do Núcleo, não houve tempo hábil para a elaboração de propostas por parte dos Centros Interescolares de Línguas.

Foi definido então que, no retorno do recesso escolar de julho, haveriam oficinas e palestras sobre matrizes curriculares, e somente em agosto ocorreria a cotação de proposta curricular para as escolas em questão.

Como programado, no fim de julho e início de agosto (31/07 e 01/08) ocorreram as ditas oficinas; esses encontros não foram registrados, como os anteriores, em ata e publicados no *blog* do NCIL.

Em 15 de agosto, houve um encontro em um grande auditório com número significativo de professores de todos os CILs (pelo menos 200 dos mais de 400 professores estavam presentes nesta reunião). Neste encontro três dos oito CILs apresentaram propostas de currículo para a adaptação dos cinco anos de curso. Diferentemente das propostas apresentadas anteriormente, estas buscaram embasamento teórico, conforme solicitado nas reuniões anteriores.

O CIL 1, o CIL 2 e o CILC⁴⁶ apresentaram propostas, diante destas, surgiram muitas dúvidas, já que todas elas apresentavam currículos baseados em ciclos. É importante esclarecer que anteriormente, ainda em maio, o CILB também havia enviado uma proposta de currículo, porém esta não foi apresentada neste dia pra votação. Portanto coloco, nas tabelas de 11 a 17, a propostas dos quatro CILs citados.

⁴⁶ Propostas nos Anexos E, F, G e H.

Tabela 11 – Propostas de currículo para os CILs - Ciclos

Proposta	CIL 01	CIL 02	CILC	CILB
Ciclos	QCER Ciclos de: A1→ 1 ½ ano. A2→ 1 ½ ano. B1→ 1 ano B2 → 1 ano	QCER Ciclos de: A1→1 ½ ano. 2 x por semana. A2→1 ½ ano. 2 x por semana. B1→1 ano. 2 x por semana. B2 →1 ano. 3 x por semana.	QCER Ciclos longos: A→ 2 ½ anos, dividido em A1.0, A1.1, A1.2 e A2.1, A2.2 B→ 2 anos, dividido em B1.1, B1.2 e B2.1, B2.2. C→ 1 semestre C1.1 + Projeto final.	QCER Ciclos mais longos: A→ 3 anos, divididos em A1, A1.2 e A2. B→ 2 anos, divididos em B1 e B2.

Fonte – autoria própria.

Tabela 12 – Propostas de currículo para os CILs – Promoção do Aluno

Proposta	CIL 01	CIL 02	CILC	CILB
Promoção/ retenção do aluno no ciclo	Haverá recuperação paralela, monitoria, etc. para acompanhamento dos alunos com dificuldades. Provas semestrais para comprovar rendimento. O aluno será retido por mais um semestre no ciclo de origem caso não alcance os conhecimentos desejados para aquele período.	Avaliações / notas continuariam a ser utilizadas. Em lugar de menções. *Não explica como seria a aprovação se por nível ou por ciclo.	Promoção feita por conceito (Muito Bom - MB, Bom-B, Suficiente-S, Insuficiente-I) Em lugar da reprovação, têm-se a dependência em terceira aula semanal; a partir do nível B1.1, o aluno sendo monitor de níveis inferiores; Propõe ainda: haver: Plantão de dúvidas com professores, monitores e estagiários (de professores em formação inicial); teste de proficiência para passar de	Propõe que seja trabalhado com avaliações por meio de portfólio no A1 (1º ano). E no A1.2 sejam acrescentadas outras formas de avaliação. (não diz quais). *Não explica como seria a aprovação se por nível ou por ciclo.

			um ciclo a outro (não diz o que ocorre com o aluno caso não passe).	
--	--	--	---	--

Fonte – autoria própria.

Tabela 13 – Propostas de currículo para os CILs – Juvenil

Proposta	CIL 01	CIL 02	CILC	CILB
Juvenil	Separados, Mas cursando mesmo nível A1 J, após ciclo A, se juntam aos demais	Três semestres cursando separadamente , após este período, nivelamento para seguir com os demais alunos.	Cursariam A1.0 como nível de sensibilização, para alunos de 6º e 7º ano do ensino fundamental. Este nível é de um semestre, os demais entram no nível A1.1 (ou seja, estes terão um curso menor, de 4 ½ anos)	Cursariam o A1J no primeiro ano e no ano seguinte poderão se juntar a alunos das demais idades.

Fonte – autoria própria.

Tabela 14 – Propostas de currículo para os CILs – Específico

Proposta	CIL 01	CIL 02	CILC	CILB
Específico	Separados, mas cursando mesmo nível A1 E, após ciclo A, se juntam aos demais	Cursariam o curso pleno com 5 anos. Todos ingressando no curso no A1.	Os alunos que ingressassem nos CILs no ensino médio cursariam até o B1, fazendo ao menos dois CFCs e se quisessem continuariam o curso de 5 anos. Não há divisão de nível por nomenclatura para o Específico.	Cursariam o A1E, A1.2E e A2E e poderiam continuar a fazer o curso se juntando aos demais no B1 e B2.

Fonte – autoria própria

Tabela 15 – Propostas de currículo para os CILs - Gêneros

Proposta	CIL 01	CIL 02	CILC	CILB
Gêneros	Não menciona se serão trabalhados gêneros nessa organização de currículo.	Comenta que os professores não estão familiarizados com a Abordagem por tarefas, ou com a pedagogia de projetos. Também não menciona se serão trabalhados gêneros nessa organização de currículo.	A proposta sugere que o eixo do curso seja comunicativo com gêneros textuais. Tecnologias, temas, projetos e tarefas também são mencionadas.	O curso seria baseado em gêneros textuais nos três primeiros anos e nos dois seguintes além de gêneros, a pesquisa também seria incluída.

Fonte – autoria própria.

Tabela 16 – Propostas de currículo para os CILs – Cursos CFC

Proposta	CIL 01	CIL 02	CILC	CILB
Cursos CFC	Todos os alunos do curso pleno poderão fazer os cursos CFC oferecidos, os alunos de específico podem inclusive seguir fazendo estes cursos após término de seu curso de três anos.	Cursos diversos para atender a vários níveis e assuntos de interesse dos alunos. A recuperação contínua/reforço seria um dos CFCs oferecidos.	Cursos obrigatórios nos ciclos A e B e opcional no ciclo C. Ao menos um CFC para cada ciclo.	Cursos obrigatórios para ciclo a de ao menos 60 horas. E no ciclo B 40 horas.

Fonte – autoria própria.

Tabela 17 – Propostas de currículo para os CILs – Observações

Proposta	CIL 01	CIL 02	CILC	CILB
Observação	2ª opção de curso após o B1 (3 anos de curso) (pleno). Para específico 2ª opção após A1.2 (1 ano de curso)		Baseia-se na LDB para preparar o aluno como cidadão e para o mercado de trabalho e acrescenta que os objetivos dos cursos dos CILs também seria a preparação para testes de proficiência. Não explica como será o projeto final no nível C1.1.	Sugere que ao final do A1 alunos recebam certificação. No terceiro ano, ao final do ciclo A2 os alunos deveriam fazer um teste de nivelamento para seguir ao ciclo B. Não explica como será caso o aluno não seja aprovado.

Fonte – autoria própria.

É possível perceber que houve um empenho dessas escolas em apresentar uma proposta, tentando solucionar vários dos impasses surgidos durante as reuniões de currículo, como seriam divididos os ciclos, como seria a adaptação do juvenil no novo currículo e até o curso Específico que não era abordado durante as reuniões organizadas pelo NCIL, foi contemplado nas propostas acima.

Após as apresentações, os microfones foram abertos para que fossem sanadas as dúvidas de quem estava presente. Muitas dúvidas foram apresentadas, e muitas sugestões dadas: Sugeriu-se que fosse feita votação nominal e não mais por CIL, já que durante as reuniões em cada Centro muitas divergências surgiam e a escola só tinha direito a um voto; outra sugestão dada foi que cada ponto fosse votado separadamente, pois muitos concordavam com alguns pontos de uma proposta e outros de outra; a questão de retenção ou promoção do aluno foi muito questionada, visto que as propostas acima não deixam muito claro como seria esse processo ao término de cada ciclo.

As professoras que apresentaram as propostas de cada CIL, juntamente com o chefe do NCIL, propuseram que as propostas fossem repensadas e compiladas em uma só. O chefe do Núcleo completou ainda dizendo que este currículo poderia ser alterado, caso não tivesse resultados satisfatórios após

sua implementação. Em uma das réplicas foi colocado que dificilmente, depois de aprovado o currículo, este seria mudado, já que o curso Específico, que também havia sido criado por um grupo de coordenadores de todos os CILs em 2009 e iniciado seus trabalhos em 2010, deveria ter sido avaliado semestralmente por coordenadores dos Centros Interescolares de Línguas e ajustados caso necessário. Porém, desde então, todos os CILs já formaram turmas neste curso e não foram discutidos novamente quais os problemas apresentados e não foram pensadas em possíveis soluções. Além do que este curso sempre é omitido nas discussões sobre diretrizes e/ou currículo. Conforme o excerto da ata de reunião do dia 06 de novembro de 2012, publicada no *blog* do NCIL:

Foi levantada a questão do trabalho com ciclos que será estabelecido pela SEEDF e ponderou-se o quanto isso poderá afetar o processo avaliativo nos CILs. O professor Ivo aproveitou para dizer que se voltará a discutir o Curso Específico, nesta comissão ou em uma subcomissão. A representante de Taguatinga alertou sobre a importância de um acompanhamento da implantação do novo currículo, para que não incorramos no problema surgido com a implantação do Específico." (NCIL NOVAS DIRETRIZES, 2012)

Conforme afirma o trecho da ata, uma subcomissão seria formada para a discussão do recém-criado curso Específico, porém até o momento (2014) não houve a criação deste grupo de discussão, tampouco discussões lideradas pelo NCIL para sanar problemas deste curso.

Ao fim desta reunião, não foi decidido como seria feita a votação que escolheria o formato do novo currículo a ser trabalhado nos Centros Interescolares de Línguas.

É de suma importância ressaltar que esse encontro, que envolveu um grande número de professores, coordenadores, supervisores e gestores dos CILs, com apresentação de propostas que guiarão os trabalhos destas escolas daqui em diante, com a oportunidade de que todos falassem e se colocassem diante das alternativas, não foi registrado em ata, tão pouco publicados os resultados no *blog* do NCIL ou no *Facebook*⁴⁷.

⁴⁷ As anotações apontadas aqui derivam de observação da reunião. As propostas foram enviadas por e-mail pelos gestores dos CILs aos professores de cada uma dessas escolas.

Ainda em agosto, houve uma reunião no dia 27 e na mesma semana, no dia 29, na primeira, segundo ata relativa ao segundo encontro, foi materializado o currículo, tomando como base as demais propostas apresentadas na grande reunião citada acima. Ou seja, decidiu-se não mais votar qual seria a melhor proposta de mudança do currículo. Segundo Hilário Bohn (2000)

Os grupos sociais possuem interesses diversos e a luta para atingir os seus objetivos leva aos confrontos. É neste momento que entra o poder ideológico, a influência do poder econômico e o aspecto moral da política. Sabemos que as ações políticas historicamente pautam-se mais pelos objetivos a serem atingidos do que pela moralidade.[...] Neste sentido, as ações políticas são consideradas boas na medida em que levam ao fim desejado. (p. 127)

Nessa perspectiva, é possível inferir que como todo o processo democrático estava se tornando muito moroso e desgastante, no sentido de haver inúmeras discordâncias das sugestões apresentadas e a cada dia surgir uma nova proposta. Assim foi decidido apresentar uma proposta unificada, juntando com alguns aspectos de cada uma; focando muito mais no objetivo do que no processo que havia sido estabelecido inicialmente.

O currículo que foi apresentado durante essa reunião traz duas portas de entrada, uma para alunos de 9 a 11 anos e outra para alunos acima dessa idade. O curso foi dividido em apenas dois ciclos, A (3 anos) e B (2 anos), conforme podemos visualizar na tabela abaixo:

Tabela: 18 – Proposta Unificada de Currículo – NCIL

Proposta Unificada - NCIL	
Ciclos	QCER - Ciclos mais longos: A → 3 anos e B → 2 anos. Não diz como seriam divididos os ciclos.
Promoção/retenção do aluno no ciclo	O aluno só seria retido de um ciclo para o outro, não explica como se daria essa retenção.
Juvenil	Conforme a porta de entrada, se o aluno é mais jovem, teria uma maneira de trabalhar conforme a faixa etária do aluno. Não diz em que momento estas turmas poderiam ser mescladas a outras.
Específico	Não menciona sequer a entrada destes alunos e se

	seriam agrupados em turmas diferentes.
Gêneros	No segundo ano seria trabalhado com temas, tarefas, gêneros, etc.
Cursos CFC	Também não menciona se seriam obrigatórios ou livres.
Observações	Afirma que o primeiro ano é de sensibilização do aluno com o curso de língua estrangeira; o aluno não poderia mudar de turma ⁴⁸ nesse período, porém o professor poderia mudar semestralmente de turmas. Apresentação de Projeto ao final do ciclo B.

Fonte – autoria própria.

Durante a reunião foi colocado que haveria formação continuada para os professores, com o objetivo ajudá-los a pôr em prática o novo currículo. Determinou-se que as decisões somente serão concluídas após longo debate com os CILs. Também estabeleceu-se que haveriam visitas a todos os CILs com o objetivo de se chegar a um denominador comum. E ainda que:

O CIL ou qualquer membro de qualquer CIL que não concordar com as propostas deve fazer uma contra proposta com fundamentação teórica, prática e legal. A nova proposta será baseada em leis e teorias acadêmicas fundamentadas e devemos lembrar que existem prazos para colocarmos as propostas em prática e que é a primeira vez que os CILs se reúnem para discutir currículo. Ata NCIL⁴⁹ (2013) [grifo meu]

O excerto destacado impõe que qualquer discordância da proposta unificada que não foi votada e discutida pelos membros da comissão ou pelos oito Centros Interescolares de Línguas deve apresentar fundamentação teórica, porém muitas das considerações feitas durante a palestra, com participação de grande número de profissionais dos CILs, contou com ponderações empíricas, que muitas vezes já haviam sido testadas e sem sucesso. Atrair qualquer tipo de discordância da proposta a embasamentos teóricos, esquecendo-se das

⁴⁸ Trata-se de um critério muito difícil de seguir, conforme afirma secretária de um dos CILs, pois muitos pais têm inúmeras justificativas para mudanças de turma de seus filhos, e, caso estes não possam ser mudados de turma, há o risco de ocorrer o trancamento do aluno no curso do CIL. Inclusive este ano, como afirma a entrevistada, muitos alunos tiveram que ser mudados de horário devido ao fato de que suas escolas começarem a trabalhar com a educação integral e os horários chocavam nas duas escolas. A pesar disso, em sua maioria os alunos seguem numa mesma turma até o fim do curso.

⁴⁹ Anexo I, pois esta ata não foi publicada na internet.

vivências que os profissionais dos CILs vêm passando, talvez não fosse o melhor caminho. Além disso, vale destacar que a proposta apresentada pelo NCIL pontuou, com fundamentação teórica, a abordagem comunicativa no ensino de línguas, uso de gêneros textuais nas aulas de língua estrangeira, além do fato de se tirar o foco das aulas do livro didático. Porém em nenhum momento acompanhado presencialmente e nos documentos gerados nas reuniões de elaboração de currículo, foi apresentado embasamento teórico referente à implementação de Ciclos de Aprendizagem no ensino de línguas estrangeiras. Foi pedido apenas que os membros da comissão lessem e comentassem sobre os Ciclos propostos no Currículo em Movimento da SEEDF.

Indagado, pela pesquisadora, se a SEEDF havia recomendado a aplicação do Currículo em Movimento, bem como os Ciclos de Aprendizagem nos CILs, o chefe do NCIL afirmou que de maneira alguma haveria este tipo de recomendação ou mesmo imposição das autoridades, acrescentou que o NCIL tem autonomia para a criação de seu currículo. Porém entendia que era importante agir de maneira coerente com o currículo da SEEDF.

Vale lembrar que os CILs, por serem uma escola com o objetivo não de ensino básico, mas de formação intercomplementar, sempre trabalhou de maneira diferenciada da Secretaria de Educação do Distrito Federal e autorizado pelo órgão governamental, houve épocas por exemplo que os alunos, para serem aprovados em LE nos CILs deveriam ter nota 6,0 em expressão oral e mais 6,0 em expressão escrita, essas notas não era somadas e divididas, era o mínimo a ser conseguido pelo aluno; e nesta época a média para aprovação nas escolas públicas do DF era 5,0. Além disso, os CILs desde sua criação, trabalharam com o regime semestral, diferenciando assim das escolas regulares da capital federal, que somente depois de 2011 começou a trabalhar com semestralidade em algumas escolas do nível médio e ainda com muita resistência de professores e órgãos de classe.

O que o chefe do NCIL não considera é que, como afirma as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM (2006), “os objetivos do ensino de idiomas em escola regular são diferentes dos objetivos dos cursos de idioma” (2006, p. 90) mesmo que esse curso, como é o caso dos CILs, esteja atrelado ao Estado. Portanto não necessariamente este curso deve

seguir o mesmo modelo de ensino da Secretaria de Educação a que essas escolas pertencem, sobretudo, se elas têm autonomia para elaborar e concretizar seu próprio currículo.

Além disso, a política curricular deve ser entendida como expressão de uma política cultural, na medida em que seleciona conteúdos e práticas de uma dada cultura para serem trabalhados no interior da instituição escolar. Trata-se de uma ação de fôlego: envolve crenças, valores e, às vezes, o rompimento com práticas arraigadas. OCEM (2006, p. 8)

No excerto destacado, o documento oficial destaca que dentro de um currículo também é importante considerar as crenças e valores das instituições, dos professores e, porque não dos alunos. Também diz que envolve rompimento com práticas arraigadas. Muito do novo currículo já rompe com essas práticas, pois traz uma nova forma de trabalhar com o idioma, de maneira mais comunicativa, tirando o foco do livro didático e da forma da língua. Mas é preciso considerar nas discussões sobre o novo currículo as crenças e valores apresentados no conhecimento empírico dos docentes envolvidos em todo o processo.

As OCEM trazem ainda:

O currículo é a expressão dinâmica do conceito que a escola e o sistema de ensino têm sobre o desenvolvimento dos seus alunos e que se propõe a realizar com e para eles. Portanto, qualquer orientação que se apresente não pode chegar à equipe docente como prescrição quanto ao trabalho a ser feito. OCEM (2006, p. 9)

Mais uma vez o documento nacional destaca que é preciso levar em consideração os alunos e que um currículo não deve chegar aos professores como 'prescrição ao trabalho que tem que ser feito'. A afirmação de que qualquer discordância do currículo apresentada deve ser feita com embasamento teórico, desencoraja os docentes a participarem do processo, sugerirem mudanças e apresentarem suas vivências como argumento contra ou à favor de um novo modelo de currículo a ser seguido por uma instituição.

Durante o mês de setembro, o chefe do NCIL, juntamente com gestores do CIL-Brazlândia (Centro que está pilotando mudanças na estrutura atual dos

cursos oferecidos pelos CILs) fizeram visitas aos demais CILs (exceto Sobradinho, pois este também está na pilotagem), com o objetivo de apresentarem relatório referente às experiências dos Cursos de Formação Complementar – CFC. Acompanhei a visita feita ao CIL-Gama no dia 18 de Setembro, e novamente surgiram muitas dúvidas e discordâncias sobre o novo modelo de curso que está sendo proposto. Porém os representantes do CIL Piloto, foram categóricos ao afirmar que todas as propostas que estão sendo pilotadas por este Centro estão funcionando de maneira muito positiva, não tendo sequer uma ressalva, ou proposta de modificação do que está sendo testado.

Após as visitas, já no mês de outubro deu-se início ao curso de formação continuada, em parceria do NCIL com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE, intitulado: Aspectos Básicos da Construção Curricular no Ensino e Aprendizagem de Línguas. Do qual trataremos no próximo tópico.

4.2.2.1 Curso: Aspectos Básicos da Construção Curricular no Ensino e Aprendizagem de Línguas

O público era preferencialmente aos professores que faziam parte da comissão de currículo, e havendo vagas, aos demais professores de dos CILs Com 36h presenciais e mais 24h indiretas, totalizando 60h de curso. Foram oferecidas 60 vagas, divididos em duas turmas (matutino e noturno)⁵⁰. Em sua ementa⁵¹, apresenta como objetivo geral “Refletir acerca das concepções que orientam a construção do currículo, buscando embasamento teórico nas áreas de interface do ensino e aprendizagem de línguas.” (EAPE, 2013)

No primeiro encontro, dia 03 de outubro, durante a apresentação, o chefe do NCIL, justificou que este curso foi oferecido devido a reclamações vindas dos docentes dos CILs que alegavam não ter conhecimento suficiente sobre currículo para votarem as propostas elencadas anteriormente. O mesmo e a professora responsável pelo curso apresentaram a ementa do curso, bastante teórica, no qual apresentava teorias referentes à currículo, tais como: as tradicionais, as críticas e pós-críticas; seria trabalhado ainda metas e

⁵⁰ Particpei do curso oferecido no matutino, o curso noturno era oferecido por outro professor.

⁵¹ Anexo J.

objetivos no ensino e aprendizagem de línguas, programas de ensino de LE baseados em competências, etc. Porém, ainda foi sinalizada a intenção de concluir o curso com um texto preliminar com o novo currículo para os CILs ao final do curso.

Os cursos começaram com a lotação máxima, porém com o passar do tempo as pessoas foram desistindo, chegando a um momento que, numa turma que inicialmente era de 30 (trinta) profissionais dos oito CILs, chegou aos seus encontros finais com apenas 5 (cinco) destes, vale ressaltar que os profissionais que permaneceram no curso estavam lotados em Centros Interescolares de Línguas distantes do local do curso, colegas que trabalhavam em um prédio ao lado do local do curso não tiveram representantes concluindo a formação.

Além disso, durante o curso, foi criada uma wiki para o cumprimento das horas indiretas previstas no início do curso. Na qual se propunha a que os participantes do curso se dividissem em grupos por CIL e elaborassem de maneira coletiva as partes do novo currículo dos CILs com: Fundamentação filosófica; metas e objetivos; programa de curso por competência e syllabus por língua.

Na primeira atividade *on-line*, já havia um texto preliminar com a fundamentação filosófica do currículo (Eixos – Gêneros - Referencial), os alunos deveriam acrescentar neste texto sugestões para melhorá-lo, incluindo ou retirando o que lhes parecesse adequado. Somente um dos participantes⁵² do curso concluiu a tarefa que foi a única incluída na wiki.

Nesse sentido é que temos uma fala do chefe do Núcleo dos Centros de Línguas que me parece pertinente, quando perguntado sobre o que o NCIL pretende para, além das mudanças que já estão sendo feitas:

“[...] o grande objetivo é publicar o currículo e as diretrizes, e o grande desafio é convencer os nossos colegas que isso precisa ser feito. Os nossos grandes entraves hoje, eu não sei qual vai ser o peso disso pra sua análise, mas o nosso grande entrave hoje não é institucional, o nosso grande entrave hoje é interno, é nossa própria resistência, nós tivemos toda abertura, nós tivemos carta branca, qual o

⁵² A pesquisadora foi a única a participar da atividade *on-line* proposta.

segmento de escola que diz assim olha: nós queremos dizer o currículo que vamos fazer.” (Chefe do NCIL - entrevista)

Quando se refere ao nosso maior entrave atualmente, ele quer chamar a atenção, não somente aos colegas que resistem às propostas apresentadas, mas também a este tipo de atitude ocorrida no curso, é solicitada a abertura de um curso, este é proposto e oferecido, muitos se inscrevem, o iniciam e logo o abandonam, os que concluem, também não o fazem de maneira engajada.

4.2.3 A sequencia dos trabalhos em 2014

No final de 2013 mais dois CILs se propuseram a pilotar as mudanças propostas pelo NCIL, em 2014, o CILC (Ceilândia) e o CILG (Guará), somados aos dois que já vem pilotando as mudanças desde 2013, CILSob (Sobradinho) e CILB (Brazlândia) já temos metade dos oito Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal experimentando um novo modelo de funcionamento destas escolas.

O NCIL no ano de 2014 diminuiu significativamente o ritmo de trabalho que vinha realizando nos últimos dois anos, devido principalmente aos seguintes fatores:

- o chefe do NCIL se afastou para dar início ao seu doutorado no exterior, assim sendo a equipe ficou defasada. Vale destacar que a equipe do NCIL é formada por três membros;
- outros projetos do governo surgiram e também foram articulados pelo núcleo, como é o caso do Brasília Sem Fronteiras⁵³, o que sobrecarregou o núcleo e
- a proximidade do mundial de futebol também intensificou o trabalho de um dos integrantes da equipe do Núcleo, pois esse também coordena o Programa Um Gol de Educação na Copa de 2014⁵⁴.

Ou seja, durante este ano (2014), até o mês de junho não houve nenhum encontro do NCIL com a comissão de currículo, os CILs de Sobradinho e de Brazlândia tampouco articularam encontros com os demais

⁵³ Mais informações sobre o Programa pag. 64

⁵⁴ Mais informações sobre o Programa pag. 90

CILs para relatar como foi o fechamento do ano letivo de 2013, pois não houve o intermédio do núcleo para tais encontros. A semana pedagógica dos CILs ocorreu sem maiores intervenções do NCIL e suas propostas. É possível perceber que as obras de (re)construção das políticas públicas para os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal estão, ao menos momentaneamente, paradas. Não há uma previsão ou um cronograma, como havia nos anos anteriores, para a continuidade dos trabalhos que se iniciaram em 2012.

4.2.4 As mudanças dos CILs na perspectiva dos profissionais dos CILs

Neste tópico, pretendo abordar as opiniões expressadas por professores, coordenadores ou gestores, além de um representante do NCIL, por meio de questionários ou entrevistas. Os dados a seguir foram coletados entre novembro de 2013 e abril de 2014. Os participantes responderam principalmente sobre as políticas que regiam ou regem os CILs e o processo de (re)construção das políticas para os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal, além de falarem sobre as expectativas, vantagens e desvantagens do novo modelo de curso pilotado por dois CILs desde 2013 e por mais dois a partir de 2014.

Participaram da pesquisa, profissionais atuantes nos CILs piloto desde 2013, nos CILs que iniciaram a pilotagem em 2014 e nos CILs que decidiram não pilotar essas mudanças. Para melhor proteger a identidade dos entrevistados, os participantes foram identificados somente por seus cargos (se professor ou gestor) e por números, além de especificar se o participante atua em CIL Piloto, CIL Piloto 2014 (que iniciaram pilotagem neste ano) e/ou CIL (para aqueles que decidiram não pilotar mudanças).

Aos Gestores foram indagadas quais políticas regeram até o momento o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas, um deles (GESTOR 1 – CIL PILOTO 2014) destacou que os CILs seguiam as mesmas políticas que regeram todas as demais escolas da rede pública do DF, até a criação do NCIL/GENESP.

Outro entrevistado detalhou da seguinte maneira:

Primeiramente alunos eram matriculados em uma determinada escola e eram matriculados no CIL, as vagas remanescentes eram da comunidade, tanto de escola pública quanto pessoas em geral, por ordem de chegada.

Segundo momento, foram determinadas três escolas que tinham vaga garantida (a chamada tributabilidade) e as demais vagas eram para outras escolas e uma porcentagem era da comunidade (através de sorteio).

As políticas públicas começaram a ser consolidadas com a participação dos gestores a partir de 2007, quando começaram reuniões com os gestores para elaboração do Regimento Escolar das escolas públicas no que se refere ao CIL e finalizou em 2009. No que se refere à comunidade, não houve consenso sobre o acesso/permanência, porém a SEDF determinou a extinção da oferta para novos alunos a partir de 2010.

O grande ganho em 2010 foi o fim da tributabilidade, onde alunos conseguiam a matrícula automaticamente e haviam alunos obrigados a estudar no CIL, visto que a nota ia para a escola. Agora o aluno é quem escolhe e atendemos alunos de todas as escolas da rede pública, de certa forma o acesso para rede foi democratizada. Porém houve retrocesso em referência à comunidade em geral. (Gestor 2⁵⁵ – CIL)

Conforme o excerto, acima houve três grandes períodos: primeiramente os CILs atendiam escolas específicas e comunidade, em seguida depois recebiam três escolas (chamadas tributárias) que, tinham de enviar obrigatoriamente todos os seus alunos aos CILs, pois estes cursavam a disciplina de LEM nos Centros Interescolares de Línguas, que por sua vez, enviavam ao final de cada bimestre as notas obtidas pelos estudantes as suas escolas de origem; neste caso, as vagas remanescentes eram para alunos de outras escolas e para a comunidade. E logo, o terceiro momento, a partir de 2007, um divisor de águas ocorre na organização política dos CILs, momento em que os gestores dessas escolas se mobilizaram para a “elaboração do Regimento Escolar das escolas públicas, no que se refere aos CILs”. Após a elaboração do documento, a entrada de alunos da comunidade (sem vínculo com escolas da rede pública do DF) foi extinta nos Centros Interescolares de Línguas, porém, por outro lado, as vagas foram abertas para todos os alunos da rede pública do DF que quisessem estudar um idioma.

Como afirma o Gestor 2, o acesso ao CIL foi democratizado para a rede pública de ensino do DF por meio da articulação dos gestores dos Centros,

⁵⁵ Os nomes dos participantes da pesquisa foram omitidos para preservar sua identidade.

dando início assim à criação de políticas para os CILs. O chefe do NCIL menciona ainda que:

Essa unificação começou em 2008 (que foi com as reuniões). Se sistematizou a partir de 2012 com o NCIL. Aí a gente começa a ver que nós não somos tão diferentes, não somos tão próximos, mas muito mais em termos das nossas percepções pessoais e profissionais, do que em termos de estruturação de escola, objetivos, de ensino de línguas. Há uma necessidade da gente afinar ainda nosso discurso, mas a sistematização se concretiza a partir de 2012 com o trabalho do Núcleo. (Chefe do NCIL)

Ou seja, as reuniões foram o primeiro passo para a criação do NCIL, chegando-se assim a mais autonomia na criação das políticas para essas escolas; após a criação do NCIL também houve uma série de divergências relacionadas à maneira de pensar os CILs, por isso o comentário anterior, falando sobre diferenças profissionais. Porém vale ressaltar que, em qualquer processo democrático, os conflitos ocorrerem inevitavelmente.

Entretanto, vale destacar a importância da participação de professores dos CILs nesse processo de (re)construção das políticas públicas para os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal, além da equipe do NCIL também ser formada por docentes de uma dessas escolas. Bohn (2000) ressalta o valor dessa participação, fazendo com que o professor seja colocado no papel de protagonista das leis que o regem e não mais somente executor. Como mostra o excerto abaixo:

A literatura, outrossim, insiste na importância de se associarem a esta tarefa os professores, não só como executores de uma política, mas colaboradores no planejamento, na elaboração, leitura crítica e promulgação dos textos políticos. Do contrário serão repetidores de máximas/rótulos sem participarem na construção do discurso e dos significados dos textos propostos. A consequência será o não engajamento, a não compreensão e a falta da unidade coletiva, requisito fundamental, segundo Gramsci, para a execução de políticas. (BOHN, 2000, p. 129)

É importante lembrar ainda, como mostramos no tópico anterior, que nem sempre os docentes querem exercer este papel. Comentários dos colegas apontam que, mesmo participando dos encontros, creem que a decisão final é

do NCIL e não dos membros que participam das comissões. O que quer dizer que muitos dos professores são descrentes da democracia num processo de criação de políticas educacionais. Isso pode ser explicado pelo histórico destas políticas que conforme afirma Ribeiro da Silva (2011, p. 54) “na maioria das vezes, a política linguística educacional é imposta de cima para baixo, o que dificulta qualquer tipo de problematização quanto à sua adequação ao contexto local”.

Bohn (2010) traz o exemplo da Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996,

[...] A discussão e aprovação da última LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - é um bom exemplo deste autoritarismo. Depois de longas discussões e a penosa negociação de um projeto educacional que os educadores fizeram com a classe política, o governo aprovou uma proposta alternativa, introduzida na última hora, autoritariamente negociada, rapidamente aprovada e sancionada pelo Presidente da República no dia 23 de dezembro de 1996. (BOHN, 2000, p. 125-126)

Ou seja, essa descrença na política nacional vem de um histórico negativo sentido pelos professores. No contexto do Distrito Federal (conforme já mencionado) no início do ano de 2013, também ocorreu uma tentativa de imposição do modelo de ciclos para o ensino fundamental e de semestralidade para o ensino médio. Porém, neste caso, houve uma grande reação de escolas, de docentes, entidades de classe, além do Conselho Educacional do Distrito Federal, que conseguiu, no Ministério Público do DF, impedir tal imposição política.

Retomando as informações conseguidas nos questionários, quando perguntado, aos CILs que estão pilotando a nova proposta de funcionamento, como foi o processo de escolha da escola para pilotagem, três CILs afirmaram que foram voluntários para a pilotagem e somente um, que pilota a partir de 2014, declarou haver sido por solicitação do NCIL.

Indagado sobre os motivos de pilotarem em 2014, o participante que alegou haver aceitado um convite do NCIL explicou da seguinte maneira:

Por que os antigos gestores [atuais membros do NCIL] que apresentaram a proposta para votação dos professores no CIL [em que atua] se sentiam contemplados pela ideia de um currículo que

atendesse ao imperativo de novas configurações de ensino de língua mais significativa e que combatesse nosso problema crônico de evasão escolar. (PROFESSOR 4, CIL PILOTO 2014)

Já os demais participantes alegaram que se voluntariaram para pilotar a nova proposta do NCIL, pelos seguintes motivos:

Na verdade surgiu da necessidade dos alunos, os alunos chegavam no quinto [na verdade sexto] ano com 11 anos de idade e ao término do nono ano, geralmente o que acontecia é que eles entrando no segundo grau [ensino médio] eles não conseguiam se formar [no CIL], pois ali tinham a oportunidade de um estágio, era isso que estava acontecendo, eles estavam evadindo da escola, eles não conseguiam concluir o curso [do CIL] nos 6 anos e meio que era oferecido [Então foi por causa da diminuição do curso?] sim. (PROFESSOR 1, CIL PILOTO)

Porque ele está sempre aberto a mudanças ao novo, porque quer evoluir, mudar, crescer e viu na pilotagem uma boa chance (PROFESSOR 2, CIL PILOTO)

Queríamos experimentar as mudanças, motivada pela necessidade da comunidade escolar. (PROFESSOR 3, CIL PILOTO 2014)

Decidimos pilotar porque acreditamos que as mudanças propostas trarão avanços pedagógicos para a comunidade escolar e também porque as mudanças se adequam ao Currículo em Movimento. (GESTOR 1, CIL PILOTO 2014)

Podemos perceber que foram elencados alguns motivos diferentes para a pilotagem em suas escolas. O Professor 1 entende que o principal motivo seria a diminuição do curso para evitar a evasão dos alunos ao ingressarem no ensino médio. O Professor 2 justificou a pilotagem devido à abertura da escola às mudanças; já o Professor 3 coincide com o anterior, pois os profissionais de sua escola, queriam experimentar as mudanças, além de pensar nas necessidades da comunidade escolar, assim como o Gestor 1, o qual destaca a comunidade escolar e a adequação ao Currículo em Movimento da SEEDF.

Já o CIL que decidiu não pilotar justificou essa decisão como se segue:

Os professores não concordaram com todas as propostas apresentadas, principalmente no que se refere ao Juvenil. Além disso, não foi explicado muito bem qual é a meta a ser alcançada com as novas reduções propostas e a forma como deve ser aplicado o novo curriculum. (GESTOR 2 - CIL)

É pertinente a colocação do Gestor 2, visto que as propostas de adaptação curricular vindas dos CILs eram bem detalhadas, contemplando adaptação do curso Específico e dos níveis Juvenil (alunos de 6º ano), porém a proposta unificada apresentada pelo NCIL não traz muitas explicações que seriam fundamentais para a aplicação correta dessa pilotagem, conforme a tabela 17, no tópico anterior.

Aos participantes atuantes em CILs que estavam pilotando as propostas do NCIL foi perguntado “Quais foram/são as principais mudanças pilotadas pela escola em que você atua?”. O Professor 2 de CIL Piloto, afirmou que estão testando o CFC (Curso de Formação Complementar), o tempo de curso pleno foi reduzido de 7 pra 6 anos e a aula também foi diminuída e passou de 1h40 para 1h20. Já o Professor 1, também de CIL piloto, destacou especialmente a mudança de horário que antes era de 1h35, passando à 1h25 e justifica essa mudança da seguinte forma:

Primeira coisa que aconteceu foi a mudança de horário, antes era 1h35m de curso e hoje a gente tem 1h25m, em função do primeiro e do último horário, eles [os alunos] não chegavam em Sobradinho a gente tem um público muito grande de Planaltina⁵⁶, então eles teriam que chegar às 7h no primeiro horário [do turno matutino], não chegavam; já ficavam com falta e ao final do semestre reprovavam por falta e quando reprovavam duas vezes perdiam a vaga. E o último horário também, acabava meio-dia [também no matutino] e não dava tempo de chegar na escola de origem e agora mudou pra 11h40 [saída] eles tem tempo de ir, pegar o ônibus, ainda que correndo eles tem a possibilidade de chegar na escola de origem. [A escola está funcionando pela manhã de que horário até que horário?] de 7h30 as 11h40, só que o horário do professor permanece o mesmo, de 7h até meio-dia. (PROFESSOR 1, CIL PILOTO)

Como visto o grande problema dos horários nos CILs eram os horários de entrada e saída dos alunos, sobretudo no último horário do matutino e no

⁵⁶ Região Administrativa vizinha de Sobradinho, cerca de 20km de distância, essa região não tem CIL, portanto os alunos que ali estudam se matriculam na cidade mais próxima, nesse caso Sobradinho.

primeiro do vespertino, pois estes impedem muitas vezes de o aluno chegar a sua escola regular a tempo, ou chegar ao CIL à tarde.

Neste semestre, conforme afirma o Gestor 2 (CIL), foi notada uma dificuldade referente às escolas de ensino fundamental que começaram a oferecer educação integral, problema que gerou uma série de inadequações de horário para alunos já matriculados nos CILs. Esses problemas foram sanados pela direção/secretaria do CIL ainda em janeiro, porém assim mesmo alguns poucos alunos tiveram que trancar o curso de línguas, felizmente somente 6 (seis) de 150 (cento e cinquenta) estudantes que se encontravam nessa situação o fizeram, pois seus horários da escola regular estavam chocando com horários do CIL. Vale ressaltar que a iniciativa de adequação das turmas veio do CIL e não das escolas agora integrais. Atualmente há um ônibus que leva pelo menos 30 (trinta) alunos de sua escola regular (integral) ao CIL e depois retorna à escola.

O Professor 3 acrescenta que as mudanças que serão pilotadas a partir deste ano no CIL em que trabalha são: “Criação de CFC; a avaliação passou de somativa para formativa; mudança curricular; o livro funciona como mais uma ferramenta e não como um norteador das aulas.”

Já o Professor 4 fez crítica a uma das mudanças, conforme excerto abaixo:

A mais significativa e equivocada que eu pude perceber foi a redução da hora-aula de 50min para 40min: os alunos de cada um dos 3 horários/turno perderam 20min semanais com os professores na intenção de garantir que os alunos do último horário do matutino e primeiro horário do vespertino não evadam da escola tendo mais tempo para transitar de sua escola de origem para o CILC e vice-versa;

Outra mudança significativa e, a meu ver, positiva foi a abertura do grupo docente para o ensino a distância por meio de ferramentas novas para boa parte do grupo. Para tanto, o grupo tem estudado e trabalhado mais em conjunto.

Por último a necessária redução do tempo do curso de 7 anos para 5 ou 5anos e meio- isso ainda não está definido. (PROFESSOR 4, CIL PILOTO 2014)

Conforme afirma este professor, a diminuição das horas de aulas semanais para os alunos foi um prejuízo. É importante ressaltar que o curso também será reduzido, de 7 anos para 5. Porém vale ressaltar que os próprios

Centros Interescolares de Línguas que estão pilotando mudanças nos cursos ainda não sabem afirmar. Quanto à diminuição do tempo de curso, um afirmou que é pra 6 anos, outro informou que ainda não definiram se será para cinco anos ou cinco anos e meio. Entretanto é importante frisar que o chefe do NCIL afirmou categoricamente que os CILs votaram na mudança dos cursos para cinco anos e redução de carga horária e, conseqüentemente, o oferecimento do CFC nos horários ociosos; isso não poderia retroagir; segundo ele, a partir de então, a única coisa a fazer era adaptar o currículo aos moldes do tempo de curso votado. Além disso, com reação às críticas deste modelo de diminuição drástica no curso pleno dos CILs o chefe ainda acrescenta que:

[...] não adianta a gente detectar os problemas, as questões e não apresentarmos propostas. Temos o problema de evasão que eu havia mencionado, fizemos uma proposta de currículo, as pessoas não gostaram da proposta. Ótimo, beleza, significa que as pessoas vão pensar sobre ele. E, de repente, algumas pessoas vieram e disseram assim: “Olha, não temos [é] não concordamos com essa proposta, não queremos, vamos votar contra”. Beleza, ótimo. Agora, então, qual é a sua alternativa? Qual é a outra proposta? “Não, não tem outra proposta!” Isso não existe! Se você não tem proposta, você não tem como negar a proposta que está ali. (Chefe do NCIL)

Após observarmos o excerto, podemos pensar que a questão democrática neste momento se enfraquece, pois não há a possibilidade de crítica aos modelos propostos, somente se for apresentado uma nova proposta; porém, determinados pontos das propostas eram discutidos com frequência, e, com essa postura, provavelmente eram desconsiderados, ainda pensando nessa afirmativa do chefe do núcleo, podemos inferir que, provavelmente por isso, houveram tantas propostas de adaptação curricular de CILs, que a fizeram isoladamente, sem chegarem a um denominador comum, e, conseqüentemente, os CILs estão pilotando um modelo de curso que ainda não tem certeza do que se trata.

Quanto ao Curso de Formação Complementar (CFC), foi perguntado aos participantes em que modalidade estes cursos estavam sendo oferecidos e como foi a escolha dos temas, obtivemos os seguintes dados:

Dois CILs optaram por oferecer os cursos a distância, um deles oferece em regime semipresencial e outro afirma que existem as três formas, conforme explica:

Existem as três forma, fica a critério do professor, a gente tem uma carga horária x pra ser cumprida, ela pode ser cumprida presencial nas sextas-feiras, semipresencial, com datas marcadas de encontros, ou totalmente por internet, a gente tem um portal, uma plataforma [moodle]⁵⁷, onde são lançados os projetos, os trabalhos, os meninos vão entregando os trabalhos nas datas. (PROFESSOR 1, CIL PILOTO)

Foi indagado ainda como se deu a escolha dos temas para o oferecimento dos cursos. O Professor 2 (CIL Piloto) afirmou que este foram escolhidos “Pela relevância, nível, faixa etária e afinidades por parte dos professores.” Sem consulta aos alunos para o oferecimento do curso. O Professor 4 (CIL Piloto 2014) informou que

Uma vez definido que o horário de dedicação dos professores para os CFCs seria das 11h45 às 12h30, que poderiam escolher suas temáticas livremente e que poderiam planejar o curso com outros professores desde que cada um tivesse sua turma, os professores se organizaram sozinhos, em duplas, ou trios dentro das temáticas de interesses. O grupo foi orientado a ofertar seus cursos obrigatoriamente a distância (pelo Moodle). Apenas as únicas professoras de carga horária 20h matutino /20h noturno – foram autorizadas a ofertarem seu curso no noturno no formato de projeto e no horário de projeto do noturno.

Neste caso, também não houve pesquisa de interesse com os alunos da instituição. Já Gestor 1 (CIL Piloto 2014) afirma que, no Centro Interescolar de Línguas em que atua “primeiro houve uma sondagem de interesse dos alunos e área de interesse do professor”, da mesma forma ocorreu com o Professor 3 (CIL Piloto 2014) e o Professor 1 (CIL Piloto) o qual explica que, no CIL em que

⁵⁷MOODLE - "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment", é um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o *Learning Management System* (Sistema de gestão da aprendizagem) em trabalho colaborativo baseado nesse programa, acessível através da internet ou de rede local. É utilizado principalmente em contexto de *e-learning* (ensino a distância, via internet) ou *b-learning* (ensino semipresencial e via internet), o programa permite a criação de cursos "on-line", páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem, estando disponível em 75 línguas diferentes.

atua, os alunos foram ouvidos primeiro dentro de seus interesses e, em seguida, os professores escolhiam o tema que mais lhe interessava e a modalidade de oferecimento. Porém o entrevistado entende que

O CFC foi criado para complementar essa carga horária perdida em função da diminuição do horário e do tempo do curso. Mas já está indo “por água abaixo”. [explique] Porque o novo currículo prevê uma forma de ensino autônomo e colaborativo e que o papel do professor seja de guiar o estudo e não de expor o conteúdo. Fazer com que o aluno aprenda a aprender, e que ele consiga criar suas estratégias de aprendizagem, é o chamado ‘professor mentor’, que foi a proposta do CFC, fugir das aulas tradicionais e expositivas.

Se o novo currículo prevê essa forma de ensino/aprendizagem, porque vamos manter mais uma turma. Já temos 7 para trabalhar da mesma forma do CFC. Essa turma do CFC deixa de ser a turma piloto para ser mais uma turma para o professor, e tá cansativo. (PROFESSOR 1, CIL PILOTO)

Como esta escola decidiu pilotar uma nova forma de lecionar, tentando trazer para as aulas o interesse do aluno, tirando o foco do livro didático, com temas definidos pelos estudantes, etc. O curso CFC, conforme afirma o Professor 1, só é mais uma turma com os mesmos moldes das demais, com a diferença de ser oferecido também a distância e semipresencial, o entrevistado acrescenta ainda que é extremamente cansativo planejar todas essas aulas de uma maneira totalmente diferente do que vinha sendo feito nas últimas décadas.

Aos professores de CIL Piloto foi questionado quais foram ou estão sendo os principais problemas enfrentados durante a pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CIL, obtive as seguintes respostas: O Professor 1 voltou a falar a cerca do CFC como mais uma turma, além da falta de tempo para a organização do curso por parte dos docentes. Já para o Professor 2, as dificuldades são mais técnicas, relata que houve dificuldades com relação à adaptação dos conteúdos com relação à nova carga horária estabelecida, o uso da plataforma Moodle, além da revisão do currículo e a captação de alunos para os cursos CFC.

Para os participantes atuantes em CILs que estão pilotando somente a partir de 2014, a pergunta feita foi a seguinte: Quais serão ou estão sendo, no seu entendimento, os principais problemas enfrentados durante a pilotagem do

novo modelo de funcionamento dos CIL? O Gestor 1 destacou que “a inadequação do espaço físico e a ineficiência das empresas prestadoras de serviço de internet” foram as maiores dificuldades. Já o Professor 3 destaca as mesmas dificuldades e acrescenta que há ainda “a dificuldade em planejar aulas, falta de prática quanto à metodologia, tempo muito escasso (devido ao calendário da Copa)”. Já o Professor 4 menciona as seguintes dificuldades:

O primeiro bimestre foi reservado para o planejamento dos cursos e alimentação da plataforma de ensino. Foi um prazo relativamente curto;

Além disso, coube aos novos gestores providenciarem a plataforma de ensino a distância- algo que deveria ter sido ofertado pela SEDF por meio dos órgãos competentes; e

Uma vez que a escola deve cumprir os CFCs a distância, algo que a escola precisaria é de um laboratório equipado com computadores e acesso à Internet. Até o momento, quem paga a Internet da escola é a APAM e não dispomos de computadores no Laboratório. Os alunos que se interessarem pelo curso têm que acessar a plataforma em suas casas, *lan house*, etc.

Estamos todos ansiosos para saber como será no curso de 5 anos.
(PROFESSOR 4, CIL PILOTO 2014)

O Professor 4 trata de um ponto muito relevante que é a falta de estrutura oferecida pela SEEDF, para a implementação de um curso proposto por eles, neste caso, de falta de laboratório: o aluno que não tem acesso em casa à internet teria que pagar uma *lan house* para frequentar um curso oferecido pela rede pública de ensino do DF. O Gestor 1 e o Professor 3, também mencionam o problema de acesso à internet enfrentado pela escola, o que pode tornar inviável a continuidade dos cursos, sobretudo os oferecidos a distância. Ainda sobre o excerto destacado acima, o Professor 4 comenta que em sua escola estão “ansiosos para saber como será no curso de 5 anos”, com certa descrença na estrutura da escola e nos meios que serão usados para a diminuição significativa do curso Pleno dos CILs.

Perguntados sobre as vantagens observadas desde 2013 na Pilotagem das mudanças, o Professor 2 (CIL Piloto) afirmou que “os alunos ficam mais dispostos com aulas menores, a escola esta interagindo mais como um todo.” O Professor 1 respondeu da seguinte maneira:

A mudança de postura do aluno, ele tem se interessado mais, inclusive eles tem procurado muito mais o CFC do que as aulas normais, eles preferem estar no CFC do que nas aulas normais. Daí [...] entra a discussão também do novo modelo, da nova escola, né? A gente também tá pilotando, são formatos de aulas diferenciados, que foge da programação do livro, tanto que alguns níveis, a gente não usa livro. O que no meu ponto de vista não é a solução, eu acho que eles precisam ter um guia, mas que a gente não necessariamente [...] tenha que seguir página a página. A gente tem que atender às necessidades do aluno. [...] tanto que a gente tem tentado trabalhar com textos e vídeos e coisas bem contextualizadas, de forma que eles pudessem ver realmente assim, como [...], de que forma [...], em que momento eu vou usar a língua. Assim, pra eles tá sendo uma aprendizagem muito mais concreta do que aquele, fazer repetir várias vezes que muitas vezes eles saem da escola e não sabem efetivamente a língua.

Neste sentido é possível perceber, já em curto prazo, que estão sendo produtivos alguns pontos que estão sendo testados pelo CIL de Sobradinho e de Brazlândia, aulas menores e que considerem o interesse sinalizado pelo aluno, claramente são mais estimulantes.

Já para os CILs, que começaram sua pilotagem em 2014, foi perguntado: Quais são, no seu entendimento, as expectativas da escola (gestão/professores/alunos) para a pilotagem do novo funcionamento dos CILs? O Gestor 1 entende que as expectativas são “sempre positivas. Todos estão animados e empolgados na elaboração dos CFC. Há um novo olhar em relação às avaliações”. O Professor 3, por sua vez, acrescenta que a expectativa é que realmente possam “avaliar se é conveniente ou não esta mudança”. Já o Professor 4, pontuou cada segmento:

Tenho a impressão de que os gestores estão preocupados em receber diretrizes para guiar seus PPPs⁵⁸, propostas pedagógicas e planejamento administrativo e ainda se os CFCs vão de fato ajudar a diminuir a evasão; os professores estão preocupados se a redução da carga horária não é algo prejudicial para sua aposentadoria especial; os alunos estão se matriculando nos CFCs e ainda é cedo para apontarmos qualquer aspecto mais concreto dos resultados que os cursos possam gerar. (PROFESSOR 4, CIL PILOTO 2014)

⁵⁸ Projeto Político Pedagógico.

Conforme o participante, que é de um CIL que não se voluntariou para pilotagem das mudanças. Há certo receio da gestão por não possuir um documento que guie o trabalho a ser realizado, as mudanças a serem pilotadas. Além disso, os professores se preocupam com o fato da redução de horário.

Aos CILs não pilotos, a pergunta foi: Quais são, no seu entendimento, as expectativas da escola (gestão/professores/ alunos) com relação às propostas e ao processo de criação das novas diretrizes?

Algumas propostas não foram discutidas com muita expressão, muitas vezes as discussões se prolongavam e ao invés de finalizar a discussão a comissão deixava para outra reunião. Na reunião seguinte, ou davam a discussão como encerrada, sem retornar ou diziam que haviam entendido algo como finalizado.

As opiniões das escolas eram trazidas verbalmente e não eram documentadas por todas as equipes gestoras, o que deu margem ao pensamento de que membros da comissão traziam opiniões próprias e não da coletividade a que representavam.

Outros gestores, traziam documentação e discutiam os pontos de vistas da equipe escolar com mais certeza.

A criação do CFC trará um aumento no número de turmas atendidas pelos professores, porém muitos não entenderam assim pois algumas turmas passaram a ser virtuais. (GESTOR 2, CIL)

A pergunta que se segue, “por que as Novas Diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas ainda não foram finalizadas/implementadas?,” complementa a colocação feita pelo Gestor 2 acima, além de coincidir com respostas de outros participantes. Obtive as seguintes respostas: O Professor 3 (CIL Piloto 2014) e o Professor 1 (CIL Piloto) entendem como falta de vontade política, falta de organização do governo e até mesmo falta de interesse em entender melhor o que são os CILs, como eles funcionam e o que deve ser feito. Já o Professor 2 (CIL Piloto) entende que “as mudanças dão trabalho e levam tempo para acontecer”. O Gestor 1 (CIL Piloto 2014) acrescenta ainda que “Grupos de estudos foram criados ao longo dos anos de 2012 e 2013 e diversos debates ocorreram, mas não houve consenso em decorrência da falta de estudo/conhecimento teórico dos pressupostos que sustentam o Currículo em Movimento”. O Professor 4 (CIL Piloto 2014) pontuou que

Porque mesmo as discussões tendo acontecido ao longo de dois anos elas foram pouco consensuais e não geraram os registros necessários por escrito, para que esses pudessem ser compartilhados pelos CILs e assim servir de ponto de partida, diretriz para os centros pilotos.

Podemos perceber que a declaração do Professor 4 coincide com o que pontuou o Gestor 2, o primeiro afirma que as discussões em dois anos não foram consensuais e não geraram registros, o que é algo grave, pois, em reuniões que pretendem criar políticas de maneira democrática é imprescindível o registro das discussões, mesmo que não se chegassem a um consenso, seria possível pontuar as divergências apontadas durante os encontros. O Gestor 2 coloca ainda que as discussões se prolongavam, não eram finalizadas e em seguida eram dadas como encerradas, o que prejudicou muito o processo.

Com relação à última pergunta pontuada acima, o Gestor 2 acrescenta:

Houve uma falta de participação de alguns professores dentro das escolas, um ano letivo muito tumultuado com as eleições em 2012 e depois novamente em 2013. E a criação do curso de capacitação, onde apenas alguns professores participavam não resultou em melhor discussão.

No meu modo de entender, se desde 2012 os coordenadores de língua tivessem sido nomeados para a comissão e fosse dado uma continuidade na organização, ou seja, **quem começou/iniciou fosse até o final, seria construído uma linha de pensamento coletiva.**

Toda a discussão deveria ser documentada tanto na escola como nas reuniões promovidas pelo NCIL. E a votação final de cada escola deveria ser conhecida por todos. Além disso, muitas propostas eram votadas por entendimentos muito diversificados. O período escolhido para a construção das Novas Diretrizes coincidiu com as eleições nas escolas e foi muito tumultuado.

Se fosse feita uma pesquisa eletrônica hoje, nem todos os professores saberiam apontar exatamente o passo a passo que cada escola deu. E muitos não sabem exatamente o que é a nova proposta.

Faltou definir uma proposta completa e geral. Onde pontos que são divergentes, continuaram divergentes: ciclo x nível, juvenil incluso nos cinco anos ou não, forma de avaliação, cursos de formação presencial x virtual, nível final, extinção do específico, continuidade do específico, oferta de nível avançado para o específico e para o curso normal [pleno] (uma vez que ficou claro que não se pretende chegar ao avançado com os alunos), metodologia e objetivos ainda não estão claros. (GESTOR 2, CIL) [grifo meu]

Mais uma vez foi apontada a falta de registros/atas, tanto nas escolas como no NCIL, para nortear os trabalhos dos CILs que estão pilotando essas mudanças, como bem colocou mais acima o Professor 4, o Gestor 2 acrescenta ainda que as comissões que começaram a definir as políticas/propostas deveriam dar continuidade e terminar os trabalhos iniciados. Durante as reuniões era possível perceber uma variação de representantes de cada CIL, assim como no curso sobre Currículo oferecido pelo NCIL e EAPE, nele nem todos os participantes eram membros da comissão de currículo, poucos concluíram o curso e, ademais, como explica o Gestor 2, este curso “não resultou em melhor discussão”, ou definição de currículo. Outro ponto relevante apresentado pelo entrevistado foi a falta de definição de uma proposta completa e geral, conforme vimos mais acima, cada entrevistado que está pilotando mudanças, apontou mudanças diferentes, ou seja, os resultados apresentados por cada CIL piloto certamente será diferente, realmente não há um consenso do que realmente está sendo pilotado nos Centros Interescolares de Línguas. Entendo que somente duas mudanças coincidem nos quatro CILs que aceitaram testar as novidades: a redução de horário das aulas e a oferta dos cursos CFC.

Com relação ao processo de construção das políticas públicas para os CILs, todos os entrevistados entendem que foi de maneira democrática, de forma lenta e conforme acrescenta o Professor 4, CIL Piloto 2014 “[...] e pouco produtiva em termos de se chegar a um consenso e de se escrever os documentos necessários para materialização das Novas Diretrizes”. O Professor 1 (CIL Piloto) acrescenta ainda que partiu “da conscientização e da vontade de que acontecesse dos diretores de CILs e dos professores”. E finalmente o Professor 3 (CIL Piloto 2014) entende que “primeiramente, houve uma tentativa de imposição das ideias do governo. Depois a criação de grupos para debates e formulação de propostas e a pilotagem de alguns CILs.”

Coincido com a opinião dos professores 1 e 4, pois entendo que sem o engajamento e vontade dos diretores e docentes dos CILs, provavelmente nem existiria o Núcleo. Entendo também que, após dois anos, vimos pouco das discussões se efetivarem em documentos oficiais, muitas discussões sobre vários temas ocorreram, porém poucas dessas realmente se consolidaram e

tiveram algum resultado positivo no objetivo final de “fazer política para os CILs”.

Indagado sobre quais eram as expectativas iniciais e atuais do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas, o chefe do NCIL afirmou que

[Iniciais] A gente chegou com a ideia de representar o CIL e suas necessidades. Isso acontece em parte, a gente representa bastante as necessidades dos CILs, a medida que vão chegando as demandas, muitas demandas nós já sabíamos. Já eram problematizadas já vinham dessas reuniões que nós tínhamos com os gestores. Algumas foram contempladas já, outras ainda não. É normal isso, né. Algumas estão em vias de serem contempladas e algumas eu acho que não serão.

[atuais] A gente precisa aprimorar políticas pra os Centros de línguas. Para o ano que vem a expectativa, o grande objetivo é publicar o currículo e as diretrizes, e o grande desafio é convencer os nossos colegas que isso precisa ser feito. Os nossos grandes entraves hoje, [...] mas o nosso grande entrave hoje não é institucional, o nosso grande entrave hoje é interno, é nossa própria resistência, nós tivemos toda abertura, nós tivemos carta branca, qual o segmento de escola que diz assim olha: nós queremos dizer o currículo que vamos fazer.

A comunicação, como meta inicial, realmente se consolidou, porém com relação ao segundo comentário do entrevistado, percebemos que este entende que a resistência ou as discordâncias é o grande impasse para a (re)construção das políticas dos CILs, porém é possível inferir, após analisarmos os excertos dos demais entrevistados, que inúmeros outros fatores interferiram no bom andamento da elaboração dessas diretrizes. Como é o caso, do início de discussões sem conclusão, em outra reunião o assunto era dado como encerrado, sem uma ata explicativa afirmando o que havia sido decidido, falta de membros das comissões permanentes (que pudessem participar do processo desde o início até o fechamento do documento), além de falta de comunicação eficiente entre os membros das comissões → escola → NCIL, com registros por escrito dessas comunicações.

Todos esses fatores interferiram, deixando o processo democrático, que já é moroso, ainda mais lento. Ou seja, é imprescindível que haja mais clareza no processo da criação das diretrizes, e que todos os passos sejam registrados e divulgados nas escolas e em meio eletrônico (*blog* e *Facebook* do NCIL),

para que a comunidade escolar de todos os CILs tenha acesso às etapas de elaboração/execução das políticas.

4.3 Retomando o Capítulo

O Capítulo Erguendo Pilares traz os dados coletados durante a pesquisa realizada e suas análises.

Iniciado pelo tópico: (Re)construção das Políticas Públicas dos Centros Interescolares de Línguas do DF, em que apresento o processo de criação de uma proposta de diretrizes pelo NCIL.

No referido capítulo, aponto que no início dos trabalhos em 2012, a comissão de Diretrizes Institucionais dos CILs apresentou suas demandas para sanar problemas de evasão, as quais se transformaram em três propostas, que foram levadas à votação em todos os CILs. A proposta de mudança ganhadora foi a que diminuía o curso pleno de 7 para 5 anos, além de reduzir as aulas de 1h40 para 1h20 e, no horário restante, oferecer cursos complementares. Decidiu-se que os CILs de Brazlândia e Sobradinho pilotariam no ano seguinte (2013) as mudanças propostas.

Em seguida, foram redigidas propostas para as Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas que, conforme seu texto, “estabelece a estrutura, a organização e o funcionamento dos CILs”, porém estas, infelizmente não abrangem o atendimento inclusivo e salas de recurso, além da omissão completa do curso Específico e da entrada de alunos oriundos da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

No ano seguinte, 2013, deu-se início aos trabalhos da Comissão de Currículo e Avaliação, o NCIL recomendou a abordagem comunicativa, tirando o foco da estrutura gramatical nas aulas e privilegiando o ensino por meio de gêneros da língua. Foi sugerida, ainda pelo NCIL, a substituição dos níveis (semestrais) pelos ciclos de aprendizagem (períodos mais curtos e sem reprovação). Com isso, cinco CILs (CIL 1, CIL 2, CILB, CILC e CILT) apresentaram propostas de adaptação curricular, muitas destas bem completas e inclusive com embasamento teórico (conforme solicitado pelo Núcleo), estas seriam votadas pelos CILs, porém, após muitas discussões e divergências, o NCIL criou uma proposta de currículo unificada. Esta última, não contempla

muitos tópicos extremamente relevantes no funcionamento dos cursos dos CILs, como é o caso da omissão do Específico (assim como nas diretrizes), não explica que os CFCs seriam obrigatórios ou optativos para os alunos, propõe um projeto final e não diz como se dará este trabalho. Não houve divulgação dessa proposta por escrito, nem em meios eletrônicos, nem para os CILs diretamente, também não houve embasamento teórico apresentado nessa proposta como foi pedido aos CILs que apresentaram suas propostas.

Ao final do ano, foi oferecido um curso, Aspectos Básicos da Construção Curricular no Ensino e Aprendizagem de Línguas, destinado aos membros da comissão de currículo e demais profissionais dos CILs que se interessassem. Inicialmente o objetivo era redigir o currículo para os CILs de maneira conjunta com os participantes do curso, porém essa meta não foi alcançada.

Já no ano de 2014, mais dois CILs se dispuseram a pilotar as mudanças propostas pelo NCIL, o CILG (Guará) e o CILC (Ceilândia). Porém os trabalhos com as comissões e as reuniões com o NCIL não se seguiram neste ano.

O final deste capítulo, foram analisadas as respostas às entrevistas e aos questionários feitos à profissionais dos CILs que pilotam ou não as novas diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas, pode-se perceber que não há consenso com relação a todas as mudanças que estão sendo pilotadas pelos CILs, por exemplo, com relação ao tempo de curso os entrevistados divergem em 5 anos, 5 anos e meio e até seis anos de curso. O que os quatro CILs estão realmente testando é a redução da carga horário semanal das aulas e a implementação do Curso de Formação Complementar.

Os participantes chamaram a atenção para a morosidade da criação e definição das políticas, além da falta de registros das reuniões e clareza nas definições durante esses encontros. O que dificulta o processo.

O NCIL está passando por um período de crise identitária, não sabe se reconhece os Centros Interescolares de Línguas como escolas de natureza especial ou escolas regulares de educação básica. Como já foi dito em vários tópicos desta pesquisa, há poucos documentos oficiais que regulam o ensino de línguas no Brasil e em sua capital, e é praticamente inexistentes leis que rejam o trabalho de Centros públicos de ensino de línguas, apesar de essas escolas estarem se expandindo em todo território nacional. É importante ressaltar que

há diferenças entre o ensino de línguas estrangeiras no ensino regular e nos cursos livre ou cursos de línguas como destaca as OCEM (2006) estas tem diferentes objetivos, portanto podem e devem ter diferentes abordagens de ensino.

Essa crise identitária caracteriza-se pelo fato de o Núcleo, propor determinadas mudanças significativas na abordagem de ensino dos cursos dos CILs, utilizando-se de teorias da LA atual, o que considero importantíssimo para a atualização do ensino da instituição de ensino. Porém além de tais mudanças, o NCIL propõe ainda, que sejam adaptadas teorias do ensino regular (educação básica) dentro dos Centros Interescolares de Línguas, como é o caso dos ciclos de ensino. Tal inovação vem sendo criticado duramente na esfera da educação básica, pelos maus resultados que vem trazendo aos alunos que participam da educação nestes moldes, seja por falta de formação continuada dos professores atuantes nos ciclos, seja por falta de estrutura das instituições para receber este tipo de ensino.

CAPÍTULO V

EM OBRAS

Figura 40 – Lunch Atop a Skyscraper⁵⁹



Fonte: <http://engvagnerlandi.com>

*“As dificuldades são o aço estrutural
que entra na construção do caráter.”
(Carlos Drummond de Andrade)*

5.1 Introdução

O capítulo final deste estudo foi chamado de “Em Obras”, pelo fato de a (Re)Construção das Políticas Públicas para os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal ainda estar em andamento, o processo ainda não foi concluído.

Nas considerações finais, apresento as percepções alcançadas ao término do estudo. O capítulo está organizado em quatro partes, primeiramente retomo as perguntas que orientaram esta pesquisa e busco respondê-las, baseando-me na análise dos registros realizada no Capítulo II – Alicerce (Teórico) e IV – Erguendo Pilares (Análise de Dados). E, em seguida discorro sobre as implicações dos resultados da pesquisa, mostrando ainda as limitações encontradas no decorrer do estudo, e finalizo com sugestões para estudos futuros.

⁵⁹ Foto tirada pelo fotógrafo Charles C. Ebbets em meados de 1932 e publicada pela primeira vez no jornal *New York Herald Tribune* em 2 de outubro do mesmo ano, tornando-se uma das fotos mais famosas do século passado.

5.2 Retomada das perguntas de pesquisa

O estudo aqui apresentado teve como objetivos principais (1) Entender como se deu a construção/criação dos Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal; (2) Apresentar quais políticas públicas educacionais eram ou são direcionadas aos CILs; e (3) Acompanhar a (re)construção das políticas públicas direcionadas aos CILs. Para alcançar os objetivos aqui expostos, procurei responder às seguintes perguntas: (1) Como foram criados os oito Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal?, e ainda (1.1) Como estão estruturadas as sedes desses Centros de Línguas?; (2) Quais políticas públicas, educacionais ou linguísticas regeram essas instituições desde sua criação? e (3) De que maneira estão sendo (re)construídas as políticas públicas para os CILs do DF pelo NCIL e suas comissões? além de (3.1) Quais as mudanças propostas pelo NCIL com relação ao funcionamento dos Centros?

Na sequência, inicio a retomada de cada pergunta acima destacada, apresentando alguns aspectos analisados durante a pesquisa.

(1) Como foram criados os oito Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal?, e ainda (1.1) Como estão estruturadas as sedes desses Centros de Línguas?;

Conforme apresentado no Capítulo II – Alicerce, o primeiro dos oito CILs foi o CIL 1 de Brasília, em 1975, e, atendendo a um pedido da coordenadora de inglês da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), começou em salas emprestadas na Escola Normal de Brasília e mudou-se para uma escola vizinha, em um espaço maior, atual Centro de Ensino Médio Elefante Branco, onde permanece até então; a estrutura atual da escola precisa ser ampliada e passar por alguns reparos. A escola atualmente atende a quase seis mil alunos.

O Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia, por sua vez, começou em 1983 pela iniciativa de três professores que começaram um projeto ensinando inglês em apenas uma sala de aula de uma escola de ensino médio da cidade, após ótimos resultados, se juntaram a esses, professores de espanhol e de francês e em 1985 (dez anos após a criação do 1º CIL) foi

autorizada a criação do CILC, funcionando em parte da Escola Normal de Ceilândia. Atende atualmente mais de cinco mil alunos, sendo, não só o segundo Centro a ser inaugurado, mas também o segundo maior em atendimento. Atualmente a escola tem sede própria, porém está em situação precária, as paredes são de placas pré-moldadas, a fiação elétrica não comporta as necessidades da escola, causando prejuízos constantes, como queima de equipamentos adquiridos pelo CILC; o telhado é de zinco, o que em época de chuva, devido ao barulho, atrapalha significativamente o andamento das aulas.

O Centro Interescolar de Línguas de Taguatinga foi criado após um apelo feito às autoridades por uma professora em 1987, a professora expressou seu desejo de criar em Taguatinga um Centro nos moldes dos dois já existentes (CIL de Brasília e CILC). No ano seguinte, professores de LEM se reuniram para a abertura de mais um Centro Interescolar de Línguas, o CILT. Durante muitos anos a escola passou por problemas estruturais, espaço pequeno, inadequado, poucas salas para uma demanda muito grande. Porém, pela primeira vez, em quase quarenta anos de existência dos CILs, a sede de um destes Centros foi totalmente reconstruída, com instalações modernas, inaugurada pelo então governador do Distrito Federal e demais autoridades locais em 11 de março de 2014. A escola atende hoje a pouco mais de quatro mil alunos, porém em breve dobrará sua capacidade de atendimento devido à nova estrutura.

Já o Centro Interescolar de Línguas de Sobradinho foi oficialmente criado em 1994. O CILSob, assim como os demais, também funcionava nos fundos de outra escola, o Centro de Ensino Fundamental 05 de Sobradinho, após ganhar um terreno do governo, a escola se mobilizou para arrecadar dinheiro para a construção de sua sede definitiva, que foi inaugurada em 1999. Desde então a escola vem promovendo melhorias em sua estrutura com recursos próprios, a escola não é muito grande, mas conta com biblioteca e laboratório de informática. Atende atualmente a aproximadamente 3.062 alunos.

O Centro Interescolar de Línguas do Guará, por sua vez, foi criado em 1995, desde sua criação e, até o momento, a escola funciona nos fundos do Centro de Ensino Fundamental 02, o espaço da escola é inadequado para seu

funcionamento, a biblioteca divide espaço com o laboratório de informática, não há auditório, e o barulho proveniente da outra escola, sobretudo no horário do intervalo, impossibilita o bom andamento das atividades pedagógicas propostas pelo CILG. Atualmente a escola atende a quase dois mil e seiscentos alunos.

O Centro Interescolar de Línguas do Gama foi criado em 1987 e também iniciou seus trabalhos nas dependências de outra escola da região, em 1998 foi transferido para a extinta escola normal, e novamente transferido para as dependências de um Centro de Ensino Fundamental em 2002, onde permanece até os dias de hoje. A estrutura da escola é uma das maiores dos CILs, com salas grandes, auditório equipado, biblioteca, laboratório de informática, pátio e até quadra de esportes. Porém a escola ainda carece de algumas reformas como: a parte elétrica completa, troca de forros e telhado. O CIL Gama atende atualmente a mais de cinco mil alunos.

O Centro Interescolar de Línguas de Brazlândia foi inaugurado em 1997, é a menor das escolas em questão, atendendo a pouco mais de dois mil alunos. A escola tem sede própria, mas são muito antigas, as paredes são feitas em pré-moldados e apresentando problemas frequentes no telhado, conta com biblioteca, laboratório de informática e auditório, mas todos precisando de reforma.

E, finalmente, a oitava escola: o CIL 2 de Brasília. Assim como os Centros Interescolares de Línguas que o antecederam, o CIL 2 foi aberto atendendo a pedidos de alunos e professores que faziam parte do projeto Setorial de Línguas do Centro de Ensino Médio Setor Leste. A escola atende atualmente a mais de dois mil e seiscentos alunos. A escola segue, desde sua criação, nos fundos da escola de ensino médio citada acima, num espaço muito reduzido e adaptado. A escola não possui laboratório de informática, mas oferece aos seus alunos biblioteca e sala de recursos para atendimento a alunos com necessidades especiais.

(2) Quais políticas públicas, educacionais ou linguísticas regeram essas instituições desde sua criação?

Como apresentado no capítulo Alicerce, poucas são as políticas que regem ou regeram o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas da

capital federal. Começando pela legislação nacional, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 pouco fala sobre o ensino de línguas e não menciona a possibilidade de criação de Centros especializados no ensino de línguas. Já os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Médio (BRASIL, 2000) destacam, em seu excerto dedicado ao ensino de línguas, os problemas enfrentados pelas escolas brasileiras no ensino dessa disciplina, menciona que a criação de centros de línguas públicos poderia ser a solução para os problemas apresentados.

No âmbito do Distrito Federal poucos documentos oficiais remetem aos CILs, legitimando-os e regendo seu funcionamento, cronologicamente os registros documentais conseguidos são:

- ➔ Relatório de Atividades do Centro de Línguas (1976), relatório feito após um ano de funcionamento do CIL 1 de Brasília.
- ➔ Orientação Pedagógica nº 03 para os Centros Interescolares de Línguas e Setoriais de Línguas - SELs (1994) que define a estrutura administrativa dessas escolas, bem como a organização dos cursos oferecidos pelos CILs e SELs.
- ➔ Orientação Pedagógica: Centros Interescolares de Línguas (2002); atualização da anterior, neste ano já não existiam os SELs.
- ➔ O Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2009), apresenta 32 artigos (do Art. 240 ao Art. 272) dedicados aos Centros Interescolares de Línguas, detalhando os objetivos, organização, bem como avaliação.
- ➔ Estratégia de matrícula: Este é um documento anual da SEEDF que “normatiza o processo de matrícula na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal para o ano letivo subsequente” (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 1). Explica quem tem o acesso aos CILs e em quais cursos.

(3) De que maneira estão sendo (re)construídas as políticas públicas para os CILs do DF pelo NCIL e suas comissões?

(3.1) Quais as mudanças propostas pelo NCIL com relação ao funcionamento dos Centros?

As Políticas Públicas dos CILs estão sendo (re)construídas por intermédio do Núcleo dos Centros Interescolares de Línguas, criado em 2012.

Logo no início de seus trabalhos, a criação dessas políticas se daria com a participação do maior número possível de profissionais atuantes nos oito Centros. Para tanto, criou-se duas comissões, uma responsável pelas Diretrizes Institucionais dessas escolas e a outra pelo Currículo e Avaliação.

Dentro da perspectiva inicial do NCIL, em um ano os CILs já teriam suas diretrizes e estariam atuando dentro de um novo currículo, baseado nessas diretrizes a partir de 2013, porém o processo se deu de maneira diferente e não foi possível cumprir os prazos estabelecidos inicialmente. Para tentar conter o problema de evasão vivido por todos os CILs, estabeleceu-se, durante o ano de 2012, que o curso pleno seria reduzido de 7 para 5 anos e que a carga horária que era dois encontros semanais de 1h40, passou a ser de 1h20. Com o horário que restou, seria oferecido Curso de Formação Complementar. Houve muitas divergências com relação às decisões apresentadas, porém dois CILs se propuseram a pilotar estas mudanças em 2013. Foram redigidas ainda as novas Diretrizes Institucionais dos Centros Interescolares de Línguas, que omitiram o curso Específico, a entrada de alunos oriundos da Educação de Jovens e Adultos e o atendimento a alunos com deficiência em salas de recursos adaptadas para sanar suas necessidades.

O ano de 2013 se seguiu com os trabalhos da Comissão de Currículo, que tinha como principal objetivo adaptar o curso pleno dos CILs ao novo período de 5 anos de duração, um dos pontos de maior conflito é a questão de alunos que ingressam nos CILs no 6º ano do ensino fundamental, que até então tem passar por um ano de sensibilização com a língua que está estudando, nos níveis: juvenil 1 e 2. Muitos eram contrários à inserção destes alunos diretamente no curso de cinco anos. Para essa adaptação, houve pelo menos cinco propostas, que após inúmeras discussões de como seriam votadas, decidiu-se criar uma proposta unificada de currículo para os CILs, vale lembrar que esta proposta prever a inclusão de ciclos de aprendizagem (de 2 ou 3 anos) em lugar dos níveis semestrais em funcionamento desde a criação destas escolas. Como relataram participantes da pesquisa, muitas reuniões não eram registradas por escrito, o que gerava uma série de problemas com relação ao que tinha sido feito e acordado, ou ao que tinha sido encerrado ao não. O que causou ainda mais morosidade à todo o processo, além de gerar

dúvidas inclusive nos CILs que pilotam as mudanças. As decisões não estão claramente finalizadas e registradas.

2014 começa com mais dois CILs pilotando as mudanças propostas pelo NCIL, nota-se pela fala dos participantes que CILs que foram voluntários na pilotagem tem uma visão mais positiva com relação às mudanças, enquanto que o CIL que recebeu um convite para essa pilotagem tem uma perspectiva mais receosa com relação à uma série de problemas que estão enfrentando e que ainda estão por vir.

Coincido com todos os entrevistados que entendem que o processo de (re)construção das políticas públicas para os CILs, ocorre de maneira democrática, porém demasiadamente morosa, também concordo quando com o colocado por dois dos participantes que a falta registros escritos auxiliariam nas discussões e conseqüentemente nas decisões tomadas, e que tais registros poderiam ser usados como ponto de partida para os CILs piloto. Entendo ainda, que a falta de registro/atas das discussões e pontos importantes tratados no processo de criação das diretrizes curriculares dos CILs enfraquece o processo democrático prezado pelo NCIL, pois impossibilita que todos os interessados, professores, coordenadores, gestores, e até mesmo alunos e pais de alunos, possam entender e acompanhar as discussões e decisões tomadas e pilotadas pelos CILs.

Coincido com Bohn (2000), quando afirma que

A definição de uma política de ensino de línguas estrangeiras é uma tarefa complexa. Envolve inúmeras questões e exige a participação de professores, lingüistas aplicados, pesquisadores, administradores, líderes comunitários e autoridades do governo. (BONH, 2000, p. 117)

e vejo que o processo pelo qual os CILs estão passando, envolve quase que todos esses agentes elencados pelo autor, os professores, gestores, coordenadores, supervisores dos CILs estão participando desta empreitada, alguns desses são lingüistas aplicados, incluindo toda a equipe do NCIL (mestres em LA). Porém uma melhor organização nesse processo é imprescindível.

Mas vejo que ainda estão sendo testadas as mudanças e, ainda será preciso registrar e redigir um novo currículo para os CILs, espero que o final desse processo inclua, de maneira mais efetiva e mais clara para todos a comunidade escolar dos Centros Interescolares de Línguas.

5.3 Contribuições dos resultados da pesquisa

Os estudos referentes às políticas linguísticas e educacionais vêm crescendo na Linguística Aplicada no âmbito brasileiro significativamente, haja vista as publicações que vêm se multiplicando, além de eventos nacionais e internacionais que elencam este como um de seus principais temas.

Várias são as contribuições que permearam este estudo, os aspectos teóricos abordados foram: a escassa legislação referente ao ensino de línguas estrangeiras no Brasil, bem como no Distrito Federal; as políticas que permeiam o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas do DF; registro do processo de criação/(re)construção das políticas referentes a esses Centros, etc.

Poder registrar, acompanhar e participar do processo da criação de políticas públicas para uma instituição de ensino tão importante no âmbito da capital federal será de grande valia para os futuros estudos sobre criação de políticas para ensino de línguas, pois trata-se de um momento histórico e quiçá único dos Centros Interescolares de Línguas, visto que essas políticas estão sendo criadas/construídas de maneira democrática e pelos seus próprios executores (gestores, supervisores, professores dos CILs).

No âmbito social, vimos que os CILs fazem parte de uma formação integral de uma parcela significativa da população do Distrito Federal, promovendo, muitas vezes uma ascensão social aos que têm acesso a essas escolas, muitos dos professores que hoje atuam nelas, outrora foram aluno dos Centros Interescolares de Línguas, como é o caso desta pesquisadora. Neste sentido o registro também serve para o melhor entendimento dessa instituição que, usando mais uma vez as palavras de Juscelino Kubtschek (no capítulo que inicia esse estudo), vieram da “manifestação inequívoca de fé e da capacidade realizadora de brasileiros, espírito pioneiro [...]”. Os CILs vieram dessa capacidade e desse espírito realizador que Brasília carrega, de professores que acreditaram e lutaram por um ideal de ensino de línguas

estrangeiras em uma cidade que também foi idealizada para os brasileiros. Lutaram e conseguiram levar essa instituição para as cidades periféricas e carentes do Distrito Federal, fazendo com que o ensino de língua estrangeira chegasse às camadas mais desfavorecidas, abrindo a essas pessoas um leque de oportunidades profissionais muito mais amplo.

5.4 Limitações da pesquisa

Durante o estudo, foram percebidas inúmeras limitações, a expectativa inicial desta pesquisa era apresentar as políticas públicas para os CILs já finalizadas e talvez já implementadas, entrevistando professores, gestores e alunos sobre quais suas impressões da nova configuração dessas escolas.

A morosidade do processo de (re)construção das políticas fez com que as entrevistas ficassem para o final de 2013, pois já haveria uma série de modificações e decisões discutidas, porém o período coincidiu com eleições para diretores da rede pública de ensino, o que incluíam as instituições pesquisadas, resultando na impossibilidade de os participantes responderem aos questionamentos feitos pela pesquisadora.

As entrevistas acabaram deixadas para 2014, assim mesmo, muitos dos profissionais contatados por mim, não responderam aos questionários e não deram uma devolutiva. Ficando assim a pesquisa restrita a apenas cinco dos oito Centros Interescolares de Línguas, todos os gestores e até vice-diretores foram contatados, só conseguindo resposta de apenas dois deles, o que acaba prejudicando a análise de todo o processo vivido pela instituição.

A falta de atas/registros escritos de várias reuniões organizadas pelo NCIL, a maioria em 2013, também acaba por limitar as informações às quais tive acesso, mesmo das reuniões das quais participei, seria extremamente importante ter um registro oficial para comparação com a impressão da pesquisadora.

Porém, usando as belas palavras de Drummond de Andrade que iniciam este capítulo, “as dificuldades são o aço estrutural que entra na construção do caráter”, reafirmo que as dificuldades ajudam, não só na formação do caráter, mais também na experiência de um bom pesquisador. Não há pesquisa sem percalços. As dificuldades são inerentes às investigações acadêmicas.

5.5 Sugestões para estudos futuros

Como destacado por Bohn (2000) o processo de criação de política para o ensino de línguas é algo complexo, e como tal implica em inúmeros conceitos, que dificilmente poderiam ser abarcados em uma única pesquisa de mestrado.

Entendo que vários dos temas apresentados rapidamente neste estudo, podem ser pesquisados, podemos enumerar os seguintes temas:

- O curso Específico: seu funcionamento desde 2010, os resultados apresentados por este curso, 10% da carga horária deste curso é indireta e deve ser trabalhadas com o uso das novas tecnologias;
- A mudança no Ciclo Juvenil, e o impacto que isso pode causar no rendimento/ desenvolvimento do aluno na LE que ingressa nos CILs a partir do 6º ano do ensino fundamental;
- Currículo no ensino de línguas estrangeiras;
- Avaliação no ensino de línguas estrangeiras, somativa x formativa;
- Implementação e resultados das novas diretrizes em todos os CILs;
- Os cursos de japonês nos CILs, seus êxitos, as políticas que o regem e suas perspectivas.
- Inclusão no ensino nos Centros Interescolares de Línguas.

Esses são alguns dos temas que proponho para as próximas pesquisas relacionadas com os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal.

5.6 Considerações Finais

Quero concluir este estudo da mesma maneira que o iniciei, retomando a epígrafe que começa esta dissertação, a poesia de Ivone Boechat (2013) que discorre sobre a nobre profissão de professor, a qual tenho a honra de exercer. Diz que “Armado de pouquíssimos recursos materiais, postou-se de peito aberto, levando flechadas federais, estaduais, municipais”. Esta descrição se encaixa perfeitamente aos professores pioneiros que deram início aos trabalhos dos CILs, estes, ficavam em salas emprestadas no fundo de outras escolas (alguns, até o momento estão nesta situação), sem qualquer incentivo governamental, levavam seus toca-fitas, limpavam suas salas, davam suas

aulas em língua estrangeira, lutaram pela abertura dos Centros e conseguiram, mesmo que até hoje poucas políticas consolidem os trabalhos exercidos nessas escolas.

Este profissional dos CILs certamente “candidatou-se a reformar conceitos e valores da educação mal orientada”, sobretudo quando vemos que, em nosso país, até a legislação referente ao ensino de línguas estrangeira destaca o fracasso deste nas escolas de ensino regular.

Este docente seguramente é “alguém [que] se fez alheio às dificuldades, tendo plena certeza delas, e saiu disposto a questionar leis, portarias, resoluções e regimentos. Nos desmaios da sobrevivência, impôs-se”. Os CILs, em vários momentos de sua história, sofreram com ameaças de fechamento, justamente pela falta de políticas que assegurassem seu funcionamento. Este profissional é alguém que “saiu a procurar o aluno perdido, nas balas perdidas da guerra civil”. Depois que o governo do Distrito Federal atendeu ao pedido da abertura dos CILs a todos os alunos da rede pública do Distrito Federal em 2009, os alunos não vinham mais obrigatoriamente aos CILs, nós professores dos CILs saímos em mutirão nas escolas para divulgar e procurar “o aluno perdido”.

Os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal seguem “em obra”, (re)construindo as políticas tão necessárias para a legitimação de seu trabalho. Seguem esperando que em breve tenham, não só uma política pública que reja o funcionamento desta instituição de ensino de língua estrangeira, formada por oito escolas em diversas Regiões Administrativas da capital federal, atendendo a mais de trinta mil alunos, mas que esta política se consolide e atenda aos anseios e necessidades dessa comunidade escolar. Para que também, em breve, seja possível lutar para sanar outros tipos de problemas que acompanham a história dos Centros Interescolares de Línguas: a falta de sede própria, ou de estrutura adequada em suas sedes para melhor atender aos estudantes de LE.

E que os Centros Interescolares de Línguas do Distrito Federal possam participar da formação de milhares e milhares de pessoas daqui em diante e quiçá sirvam de modelo para a abertura de centros públicos de ensino de línguas em todo Brasil!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Planejamento de um curso de língua: a harmonia do material-insumo com os processos de aprender, ensinar e refletir sobre a ação.** (no prelo).

_____. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas.** Campinas: Pontes, 1993.

ALUNOS reclamam da falta de estrutura de escola em Ceilândia. **DFTV.** Brasília: Rede Globo, 19/5/2014. Programa de televisão. Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/dftv-1a-edicao/v/alunos-reclamam-da-falta-de-estrutura-de-escola-em-ceilandia/3355164/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**, 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro.** Ijuí: Unijuí, 2006.

BOHN, H. I. **Os aspectos ‘políticos’ de uma política de ensino de línguas e literaturas estrangeiras.** Linguagem & Ensino, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, RS, Vol. 3, No. 1, p.117-138, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio.** vol. 1. Brasília: MEC/SEB, 2006. 239p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: língua estrangeira.** Brasília: MEC/SEF, 1998. 120p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias.** Brasília: MEC/SEMT, 2000. 71p.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE. 2011/2020.** Brasília: Conselho Nacional de Educação – CNE, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107> . Acesso em: 08 fev. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005. Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm>. Acesso em: 13 mar. 2013.

CASTILHO, Ataliba. **Uma política linguística para o português**. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2010.

CENTRO DE LÍNGUAS. Departamento de Ensino Regular. Fundação Educacional do Distrito Federal. Governo do Distrito Federal. **Relatório de atividades do Centro de Línguas**. Brasília, 1976. Relatório. Mimeografado.

CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE BRASÍLIA. **Nossa História**. Disponível em: <http://cilbsb.com.br/?page_id=53> Acesso em: 30 ago. 2013.

CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS 2 DE BRASÍLIA. **[Blog] Quem somos?** Disponível em <<http://cil02bsbrasil.blogspot.com.br/>> Acesso em 30 ago. 2013

CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE BRAZLÂNDIA. **Fotos da escola**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.356018581155152.85451.111720522251627&type=3>> Acesso em: 15 abr. 2014.

CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE CEILÂNDIA. **CIL – Ceilândia**. Ilustração. 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/198486250222558/photos/a.198960236841826.49788.198486250222558/290525091018673/?type=1&theater>> Acesso em: 15 out. 2013.

CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE TAGUATINGA. **Fotos construção**. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/cilt.taguatinga/media_set?set=a.113961415409373.16253.100003865467490&type=3> Acesso em: 12 dez. 2013.

CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DO GAMA. **Fachada e Profissionais do CIL Gama**. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=620731761351520&set=a.350093675081998.81060.100002441046977&type=1&theater>>

CHIZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA APLICADA. 10., 2013, Rio de Janeiro, **Caderno de Resumos**. Associação de Linguística Aplicada do Brasil - ALAB. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.alab.org.br/eventosalab/evento/pag.php?view=article&id=5>>. Acesso em: 15 out. 2013.

COOK, G. **Applied Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
CONSTRUÇÃO de conhecimento. [2013?] il. color. Disponível em: <http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/144/gestao-do-conhecimento-disseminar-e-otimizar-o-uso-do-292285-1.aspx>. Acesso em: 01 dez. 2013.

CONSTRUINDO vidas. 2012. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://uma-vida-feliz.blogspot.com.br/2012/03/como-esta-construcao-dos-seus-sonhos.html>> Acesso em 03 jan. 2013.

DAMASCO, D. G. B. **Uma Proposta de Periodização do Ensino de Línguas Estrangeiras no Distrito Federal: 1959 – 2012**. Brasília: HELB, vol. 6 , n. 6. jan 2012. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=202:uma-proposta-de-periodizacao-do-ensino-de-linguas-estrangeiras-no-distrito-federal-1959-2012&catid=1112:ano-6-no-6-12012&Itemid=17>. Acesso em 05 set. 2013

DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. S. **Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. S. (Orgs) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre.: Bookman e Artmed, 2006, p. 15-41.

DI CAVALCANTI. **Trabalhador**. Déc. 30. Original de arte, desenho a nanquim, 26 x 19 cm. s.l. [193--]. Disponível em: <http://www.tntarte.com.br/tnt/scripts/exposicoes/2008_junho/2008_junho.asp>. Acesso em 05 fev. 2014

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Assessoria Internacional. **Brasília Sem Fronteiras – BSF**. Disponível em: <<http://www.brasiliasemfronteiras.df.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Parecer 229/2013 - CEDF**. Homologado em 12/12/2013, DODF nº 266, de 13/12/2013, p. 5.

_____. Secretaria de Educação, Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF). Departamento de Pedagogia. **Orientação pedagógica nº 03: Centros Interescolares de Línguas e Setoriais de Línguas**. Edição revista e atualizada. Brasília, 1994. 28 p.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Centros Interescolares de Línguas. **Orientação Pedagógica; Centros Interescolares de Línguas**. Brasília, 2002. 31 p.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Estratégia de Matrícula 2014. Portaria nº 303, de 23 de dezembro de 2013**. Brasília, 2013. 89 p.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 4. ed. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2006. 72 p.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2009. 67 p.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Anexo da ordem de serviço nº 01, de 11 de dezembro de 2009**. Documento disponível em: <<http://saedf.org.br/site/arquivos/legislacao/REGIMENTO%20DAS%20ESCOLAS%20PUBLICAS%20DO%20DF,DE%2011DEDEZEMBRODE%202009.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

_____. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto político-pedagógico Professor Carlos Mota**. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/sobre-a-secretaria/ppp.html>> Acesso em 21 dez. 2013.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação Educacional Triênio 2014-2016 (versão preliminar)**. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/linkpag/diretrizes_avaliacao_jan14.pdf> acesso em 20 fev. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Portaria nº 143** de 09 de agosto de 2010, DODF nº 157 de 16 de agosto de 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Parecer nº 229/2013** de 12 de dezembro de 2013, DODF nº266 de 13 de dezembro de 2013.

EBBETS, C. C. **Lunch Atop a Skyscraper**. 1932. 1 Fotografia. *New York Herald Tribune, Nova York. 2/10/1932.*

ESPAÑA, Ministerio de Educación, Cultura e Deporte, Subdirección General de Cooperación Internacional. **Marco Común Europeo de Referencia para las lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación**. Madrid: MECD – Subdirección General de Información y Publicaciones, y Grupo ANAYA, 2002. 261p. disponível em: http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/marco/cvc_mer.pdf. Acesso em 20 jan. 2013.

EVANGELISTA, O. MORAES, M. C. M. SHIRONA, E. O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERGEN, M. M. GERGEN, K. L. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. S. (Orgs) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre.: Bookman e Artmed, 2006, p. 367-388.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, G. O Ensino de Inglês, do Português e do Espanhol como Línguas Estrangeiras no Brasil e na Argentina: uma Comparação Glotopolítica. **Revista HELB**, Brasília, v. 3, n. 3, jan. 2009. Disponível em: http://helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108:o-ensino-do-ingles-do-portugues-e-do-espanhol-como-linguas-estrangeiras-no-brasil-e-na-argentina-uma-comparacao-glotopolitica&catid=1082:ano-3-no-03-12009&Itemid=10. Acesso em: 15 mar. 2014.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35. n. 3, p. 20-29. 1995.

GOMES, R. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. IN: DESLANDES, S. F. (Orgs.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 32ª edição.

GONZALEZ, W. R. C. **A educação luz da teoria sociológica weberiana**. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 25. 2002. **Anais do CD-Room educação: manifestos, lutas e utopia**. Rio de Janeiro: Anped, 2002. V. 1. p.12-30.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF. **Línguas Oferecidas nos CIL**. 2013. Ilustração. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=527840080598728&set=a.211601118889294.44894.209716942411045&type=1&theater>> Acesso em: 05 set. 2013.

GYMNASIADÉ (Brasília). **Brasília**: cidade sede da Gymnasiade 2013. Disponível em: <http://gymnasiade-brasilia2013.com/Gymnasiade_01/index.php/2013-10-11-05-42-42/a-gymnasiade>. Acesso em: 16 mar. 2014.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES** [online], v.XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

HORA, P. M. RODRIGUES, M. M. C. P. SOUSA, J. V. **Cenários da Educação Básica e Educação Superior no Distrito Federal: Gênese, Evolução e Transformações**. In: SOUSA, J. V. (Org.) Política de Educação no Distrito Federal: Evolução e Perspectiva – Brasília: Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília; Liber Livros, 2012, p. 3-43.

LARSEN-FREEMAN, D. **Chaos/complexity science and second language acquisition**. *Applied Linguistics*, v. 18, n. 2, p. 141-165, 1997.

NCIL – NOVAS DIRETRIZES, 2012. **[Blog]**. Disponível em: <http://cilnovasdiretrizes.blogspot.com.br/search?updated-min=2012-01-1T00:00:00-08:00&updated-max=2013-01-01T00:00:00-08:00&max-results=16>. Acesso em 25 out. 2012.

MAPA do Distrito Federal. **Localização Geográfica dos CILs**. Brasília. [200-] Disponível em:

<http://klebercaverna.blogspot.com.br/2012_01_01_archive.html>. Acesso em: 12 mar. 2014. Com adaptações do autor.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º semestre, 1996. Disponível em: <http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

NICOLAIDES, C. S.; TÍLIO, R. C. **Políticas de ensino e aprendizagem de línguas adicionais no contexto brasileiro: o caminho trilhado pela ALAB.** In: NICOLAIDES, C. S.; ROCHA, C. H.; SILVA K. A.; TÍLIO, R. C. (Orgs.) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 285-305.

OLIVEIRA, A. F. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, G. & FRANÇA. *Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99

PROGRAMA Alternativo vai dar um Gol de Educação. **Programa Alternativo**. Brasília. SBT. 23/8/2010. Programa de Televisão. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=4C7nxK9QZeo&feature=youtu.be>>

RAJAGOPALAN, K. **Política Linguística: do que se trata, afinal?** In: NICOLAIDES, C. S. ROCHA, C. H. SILVA K. A. TÍLIO, R. C. (Orgs.) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 11-42.

REFORMA Universitária. [2013?] il. color. Disponível em: <http://fbcu.com.br/2008/info_nacional/infocriticaepol.htm>. Acesso em: 05 fev. 2014

ROJO, R. **Caminhos para a LA: Política Linguística, Política e Globalização.** In: NICOLAIDES, C. S. ROCHA, C. H. SILVA K. A. TÍLIO, R. C. (Orgs.) *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 63-78.

ROSA, M. V. F. P. C. & ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANT'ANA, J. S. **De Cisne a Patinho Feio: a trajetória política de uma escola através de gestão de políticas educacionais (não) voltadas para**

CIL/DF. 83 f. Monografia (Especialização em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

_____. **O Cisne e o Patinho: Esperança e Retrocesso na História de um Centro Público de Línguas.** Brasília: HELB, vol. 04 , nº04. 2000. Disponível em:

<http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147:ocisne-e-o-patinho-esperanca-e-retrocesso-na-historia-de-um-centro-publico-de-linguas-&catid=1095:ano-4-no-04-12010&Itemid=13> Acesso em: 25 jun. 2012.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIBEIRO DA SILVA, E. “[...] **você vai ter que aprender inglês de qualquer jeito, querendo ou não!**” : exames de línguas e política linguística para o inglês no Brasil. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SILVEIRA, R. M. H. **A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados.** In: COSTA, M. V. (org.). Caminhos investigativos II: outros modos de fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL. **Alunos especiais do CIL de Brasília são selecionados para apresentar seus trabalhos em Conferência Internacional no Qatar.** 2013. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/alunos-especiais-do-cil-de-brasilia-sao-selecionados-para-apresentar-seus-trabalhos-em-conferencia-internacional-no-qatar/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

SOUSA, Alessandra Silva. **O ensino de língua espanhola no Instituto Federal de Brasília:** o dito, o feito e o pretendido. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2013.

VIEIRA, G. **Construção do Congresso.** [1959?] 1 fotografia. Disponível em <<http://henriquevieira.com.br/category/geraldo-vieira/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

WATSON-GEGEO, K. A. **Ethnography in ESL: defining the essentials.** In: Brown, H. Douglas e Gonzo, Susan T. Readings on second language acquisition. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1995. p. 36-54.

WRIGHT, Glauco. **A tributariedade no ensino de LEM para os alunos do CILG**. Monografia. CEAD, UnB. 2009.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO REALIZADO COM
GESTORES/SUPERVISORES DE CIL**

UnB – IL – LET – PGLA

**Pesquisadora: Priscila Patrícia Paiva Mesquita
Orientador: Professor Dr. Kléber Aparecido da Silva**

I. Estrutura física do CIL em que atua.

1. A escola tem sede própria? () SIM () NÃO

2. Quantas salas de aula o CIL, em que você atua, possui em cada língua?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

3. O CIL possui biblioteca/sala de leitura? () SIM () NÃO

4. O Centro possui auditório? () SIM () NÃO Para quantas pessoas:

5. O CIL possui laboratório de Informática? () SIM () NÃO

Se **SIM**: Com quantos computadores? Tem acesso à Internet? () SIM () NÃO

6. O CIL possui sala de recursos para atendimento de alunos com deficiência? () SIM () NÃO Se **SIM**: Atende a quantos alunos? _____

7. De quais equipamentos tecnológicos a **escola** dispõe?

	Lousa Eletrônica		Data Show
	TV		DVD
	Aparelho de som		Outros:

8. De quais equipamentos tecnológicos cada **sala de aula** dispõe?

	Lousa Eletrônica		Data Show
	TV		DVD
	Aparelho de som		Outros:

9. Você considera que a estrutura física do CIL, em que você atua, é adequada para as atividades que a escola desempenha? () SIM () NÃO em caso de resposta **NÃO**.

Justifique: _____

II. Recursos Humanos

1. Quantos professores atuam na escola?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

2. Quantos alunos a escola atende atualmente em cada língua que oferece?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

III. Funcionamento da escola

1. A escola funciona em quais turnos?

- () Matutino
 () Vespertino
 () Noturno

2. Quais políticas regeram até o momento o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas?

3. Por que o CIL, em que você atua, não está pilotando as novas propostas de funcionamento destas escolas?

4. Quais serão, no seu entendimento, as principais dificuldades a serem enfrentadas quando for implantado o novo modelo de funcionamento dos CIL?

5. Quais são, no seu entendimento, as expectativas da escola (gestão/professores/ alunos) com relação às propostas e ao processo de criação das novas diretrizes?

6. Na sua opinião, por que as Novas Diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas ainda não foram finalizadas/implementadas?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM
GESTORES/SUPERVISORES DE CIL PILOTO EM 2013/2014 DAS
PROPOSTAS DO NCIL**

UnB – IL – LET – PGLA

**Pesquisadora: Priscila Patrícia Paiva Mesquita
Orientador: Professor Dr. Kléber Aparecido da Silva**

I. Estrutura física do CIL em que atua.

1. A escola tem sede própria? () SIM () NÃO
2. Quantas salas de aula o CIL, em que você atua, possui em cada língua?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

3. O CIL possui biblioteca/sala de leitura? () SIM () NÃO
4. O Centro possui auditório? () SIM () NÃO Para quantas
pessoas? _____
5. O CIL possui laboratório de Informática? () SIM () NÃO
Se **SIM**: Com quantos computadores: _____ Tem acesso à Internet: () SIM
() NÃO
6. O CIL possui sala de recursos para atendimento de alunos com deficiência?
() SIM () NÃO Se **SIM**: Atende a quantos alunos? _____
7. De quais equipamentos tecnológicos a **escola** dispõe?

	Lousa Eletrônica		Data Show
	TV		DVD
	Aparelho de som		Outros:

8. De quais equipamentos tecnológicos cada **sala de aula** dispõe?

	Lousa Eletrônica		Data Show
	TV		DVD
	Aparelho de som		Outros:

9. Você considera que a estrutura física do CIL, em que você atua, é adequada para as atividades que a escola desempenha? () SIM () NÃO
Em caso de resposta **NÃO**.

Justifique: _____

II. Recursos Humanos

1. Quantos professores atuam na escola?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

2. Quantos alunos a escola atende atualmente em cada língua que oferece?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

III. Funcionamento da escola

1. A escola funciona em quais turnos?
() Matutino () Vespertino () Noturno

2. Quais políticas regeram até o momento o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas?

3. Como foi o processo de escolha para pilotagem das propostas do NCIL para 2014?

() Voluntário (O CIL se dispôs a pilotar) () A pedido do NCIL

Caso resposta VOLUNTÁRIO:

- 3.1 Por que o CIL em que você atua decidiu pilotar as novas propostas?

4. Quais foram as principais mudanças pilotadas pela escola em que você atua?

5. Sobre o Curso de Formação Continuada (CFC), em que modalidade está sendo oferecido o curso? () Presencial () Semipresencial () a distância

6. Como foi a escolha de temas para o oferecimento dos cursos?

7. Quantos alunos iniciaram os cursos CFC no ano de 2013? _____

8. Quantos alunos concluíram os cursos CFC no ano de 2013? _____

9. Quais foram, no seu entendimento, os principais problemas enfrentados durante a pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CIL?

10. Quais foram, no seu entendimento, as principais vantagens observadas durante a pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CIL?

11. Na sua opinião, por que as Novas Diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas ainda não foram finalizadas/implementadas?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM
GESTORES/SUPERVISORES DE CIL PILOTO EM 2014 DAS PROPOSTAS
DO NCIL**

**UnB – IL – LET – PGLA
Pesquisadora: Priscila Patrícia Paiva Mesquita
Orientador: Professor Dr. Kléber Aparecido da Silva**

I. Estrutura física do CIL em que atua.

1. A escola tem sede própria? () SIM () NÃO
2. Quantas salas de aula o CIL, em que você atua, possui em cada língua?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

3. O CIL possui biblioteca/sala de leitura? () SIM () NÃO
4. O Centro possui auditório? () SIM () NÃO Para quantas pessoas? _____
5. O CIL possui laboratório de Informática? () SIM () NÃO
Se **SIM**: Com quantos computadores:_____ Tem acesso à Internet: () SIM () NÃO
6. O CIL possui sala de recursos para atendimento de alunos com deficiência? () SIM () NÃO Se **SIM**: Atende a quantos alunos? _____
7. De quais equipamentos tecnológicos a **escola** dispõe?

	Lousa Eletrônica		Data Show
	TV		DVD
	Aparelho de som		Outros:

8. De quais equipamentos tecnológicos cada **sala de aula** dispõe?

	Lousa Eletrônica		Data Show
	TV		DVD
	Aparelho de som		Outros:

9. Você considera que a estrutura física do CIL, em que você atua, é adequada para as atividades que a escola desempenha? () SIM () NÃO
Em caso de resposta **NÃO**.

Justifique: _____

II. Recursos Humanos

1. Quantos professores atuam na escola?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

2. Quantos alunos a escola atende atualmente em cada língua que oferece?

Espanhol:		Inglês:	
Francês:		Japonês:	

III. Funcionamento da escola

1. A escola funciona em quais turnos?
() Matutino () Vespertino () Noturno

2. Quais políticas regeram até o momento o funcionamento dos Centros Interescolares de Línguas?

3. Como foi o processo de escolha para pilotagem das propostas do NCIL para 2014? () Voluntário () A pedido do NCIL

Caso resposta **VOLUNTARIO**:

3.1 Por que o CIL em que você atua decidiu pilotar as novas propostas?

4. Quais são as principais mudanças a serem pilotadas pela escola em que você atua?

5. Sobre o Curso de Formação Continua (CFC), em que modalidade está sendo oferecido o curso? () Presencial () Semipresencial () a distância

6. Como foi a escolha de temas para o oferecimento dos cursos?

7. Quais serão, no seu entendimento, as principais dificuldades a serem enfrentadas na pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CIL?

8. Quais são, no seu entendimento, as expectativas da escola (gestão/professores/ alunos) para pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CIL?

9. Na sua opinião, por que as Novas Diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas ainda não foram finalizadas/implementadas?

**APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO REALIZADO COM PROFESSORES DE CIL
PILOTO EM 2013/2014 DAS PROPOSTAS DO NCIL**

UnB – IL – LET – PGLA

Pesquisadora: Priscila Patrícia Paiva Mesquita

Orientador: Professor Dr. Kléber Aparecido da Silva

1. Como foi o processo de escolha para pilotagem das propostas do NCIL para 2014? () Voluntário () A pedido do NCIL Caso resposta VOLUNTÁRIO:

1.1 Por que o CIL em que você atua decidiu pilotar as novas propostas?

2. Quais foram as principais mudanças pilotadas pelo CIL em que você atua?

3. Sobre o Curso de Formação Continuada (CFC), em que modalidade está sendo oferecido o curso?

() Presencial () Semipresencial () a distância

4. Como foi a escolha de temas para o oferecimento dos cursos?

5. Quais foram, no seu entendimento, os principais problemas enfrentados durante a pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CILs?

6. Quais foram, no seu entendimento, as principais vantagens observadas durante a pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CILs?

7. Na sua opinião, por que as Novas Diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas ainda não foram finalizadas/implementadas?

8. No seu ponto de vista, como se deu o processo de construção das políticas para os CILs?

9. Você acredita que essas mudanças atendem aos anseios e demandas de todos os CILs?

**APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM PROFESSORES DE CIL
PILOTO EM 2014 DAS PROPOSTAS DO NCIL**

UnB – IL – LET – PGLA

Pesquisadora: Priscila Patrícia Paiva Mesquita

Orientador: Professor Dr. Kléber Aparecido da Silva

1. Como foi o processo de escolha para pilotagem das propostas do NCIL para 2014? () Voluntário () A pedido do NCIL Caso resposta VOLUNTÁRIO:

1.1 Por que o CIL em que você atua decidiu pilotar as novas propostas?

2. Quais serão as principais mudanças pilotadas pelo CIL em que você atua?

3. Sobre o Curso de Formação Continuada (CFC), em que modalidade está sendo oferecido o curso? () Presencial () Semipresencial () a distância

4. Como foi a escolha de temas para o oferecimento dos cursos?

5. Quais serão ou estão sendo, no seu entendimento, os principais problemas enfrentados durante a pilotagem do novo modelo de funcionamento dos CILs?

6. Quais são, no seu entendimento, as expectativas da escola (gestão/professores/alunos) para a pilotagem do novo funcionamento dos CILs?

7. Na sua opinião, por que as Novas Diretrizes dos Centros Interescolares de Línguas ainda não foram finalizadas/implementadas?

8. No seu ponto de vista, como se deu o processo de construção das políticas para os CILs?

9. Você acredita que essas mudanças atendem aos anseios e demandas de todos os CILs?

**APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
PROFESSOR**

Brasília, de de 2014

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, professor(a) do Centro Interescolar de Línguas, concedo entrevista para pesquisa intitulada: **(Re) Construindo Políticas Públicas Para Os Centros Interescolares De Línguas Do Distrito Federal**, realizada pela pesquisadora, Priscila Patrícia Paiva Mesquita, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Dr. Kleber Aparecido da Silva. A divulgação poderá ser impressa e/ou virtual, em congressos, encontros e em qualquer evento de natureza acadêmico-científico.

Fui informado(a) acerca dos objetivos da pesquisa e que a entrevista será gravada em áudio ou vídeo. A pesquisadora garante total sigilo acerca da identidade do(a) entrevistado(a), uma vez que todos os dados que lhe dizem respeito serão considerados confidenciais.

Tendo recebido essas informações, concordo em participar desta pesquisa e firmo o presente.

Data e assinatura

Número do RG: _____

**APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
GESTOR**

Brasília, de de 2014

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, gestor(a) do Centro Interescolar de Línguas, concedo entrevista para pesquisa intitulada: **(Re) Construindo Políticas Públicas Para Os Centros Interescolares De Línguas Do Distrito Federal**, realizada pela pesquisadora, Priscila Patrícia Paiva Mesquita, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Dr. Kleber Aparecido da Silva. A divulgação poderá ser impressa e/ou virtual, em congressos, encontros e em qualquer evento de natureza acadêmico-científico.

Fui informado(a) acerca dos objetivos da pesquisa e que a entrevista será gravada em áudio ou vídeo. A pesquisadora garante total sigilo acerca da identidade do(a) entrevistado(a), uma vez que todos os dados que lhe dizem respeito serão considerados confidenciais.

Tendo recebido essas informações, concordo em participar desta pesquisa e firmo o presente.

Data e assinatura**Número do RG:** _____

APÊNDICE H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFESSOR

Brasília, de de 2014

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, secretário(a) do Centro Interescolar de Línguas, concedo entrevista para pesquisa intitulada: **(Re) Construindo Políticas Públicas Para Os Centros Interescolares De Línguas Do Distrito Federal**, realizada pela pesquisadora, Priscila Patrícia Paiva Mesquita, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Dr. Kleber Aparecido da Silva. A divulgação poderá ser impressa e/ou virtual, em congressos, encontros e em qualquer evento de natureza acadêmico-científico.

Fui informado(a) acerca dos objetivos da pesquisa e que a entrevista será gravada em áudio ou vídeo. A pesquisadora garante total sigilo acerca da identidade do(a) entrevistado(a), uma vez que todos os dados que lhe dizem respeito serão considerados confidenciais.

Tendo recebido essas informações, concordo em participar desta pesquisa e firmo o presente.

Data e assinatura

Número do RG: _____

**ANEXO A – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CENTRO DE LÍNGUAS
(1976)**

ANEXO B – ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA Nº 03 PARA OS CENTROS INTERESCOLARES DE LÍNGUAS E SETORIAIS DE LÍNGUAS (1994)

**ANEXO C – ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA: CENTROS INTERESCOLARES
DE LÍNGUAS (2002)**

ANEXO D – TEXTO PRELIMINAR DAS DIRETRIZES INSTITUCIONAIS DOS CIL

Disponível em:

http://cilnovasdiretrizes.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html acesso em: 05 jul. 2012.

Segue abaixo o documento que traz o corpo das Diretrizes dos CIL, conforme decidido pela Comissão de Diretrizes Institucionais. Esta é uma minuta para apreciação pelos profissionais dos Centros de Línguas. Poderão ser feitas considerações, reparos e observações para aprimoramento do texto. Outros elementos serão disponibilizados oportunamente para apreciação.

Informamos, também, que este texto circula em outras instâncias da Secretaria para pareceres técnicos quanto à legalidade e viabilidade dos aspectos apresentados na proposta. Nossa expectativa é que possamos publicar nota técnica até dezembro de 2012.

A GENESP, por meio do Núcleo dos Centros de Línguas, agradece a participação e o interesse demonstrado ao longo do processo pelos profissionais dessas instituições. Parabeniza a todos, ainda, pela coragem em renovar e pensar de forma ampla na Educação gerida por esta Secretaria.

DIRETRIZES INSTUCIONAIS

Os CIL são escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Eles representam uma política de ensino de línguas diferenciada no país, pois estes centros permitem o resgate de uma forma de ensinar que abarca aspectos negligenciados por uma visão parcial ou reduzida do que significa ensinar e aprender idiomas. Apesar da relevância histórica e social que desempenham ao longo de 38 anos de trabalho, esta é a primeira vez que se constroem Diretrizes fundantes para essas instituições.

O documento resultante, que estabelece a estrutura, a organização e o funcionamento dos CIL, derivou-se de ampla discussão que envolveu a participação direta e representativa de profissionais de cada uma das oito escolas públicas de línguas do DF. Nestas Diretrizes, constam pressupostos orientadores das propostas de trabalho da rede de ensino de línguas formada pelos CIL. Procedem desses pressupostos a razão de ser destes Centros (Missão), a imagem de si que estas escolas projetam ao futuro (Visão) e seus fins (Objetivos) em um mundo globalizado.

As Diretrizes também estruturam os Centros em seus aspectos organizacional e pedagógico. Nesta primeira etapa, o documento aponta direcionamentos relativos às características técnico-operacionais, as quais visam promover uma reestruturação do funcionamento e da oferta de cursos. Assim, são tratadas

Missão

A missão caracteriza a razão de ser de uma instituição. Assim, a missão dos CIL revela as características que os profissionais desses Centros pretendem para um ensino de qualidade. Diferentemente da prática de uma

língua disciplinarizada (cf. acima), essas escolas ofertam um ensino com insumo lingüístico (em sentido amplo) capaz de contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa de seus alunos.

Os CIL, portanto, têm como Missão:

Preparar alunos da rede pública de ensino do DF, tendo em vista sua formação integral, como aprendizes de outras línguas e suas respectivas culturas, autônomos na esfera da comunicação, e conscientes da linguagem como insumo para uma aprendizagem contínua, sob uma perspectiva inclusiva e de respeito à diversidade humana. E, em caráter suplementar, oportunizar a formação inicial para alunos de graduação em LEM na Faculdade de Educação da SEDF, assim como formação continuada a professores de LEM da rede pública de ensino do DF.

Visão

A Visão projeta o que a instituição pretende para um futuro próximo. Os CIL apresentam uma proposta que poderá contribuir para uma política mais alentadora para o país, pois os profissionais desses Centros pretendem se lançar a um trabalho que seja referência no ensino de línguas no país.

Os CIL têm a Visão de:

Serem centros de referência nacional no ensino de línguas que proporcionem uma aprendizagem de forma significativa, democrática, plural e sob uma perspectiva cidadã e inclusiva.

Objetivo Geral

- Propiciar condições para que o aluno desenvolva de forma colaborativa a competência comunicacional em espaços de aprendizagem diversos.

Objetivos Específicos

- Proporcionar ambientes de interação entre os diferentes sujeitos envolvidos na aprendizagem da língua estudada;
- Promover intercâmbio entre as culturas de diferentes línguas;
- promover projetos específicos que envolvam o uso de diferentes línguas em contato com manifestações estéticas variadas;
- Selecionar/sistematizar e socializar conhecimentos (conteúdos) que contribuam para a formação de sujeitos críticos e participativos;

Objetivos voltados aos profissionais do ensino de LEM

- oportunizar formação sistemática e continuada aos profissionais dos Centros de Línguas, bem como debate de situações problemáticas que envolvem a aquisição de línguas;
- criar ambientes para troca de experiência profissional e proposição de soluções pedagógicas.

Apresentação da Estrutura do Curso (currículo pleno: cursos FIC, carga horária mínima de semestre, de curso e de aula)

Os cursos de línguas dos CIL, em seu Currículo Pleno^[1], terá duração do curso de 5 anos (10 semestres) para todo aluno. A carga horária mínima de cada curso, após cumpridos 5 anos, será de 450 horas. Isso não

impedirá ao aluno cumprir horas a mais, considerando a variação semestral da carga de atendimento ao aluno. Para cada semestre, a carga de cada curso será de 45 horas de curso. Serão oferecidas duas aulas semanais com duração de 80 minutos cada.

Terão acesso aos CIL alunos da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal matriculado em qualquer escola pública que atenda alunos do Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio com entrada prioritária na 5ª série e complementar na 7ª. Cada escola, entretanto, poderá regular a oferta de vagas de acordo com a demanda apresentada em cada ciclo de inscrições gerido pela Secretaria de Educação.

Serão oferecidos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) como parte integrante do currículo da escola. Esses cursos terão caráter complementar na formação do aluno do CIL (matriculado e egresso), com a devida certificação quando de sua finalização, de acordo com a lei federal 9.394/96, art. 39, normatizada pelo Decreto 5.154/04, e como disposto a seguir.

Oferta de cursos FIC.

Lei 12.513/2011

O curso FIC se alinha a uma perspectiva de que a Educação é para a Vida. Esse tipo de curso, conforme legislação..., pode integrar a diferentes níveis e modalidades de educação. Como tipo de formação complementar a Educação Básica, pode ser desenvolvido em qualquer escola da estrutura educacional.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20/12/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

[1] O Currículo Específico ainda será discutido pela Comissão de Currículo. Após definida sua situação, dependendo das decisões tomadas, o Específico terá suas definições registradas neste documento.

**ANEXO E – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PARA OS CILS
CIL - CEILÂNDIA**

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE *CEILÂNDIA*
CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS DE CEILÂNDIA

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PARA OS CILS

SAMARA MARIA CORDEIRO GOMES

Brasília – DF
Agosto / 2013

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PARA OS CILS: EIXOS – GÊNEROS – REFERENCIAIS

REFERENCIAL CURRICULAR

Considerações Iniciais

Os Centros Interescolares de Línguas (CILs) no DF, tendo como grande público alunos da Educação Básica (EB), séries finais do Ensino Fundamental (EF), Ensino Médio (EM) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), não pode deixar de lado o Currículo vigente para esses segmentos da Educação. Por esse motivo posso retomar nessa proposta a base do referido currículo: a formação do cidadão e o aprimoramento da pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, bem como a preparação para o trabalho.

Para tanto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases -LDB, os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada por uma parte diversificada, ambas sendo organicamente planejadas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem a proposta curricular desde a educação infantil até o ensino médio. (Cf. CURRÍCULO DO EM P.15)

A presente proposta apresenta os **eixos, os gêneros e os referenciais** como os três pilares do currículo em construção para os CILs. Como apoio a esses pilares outros aspectos serão abordados a fim de desenharmos a **proposta de organização didática para os CILs**, são eles: **objetivos, conteúdos, métodos e estratégias.**

Eixo para os cils: comunicativo - Projetos, tarefas, jogos, conteúdos e temas

Entenda-se que, para o ensino de línguas nos CILs, o presente currículo visa à substituição do eixo de gramática (metalingüística, das classes e funções

gramaticais) e tradução para o eixo comunicativo – caracterizado por práticas sociais significativas e reais (Cf. ALMEIDA FILHO, 1993, p. 11-16), pelo uso da língua para comunicação genuína, sem o ensino gramatical de forma sistemática e/ou explicitada. Exemplos de atividades notadamente comunicativas que podem servir de eixo comunicativo são: projetos, tarefas, conteúdos (de outras disciplinas) temas (transversais ou de interesse específico como saúde e bem estar), jogos, romances, peças teatrais, tecnologias, musicais, etc. Atividades essas que potencialmente aproximam a educação formal da língua estrangeira, doravante chamada língua-alvo (L-alvo) nos CILs aos processos aquisitivos de língua materna.

A ideia do eixo comunicativo aqui proposta busca perpassar todo o currículo funcionando em relação ao gênero e ao referencial como o esqueleto para os órgãos, medula, cartilagem, vasos sanguíneos e músculos: podemos dizer que o que dá corpo ao esqueleto são os demais elementos que a ele se juntam; assim, o que daria formato ao curso de língua de eixo temático seriam seus demais elementos básicos: os gêneros de texto e o aluno como referencial.

Assim, eixos comunicativos propostos – de tecnologias, temas, projetos, jogos, tarefas - oferecem uma infinidade de possibilidades, principalmente quando se leva em conta conteúdos comumente oriundos de um campo do conhecimento específico ou de outra disciplina escolar (interdisciplinaridade).

Objetivos Gerais

O ensino comunicativo de línguas (ECLin) visa ao desenvolvimento em professores e alunos da capacidade de se comunicarem com fluência, proficiência e adequação às situações e contextos de produção real de uso da língua-alvo (L-alvo) cuja aquisição, interação e aprendizado ocorre “na” e “pela” L-alvo, não necessariamente sobre a L-alvo.

Retomando o objetivo da EB de formação do cidadão e levando-se em consideração a série/idade de origem dos alunos ingressantes nos CILs, pode-se traçar objetivos específicos de equivalência entre a EB e os ciclos de ensino nos CILs. Segue, para tanto, a proposta do CIL de Ceilândia-CILC tendo em vista a formação dos alunos para o mercado de trabalho e testes de proficiência.

Propõe-se dois Ciclo A-Base em paralelo durante um período de três semestres: um ciclo Juvenil para crianças de 10 anos com abordagem voltada às crianças e outro para adolescentes a partir de 12 anos, com abordagem para adolescentes, ambos compostos de um semestre de sensibilização mais dois semestres de conteúdos previstos para o nível A1 do QECR. A partir do quarto semestres os dois grupos poderiam se encontrar numa abordagem única para adolescentes, seguindo sem prejuízos para sua fase de aprendizagem.

CICLOS POR TIPO DE ENTRADA/EF

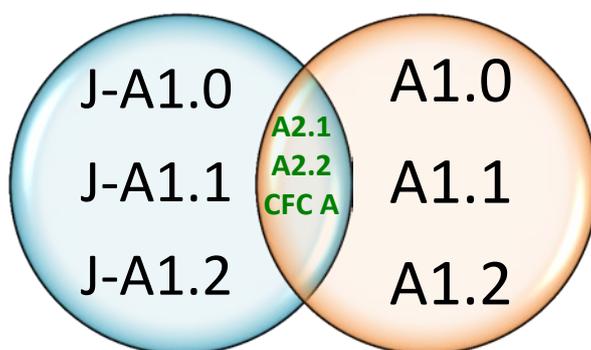


Figura 1- CICLO A-BASE E CFC

ENTRADAS SEMESTRAIS PARA 10 ANOS E 12 ANOS/EF

QUADRO 1 CILC- ENTRADA ENTRE 10 E 12 ANOS				QUADRO 2 CILC- ENTRADA A PARTIR DOS 12 ANOS			
PERÍODO	EB	CILB	Observações	PERÍODO	EB	CILB	Observações
1sem	6º ou 7º Ano/EF	J-A1.0	sensibilização	1 sem	6º, 7º ou 8º Ano/EF	A1.0	Sensibilização
1 ano	6º, 7º ou 8º Ano /EF	J-A1	Em paralelo CFC A	1 ano	8º ou 9º Ano/EF	A1	Em paralelo CFC A
1 ano	8º ou 9º Ano /EF	A2	(nível A-QECR)	1 ano	9ºAno /EF ou 1º Ano/EM	A2	(nível A-QECR)
1 ano	9º Ano /EF ou 1º Ano /EM	B1	Em paralelo CFC B	1 ano	1º Ano /EM	B1	Em paralelo CFC B

(nível B-QECR)			ou 2º Ano/EM			(nível B-QECR)	
1 ano	1º Ano /EM ou 2º Ano/EM	B2		1 ano	2º Ano /EM ou 3º Ano/EM	B2	
1 sem	2º Ano /EM ou 3º Ano/EM	C1	Em paralelo CFC C (nível B-QECR)	1 sem	3ºAno/EM ou Egresso/EB	C1	Em paralelo CFC C (nível B-QECR)

AFUNILAMENTO DE TURMAS DAS DUAS ENTRADAS

CICLO B-INDEPENDÊNCIA	
PERÍODO	EB 10 anos e 12 anos
1ºsem	B1.1
2ºsem	B1.2
3ºsem	B2.1
4º sem	B2.2

CICLO C-AUTONOMIA	
PERÍODO	EB 10 anos e 12 anos
1ºsem	C1.1 + CFC-C

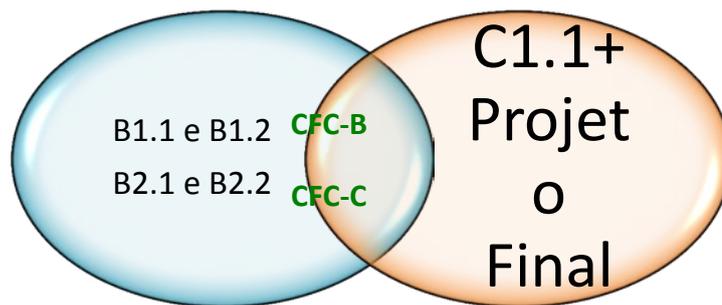


Figura 1 - CICLOS B-INDEPENDÊNCIA, C-AUTONOMIA E CFCs

Organização em Ciclos Espiralados

- ✓ Auto-Avaliação
- ✓ Avaliação Processual
- ✓ Recuperação Paralela
- ✓ A entrada é semestral e de um semestre p/ o outro...
- ✓ ...a promoção é por conceito (Muito Bom -MB, Bom-B, Suficiente-S, Insuficiente-I);
- ✓ o ciclo é em geral mais longo e subentende alguns níveis: ciclo A- 2,5 anos: níveis A1.0, A1.1, A1.2, A2.1 e A2.2; ciclo B- 2 anos: B1.1, B1.2, B2.1 e B2.2; ciclo C -1 semestre: C1.1 +Projeto Final;

Ações para promoção dos alunos dentro dos Ciclos:

- ✓ em lugar da reprovação, têm-se a dependência em terceira aula semanal; a partir do nível B1.1, o aluno sendo monitor de níveis inferiores;
- ✓ há recuperação compulsória para alunos cujo conceito seja insuficiente, por meio de plantão de dúvidas com professores, monitores e estagiários;
- ✓ há um teste de acesso (proficiência) para o próximo nível Ex.: A1 → A2
- ✓ há monitoria de alunos (em dependência ou não)
- ✓ há estágios de licenciatura (professores-assistentes)
- ✓ há Cursos de Formação Complementar- OBRIGATÓRIO nos ciclos A e B e OPCIONAL no ciclo C.

Proposta para a entrada de alunos do Ensino Médio

O Curso Específico se propõe a formar alunos de nível B1-QEQR, sendo facultado ao aluno dar continuidade a seus estudos por meio de teste de acesso (teste de proficiência B1) ao curso regular, assim continuando o curso no nível B2.

QUADRO 3 CILC- ENTRADA NO CIL NO ENSINO MÉDIO

PERÍODO	EB	CILC	CFC
Ano 1	1º Ano/EM	A1	Em paralelo
Ano 2	2º Ano/EM	A2	CFC A

(nível A-QECR)			
Ano 3	3º Ano/EM	B1	Em paralelo
CFC B			

QUADRO 4 CILC- ENSINO MÉDIO - NÍVEIS POR CICLO

Ensino Médio - CICLO A-BASE	
1ºsem	A1.1
2ºsem	A1.2
3ºsem	A2.1
4ºsem	A2.2
Ensino Médio - CICLO B-INDEPENDÊNCIA	
1ºsem	B1.1
2ºsem	B1.2

Apresentado o panorama da divisão dos níveis de línguas conforme as três entradas possíveis nos CILs ainda se tem que estabelecer a nomenclatura de nível para que se possa respeitar a noção de **Ciclos** espiralados, como sugerido pelo NCIL. Em termos de avaliação, recuperação paralela e promoção do aluno, parece-me de mais fácil acompanhamento pedagógico uma divisão em três ciclos. O que deve também facilitar a organização administrativa quanto a remanejamento, transferência, trancamentos, etc. Desta forma segue proposta do CILC.

NOMENCLATURA DOS CICLOS

CICLO (QECR)	Níveis (QECR)	Breve Descrição
Ciclo A – Base -*- 2,5 anos p/ EF 2 anos p/EM.	A1.0	Abordagem lúdica conforme perfil de entrada (10 ou 12 anos) sem preocupação com testes formais ou ensino estrutural da l-alvo.
	A1 (A1.1 E A1.2) 1,5 ano p/ 10-12 anos; 1 ano p/ 12 anos	Nível iniciação, caracterizado pela Introdução e descoberta da l-alvo: interação básica; aspectos de civilização das nações onde é falada a l-alvo;

		acima (EF e EM).
	A2 (A2.1 E A2.2)	Nível elementar, caracterizado pela sobrevivência, manutenção da l-alvo em uso;
	1 ano para os 3 acessos	circulação entre ocupações, lazeres, relações de família, amizade e trabalho, necessidade básicas.
Ciclo B - Independência	B1 (B1.1 E B1.2)	Nível limiar, caracterizado pela independência no uso da língua de forma genérica em diversos campos do conhecimento.
-*- 2 anos p/ os 2 acessos de EF e	1 ano p/ os 3 acessos	
1 ano para o EM	B2 (B2.1 E B2.2)	Nível vantagem, caracterizado pela adequação - respostas apropriadas à diversidade de contexto e de áreas do conhecimento.
	1 ano p/ EF	
Ciclo C - Ind./proficiência	C1.1	Nível autonomia, caracterizado pela Experimentação, vivência, especialização num ou noutro campo de conhecimento, podendo expressar-se espontaneamente e com fundamentação seja qual for o contexto social.
-*- 1 sem. p/ EF		

Expectativas de Aprendizagem por ciclos

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CICLO (QECR)
GERAIS	É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais.	Ciclo A - Base
1.Saber (teoria e prática)		
2.Saber Fazer (passo a passo, treino, automação)	Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.	
3.Saber Ser e Estar (nas relações interculturais)	É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstratos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com um certo grau de espontaneidade e de à-vontade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se	Ciclo B - Independência
4.Saber Aprender (disposição para estar		

descobrir o outro mobilizando suas demais competências)	de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da atualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.	
C. COMUNICATIVA NA		
L-ALVO	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar de procurar muito as palavras.	Ciclo C - Autonomia
1. Linguística capacidades lexicais, fonológicas e sintáticas,	É capaz de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, académicos e profissionais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos	
2.Sociolinguística condições socioculturais do uso da língua	de organização, de articulação e de coesão do discurso.	
3.Pragmática uso das funções e atos de fala - domínio do discurso, da coesão e da coerência, da identificação de tipos e formas de texto, domínio da ironia à paródia.		

Conteúdos por Ciclo

CONTEÚDOS - GÊNEROS	CICLO (QECR)
Gêneros Oraís: conversas ao telefone e online; chats; breves diálogos; música;	Ciclo A - Base

teatro;

poema;

descrição de pessoas, lugares, monumentos e símbolos;

texto instrucional

(indicação de local, posição e direção).

Gêneros De Leitura:

Embalagens;

Rótulos;

poemas;

história em quadrinhos;

fábulas;

contos;

e-mails;

postais;

siglas de serviços importantes;

cartões de visita;

convites;

ingressos;

bilhetes de passagem;

unidades de medida;

verbete de dicionário;

textos instrucionais;

lista de compras para a casa e a família;

música;

texto descritivo (pessoas, lugares, monumentos e símbolos).

Gêneros de Produção de Textos:

Perfil online;

Anúncio de classificado;

Roteiro turístico;

Relato de viagem;

cartões de visita;

postais;

convites;

breves diálogos;

depoimento;

textos instrucionais;

texto descritivo;

lista de compras.

Gêneros Orais:

conversas;

depoimentos;

entrevistas;

texto instrucional

(regras de jogo, manuseio de aparelhos, receita culinária, dicas de saúde e bem estar e cuidados com o lar, crianças e animais).

Gêneros De Leitura:

cartum;

tirinhas;

quadrinhos de jornais;

biografias;

romances;

entrevista de emprego;

resumos;

relatos de experiência;

relato de viagem;

artigos de revista;

notícias;

folhetos publicitários;

relatório de pesquisa;

Ciclo B -
Independência

sinopses de filme/ peça teatral/ mostra de arte;

curriculum;

Gêneros de Produção de Textos:

Biografias;

Entrevista de emprego;

Curriculum;

Carta de apresentação;

Diário de bordo/ de atividades;

Histórias em quadrinhos;

Rótulos;

Slogan;

Charges;

Tiras;

Folheto/ folder.

Gêneros Orais:

texto instrucional

(manuais).

telejornal;

notícias;

debates;

relatos;

mesa redonda;

propaganda;

Seminário.

Gêneros De Leitura:

crônicas;

bula;

editoriais;

Ciclo C -
Autonomia

reportagem editorial (legenda, anúncio, manchete);

Provérbios

Trava-língua;

Piada;

Adivinhas/ charadas.

Gêneros de Produção de Textos:

Textos publicitário;

Artigo de revista;

Paper;

Volante de seminário.

Algumas atividades comunicativas - CICLO A-BASE

TAREFAS	DESCRIÇÃO
1. Engajamento em interação aproximativa (exposição oral em diálogo em sala e por escrito – entrevista ou <i>chats</i>)	<p>Oral Aproximação (saudações); apresentação (características, gostos e dados – ex.familiares – pessoais, etc), questionar o interlocutor sobre seus dados pessoais.</p> <p>Escrito Produção de Anúncios em sites de relacionamento/ correspondência</p>
2. Atividade Experiencial em grupos para produção de mini- revistas sobre três períodos históricos da França	<p>Oral e Escrito</p> <p>Primeira fase: leitura e discussão em duplas dos tópicos dos textos por meio da elaboração de questões e respostas.</p> <p>Segunda fase: em grupos de quatro componentes, seleção de imagens e palavras-chave para compor a revista.</p> <p>Terceira fase: montagem e editoração artesanal (manual) da revista.</p>
3. Reconstituição de Informações individualmente	<p>Oral e Escrito</p> <p>Apresentação de ícones/ símbolos da cultura-alvo;</p> <p>Reconhecimento do mapa do país-alvo: pontos cardeais e fronteiras;</p> <p>Realizar seminário com uso de projeções com imagem e texto sobre algum aspecto de interesse do aluno dentro dos conteúdos do curso ao longo de suas unidades.</p>
4. Descrição de atrações turísticas	<p>Oral e Escrito</p>

	de país-alvo/ roteiro turístico.
5. Apresentação de membros de famílias.	Oral e Escrito Apresentação de membros de famílias famosas da vida real ou da ficção – características físicas e psicológicas, preferências, estilo de moda, relações de parentesco entre os membros da família.
6. Musical	Oral e Escrito Alunos dublando/interpretando cantores e grupos como Village People, Compagnie Créole; musicais de animação como “Bouts en Train”.
7. Encontro interclasse	Oral Os alunos interagem em busca de conhecer mais sobre os novos colegas- informações pessoais, gostos, família, ocupações
8. Feira temática	Oral e Escrito Evento com promotor de uma atração turística com stands (imagens, folder, objetos expostos, apresentação oral, vídeo, música)
9. Produção de Vídeo – meios de transportes disponível ao turista	Oral e Escrito (script) Em forma de reportagem ou teatralização
10. Fazer compras em um hipermercado/ loja de departamento/ feira e realizar a conversão de moedas.	Oral e Escrito Acompanhados do(a)s professor(a/e)s e junto a colegas de classe os alunos selecionam produtos das seções e prateleiras a partir de uma lista de produtos por categoria em l-alvo. A lista pode ter sido formulada pelo professor ou pelos alunos e deve constar além do produto, sua categoria, preço em Real e na moeda do país estrangeiro. Durante as compras os componentes do grupo e professor comentam aspectos de relevância sobre os produtos em l-alvo. Depois das compras e/ou levantamento de preços, os alunos devem <u>pesquisar</u> o salário mínimo no Brasil, o salário mínimo no país estrangeiro, o preço dos mesmos produtos no país estrangeiro e <u>comparar</u> o custo de vida (poder aquisitivo do salário) nos dois países.

ANEXO F – PROPOSTA CURRICULAR CIL – 1

PROPOSTA PARA ESTRUTURA DE NOVO CURRÍCULO PARA OS CENTROS DE LÍNGUAS

Centro Interescolar de Línguas de Brasília - CIL 1

» Ingresso:

- » *faixa etária : 10, 11 ou 12 anos – A1.J (Primeiro Ciclo)
- » *faixa etária: a partir dos 13 – A1 (Primeiro Ciclo)
- » *Ensino Médio – A1.E (Primeiro Ciclo)

» Ciclos:

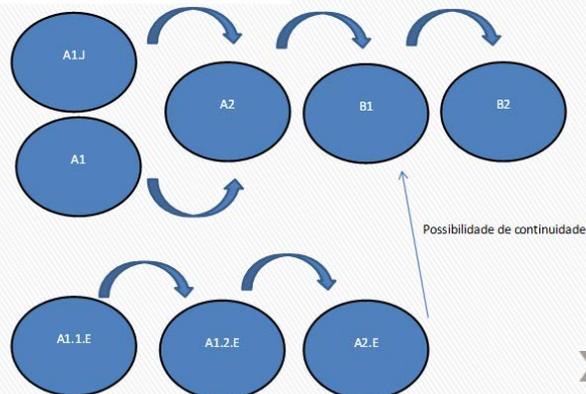
- » **A1** - 1 ano e meio
- » **A2** – 1 ano e meio
- » **B1** – 1 ano
- » **B2** – 1 ano

» Obs: Os alunos com a faixa etária entre 10, 11 e 12 anos serão matriculados no Ciclo A1.J. Que faz parte do Currículo Pleno, eles estarão cursando este ciclo enquanto os alunos com 13 anos ou mais, estarão cursando o Ciclo A1. Estes dois ciclos acontecem em paralelo. Possibilitando após o término de 1 ano e meio o encontro dos alunos no Ciclo A2.

- » **A1.1.E**- 1 ano
 - » **A1.2.E** - 1ano
 - » **A2.E** - 1 ano
- } Ensino Médio / Específico

» Obs: Os alunos do Ensino Médio serão matriculados no Curso Específico com ciclos de 1 ano, tendo o curso a duração de 3 anos. Após o término do ciclo A2.E (último ciclo do Curso Específico) os alunos terão trabalhado as habilidades e competências básicas para comunicação competente usando a língua em estudo e poderão dar continuidade aos seus estudos ingressando no ciclo B1 do Curso Pleno, concluindo o curso de 5 anos.

Fluxo nos Ciclos



» **Vantagens da estruturação destes ciclos:**

- » O primeiro ciclo A1 engloba as duas idades de ingresso do Currículo Pleno, apresentando o A1.J (com ingresso aos 10, 11 ou 12 anos) possibilitando a integração e o amadurecimento para que estes alunos possam se encontrar no ciclo A2, com os alunos do A1 (com ingresso a partir dos 13 anos).
- » Os alunos aptos ao final do primeiro ciclo de aprendizagem seguem para o ciclo A2. Ao concluir o ciclo A2 os alunos terão as competências e habilidades básicas para comunicação competente usando a língua em estudo e estarão aptos para cursar o quarto ano de curso no ciclo B1.



- » Os alunos do Curso Pleno, ao término do ciclo B2 (quinto ano de curso) terão as competências e habilidades para comunicar-se de maneira eficiente em diversas situações que exijam o uso escrito e oral da língua em estudo, e poderão continuar participando dos Cursos de Formação Complementar-CFCs.
- » Da mesma forma os alunos do Curso Específico após o término do ciclo A2.E (terceiro ano de curso) poderão continuar participando dos Cursos de Formação Complementar-CFCs.
- » Todos os alunos do Centro Interescolar de Línguas poderão livremente participar de Cursos de Formação Complementar - CFCs durante os cinco anos de curso. Independente de estarem matriculados no matutino, vespertino ou noturno os alunos poderão optar por cursar os CFCs no horário e turno que melhor se adequar aos seus interesses e rotina de estudos.



- » Os Cursos de Formação Complementar-CFCs, sendo oferecidos no noturno, farão parte da grade horária de modulação, uma vez que a redução de carga horária é inviável.
- » Os alunos do Curso Pleno, tendo atingido os objetivos do ciclo B1, poderão fazer dupla opção de idioma tanto no Curso Específico como no Pleno.
- » Os alunos do Curso Específico, tendo atingido os objetivos do ciclo A1.2, poderão fazer dupla opção de idioma dentro do Curso Específico.



» **Progressão do aluno nos ciclos**

- » Os alunos serão avaliados semestralmente independente do ciclo que estão cursando. Sendo possível a renovação de professores a cada semestre.
- » A avaliação deverá obedecer critérios conforme as habilidades, competências e objetivos a serem desenvolvidos em cada ciclo.
- » A escola desenvolverá projetos de acompanhamento da aprendizagem dos alunos, oferecendo a estes oportunidades de estudo (monitoria, recuperação paralela) para a superação de possíveis dificuldades que o aluno venha a apresentar durante seus estudos.



- » O aluno ao término de cada ciclo, tendo desenvolvido as habilidades e competências e atingido os objetivos propostos para o ciclo seguirá o curso ingressando no próximo ciclo.
- » Caso o aluno, ao término de um ciclo, não tenha atingido as habilidades e competências mínimas, este será reagrupado no mesmo ciclo em estudo por mais um semestre, para superação das dificuldades ou defasagens de aprendizagem do ciclo em questão. Conforme o acompanhamento da aprendizagem realizado durante todo o ciclo, o aluno poderá ser reagrupado dentro do ciclo em questão, no semestre mais adequado a atender suas necessidades.



ANEXO G – PROPOSTA CURRICULAR CIL – 2



PRODUÇÃO ORAL GERAL	
C2	É capaz de produzir um discurso claro, bem estruturado, fluente e com uma estrutura lógica eficaz que ajuda o receptor a aperceber-se e a lembrar-se das questões mais significativas.
C1	É capaz de fazer descrições claras e pormenorizadas e de expor assuntos complexos, que integrem subtemas, desenvolvendo questões específicas e terminando com uma conclusão adequada.
B2	É capaz de fazer, metodicamente, uma descrição ou uma exposição, sublinhando as questões mais importantes e justificando as suas ideias com pormenores pertinentes. É capaz de fazer uma descrição ou uma exposição pormenorizada acerca de uma vasta gama de assuntos relacionados com os seus interesses, desenvolvendo ou defendendo ideias, fazendo notar questões secundárias e dando exemplos relevantes.
B1	É capaz de manter razoavelmente bem e com fluência uma descrição directa de um dos muitos assuntos do seu interesse, apresentando-a como uma sucessão linear de questões.
A2	É capaz de fazer uma descrição simples ou uma apresentação de uma pessoa, das condições de vida ou de trabalho, das actividades quotidianas, daquilo de que gosta ou não, etc., numa série curta de expressões e de frases ligadas como numa lista.
A1	É capaz de produzir expressões simples e isoladas sobre pessoas e lugares.

PRODUÇÃO ESCRITA GERAL	
C2	É capaz de escrever textos complexos com clareza e fluência, num estilo adequado e eficaz, com uma estrutura lógica que ajuda o leitor a identificar as questões pertinentes.
C1	É capaz de escrever textos bem estruturados, com clareza, sobre assuntos complexos, sublinhando as questões relevantes e mais salientes, desenvolvendo e defendendo pontos de vista, acrescentando informações complementares, razões e exemplos pertinentes, e concluindo adequadamente.
B2	É capaz de escrever textos pormenorizados, com clareza, acerca de vários assuntos relacionados com os seus interesses, sintetizando e avaliando informações e argumentos recolhidos em diversas fontes.
B1	É capaz de escrever textos coesos e simples acerca de um leque de temas que lhe são familiares, relativos aos seus interesses, ligando uma série de elementos pequenos e discretos para formar uma sequência linear.
A2	É capaz de escrever uma série de expressões e de frases simples ligadas por conectores simples como 'e', 'mas' e 'porque'.
A1	É capaz de escrever expressões e frases simples.

Novo Currículo

QUADRO COMUM EUROPEU

A1-A2 B1-B2 - B2+

Utilizador Elementar Utilizador Independente

- ♦ A1 – 1 ano e meio – 2 vezes por semana
- ♦ A2 – 1 ano e meio – 2 vezes por semana
- ♦ B1 – 1 ano – 2 vezes por semana
- ♦ B2 – 1 ano – 3 vezes por semana

A1.1 A1.2 A1.3 A2.1 A2.2 A2.3
 B1.1 B1.2 B2.1 B2.2

Portas de entrada

- ♦ A duração de cinco anos também se aplica ao Específico (alunos de Ensino Médio).
- ♦ Tanto os alunos da faixa etária de Básico como Específico entrariam no A1.
- ♦ Os alunos da faixa etária de J, por sua maturidade, fariam 3 semestres separados e depois fariam teste de nível para seguir no curso junto com os outros alunos.

J A1
 10-11 12+

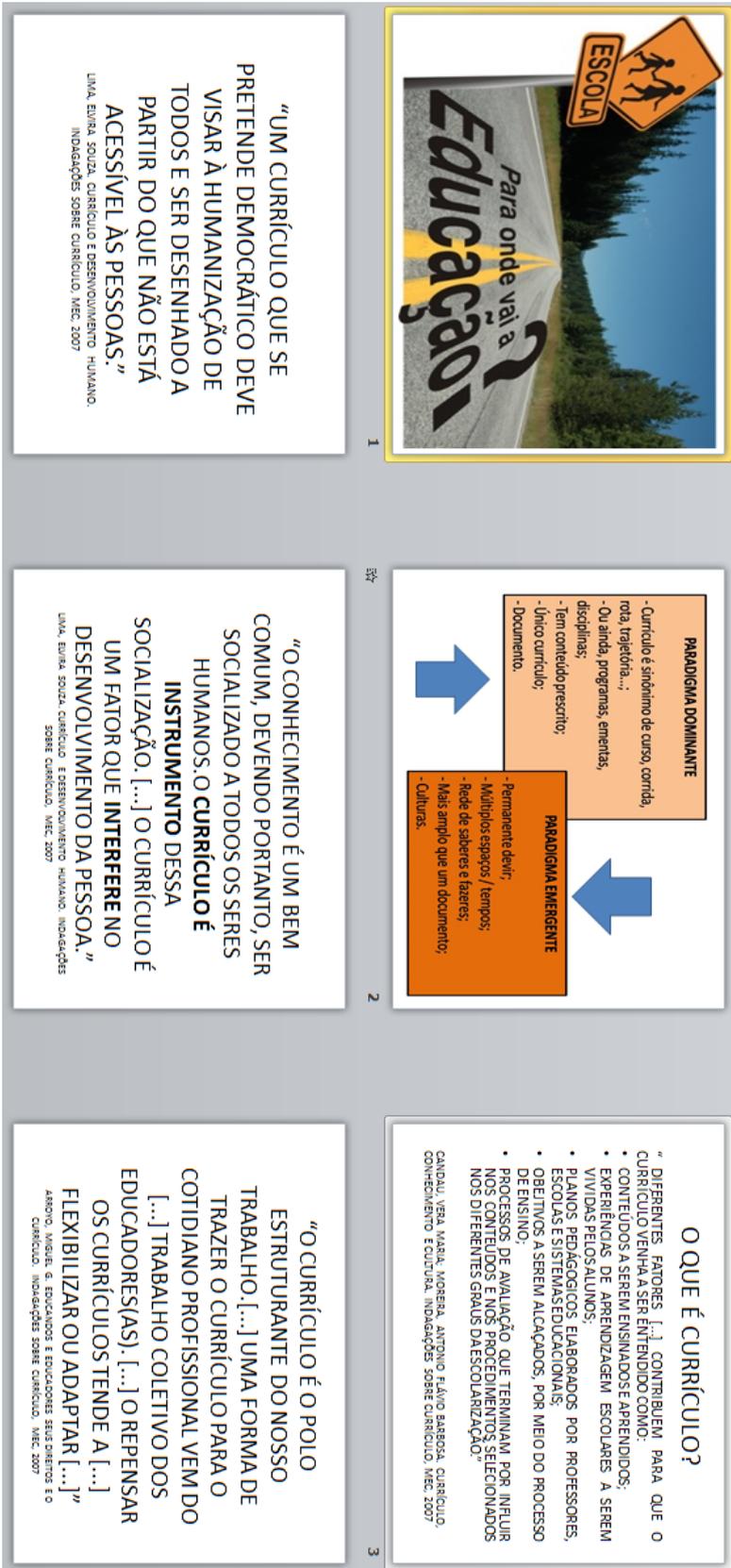
CFCs

- ◆ Os CFCs devem ser opcionais para os alunos e abordar diversas possibilidades para atender alunos de diferentes níveis.
- ◆ A recuperação contínua/aulas de reforço seriam um dos CFCs oferecidos.

AVALIAÇÃO

- ◆ Pelo fato de ser necessária comprovação do desempenho do aluno, avaliações / notas continuariam a ser utilizadas.
- ◆ Menções são extremamente subjetivas.
- ◆ Portanto, o uso de portfólios seria de escolha do corpo docente de cada CIL.
- ◆ Nem todos os professores estão familiarizados com a Abordagem por Tarefas / Pedagogia de Projetos.

ANEXO H – PROPOSTA CURRICULAR CILB



“O CURRÍCULO PODE SER O TERRITÓRIO ONDE SE ESTABELEÇA UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO ENTRE DIVERSOS TEMPOS DA VIDA DOS EDUCANDOS E OS TEMPOS DO CONHECIMENTO E DA CULTURA, DO ENINAR E DO APRENDER, DA SOCIALIZAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE SUJEITOS COM TRAJETÓRIAS HUMANAS E TEMPORAIS TÃO DIVERSAS”

ARROYO, MIGUEL G. EDUCADORES E EDUCACIONES SEUS DIÁLOGOS E O CURRÍCULO. INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. MEC, 2007

7

QUAIS SÃO OS PILARES PARA O CIL?

APÓS PALESTRA PROFESSORA ANA MARIA (COSINE) SOBRE CURRÍCULO FOI SUGERIDO PELO NCIL QUE OS PILARES FOSSEM:

- EIXOS
- REFERENCIAL
- GÊNERO

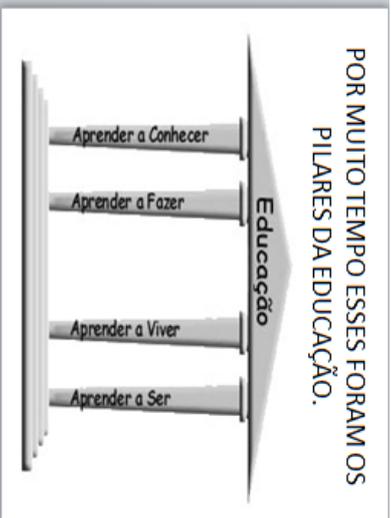


8

EIXOS CURRICULARES???

“OS EIXOS SÃO CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM E ORGANIZAM AS AÇÕES [...]. ELAS POSSIBILITAM A FLEXIBILIZAÇÃO E A AGILIDADE NA RENOVAÇÃO DOS CONTEÚDOS, POR SER FLEXÍVEL, O MODELO ORGANIZADO EM EIXOS POSSIBILITA CONSTANTE ATUALIZAÇÃO CURRICULAR E FORNECE OPÇÕES AO ESTUDANTE VIABILIZADO PRINCIPALMENTE PELA OFERTA DE CURSOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (CFC).”

<https://cillnovasdiaretras.blogspot.com.br/>



9

REFERENCIAL

“OS REFERENCIAIS VIABILIZAM **GERALIDADE OU FOCO NO APRENDIZ** ELAS TRAZEM PARÂMETROS PARA ESTABELECIMENTO DE METAS E PARA O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM DAS LÍNGUAS. AO ESTABELEÇER A **COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DO APRENDIZ/PALANTE DA LÍNGUA**, OS REFERENCIAIS **TAMBÉM FOCAM A ATENÇÃO DO PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER** **LEM DO ALUNO**, CUA AVALIAÇÃO ESTÁ ALEM DA PERFORMANCE EPISÓDICA EM UM MOMENTO DE PROVAS. O EXEMPLO INICIAL PARA SE ESTABELEÇER REFERENCIAIS MAIS APROPRIADOS PARA NOSSOS CONTEXTOS É O **QUADRO COMUM EUROPEU DE REFERENCIAL**”

<https://novasdiaretras.blogspot.com.br/>

A opção pelos ciclos “[...] precisa vir acompanhada de mudanças quanto à organização da proposta curricular, à concepção de educação [...] de aprendizagem e do processo avaliativo.

19

A progressão continuada consiste na construção de um processo educativo ininterrupto, capaz de incluir e oferecer condições de aprendizagem a todos os estudantes, rompendo com a avaliação classificada, fragmentada e permeada pela reprovação anual (JACOMINI, 2009).

O mito da reprovação como garantia de melhor desempenho dos estudantes é, ainda reforçado, pela tendência em acreditar que a não reprovação dispensa avaliações e camufla a baixa qualidade do ensino.

Contrária a esses pressupostos, A **PROGRESSÃO CONTINUADA** das aprendizagens dos estudantes, implica na organização escolar em ciclos, demanda acompanhamento sistemático do seu desempenho por meio de avaliação realizada permanentemente

20

A progressão continuada pode ser praticada por meio dos seguintes mecanismos:

- Reagrupamentos de estudantes ao longo do ano letivo, levando em conta as suas necessidades de aprendizagens, de modo que eles possam interagir com diferentes professores e colegas;
- Avanço dos estudantes de um ano a outro, durante o ano letivo, se os resultados da avaliação assim indicarem. A escola poderá ainda acrescentar outros mecanismos após análise pelo conselho de classe.

É esse processo **AVALIATIVO FORMATIVO** que viabiliza e conduz professores e equipe pedagógica da escola a repensarem o trabalho pedagógico desenvolvido, buscando caminhos que possibilitem sua melhoria em atendimento às necessidades de aprendizagem evidenciadas pelos estudantes.

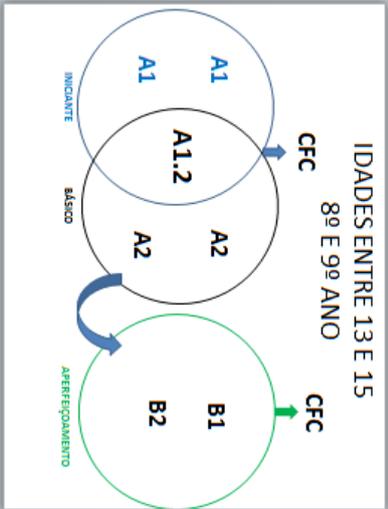
21

A progressão continuada pode ser praticada por meio dos seguintes mecanismos:

- A avaliação formativa desenvolvida em todo o ciclo é prevista no projeto político pedagógico
- Propostas curriculares: ORGANIZANDO OS CONTEÚDOS DE FORMA INTEGRADA E FLEXÍVEL, permitindo continuamente diferentes procedimentos metodológicos, diferenciando os procedimentos de avaliação da aprendizagem, regidos por os ritmos diferenciados e a heterogeneidade, característica dos processos de aprendizagem humana; realizando processos contínuos de acompanhamento de experiências, assertar e de reflexão conjunta acerca da evolução do desenvolvimento de cada aluno e da turma, nos espaçotempos destinados às Conferências pedagógicas coletivas e Conselho de Classe.

- A avaliação no Ciclo, baseada na lógica formativa da avaliação,
- Considera o estabelecimento de metas ao final de cada período, tendo como referência o Currículo de Educação Básica, os saberes e experiências dos estudantes e das turmas.
- Ao avaliar é preciso clareza sobre os pontos de partida e de chegada.

25



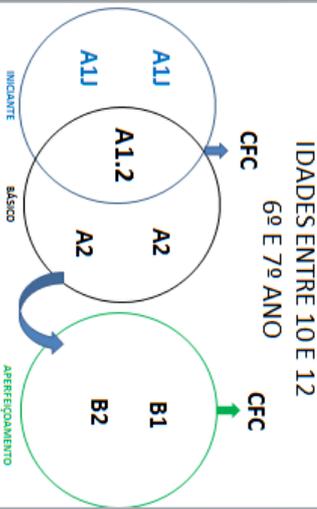
Sugestão para o trabalho em ciclos no CIL



26

CICLO INICIANTE

- (A1 DO QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA LÍNGUAS)
- CURRÍCULO BASEADO NAS FUNÇÕES DA LÍNGUA, EM TEMAS TRABALHA-SE MAIS VOCABULÁRIO (BOAS VINDAS AO APRENDIZADO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA)
 - OBJETIVO: ENSI- NAR A APRENDER LÍNGUA ESTRANGEIRA, PROVOKAR UM PRIMEIRO CONTATO COM A MENSUA BUSCANDO GRAMÁTICA E MOTIVADO, INICIAR A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE LINGÜÍSTICA PARA ESSE ALUNOS.
 - EMO: GENÉ RO (NA RRA/R/RELATARI) E AUTONOMIA COMO APRENDIZ DE LEM
 - OBS: A METODOLOGIA DE USO DO PORTFÓLIO PROPOSTA PELO CIL GAMA SERIA IDEAL PARA ESSE CICLO .



27

A 1.2

- ENCONTRA-SE ENTRE OS DOIS CICLOS É UM SEMESTRE DE TRANSIÇÃO ENTRE O CURRÍCULO EXCLUSIVAMENTE TEMÁTICO OU/E FUNCIONAL E O FORMAL/ACADÊMICO.
- SUGESTÃO DE QUE NESSE MOMENTO OCORRA A MISTURA DE FAIXAS ETÁRIAS;
- É SUGERIDO QUE NESSE MOMENTO OS ALUNOS PASSEM A TER MAIS CONTATO COM OUTRAS FORMAS DE AVALIAÇÃO DIFERENTES DO PORTFÓLIO/ USADAS ASSOCIADAS À EIE SEMPRE DE MANEIRA FORMATIVA.

CICLO BÁSICO

(a2 do quadro europeu comum de referência para línguas)

- INTRODUÇÃO DA PARTE MAIS FORMAL DO CURRÍCULO (CURRÍCULO ACADÉMICO)
- OBJETIVO: ENFATIZAR AS ESTRUTURAS E VOCABULÁRIO APRESENTADOS NO CICLO ANTERIOR, DANDO OPORTUNIDADE AOS ALUNOS PARA UTILIZAR AS FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM QUE RECEBERAM NO CICLO INICIANTE E OFERECER-LHES NOVAS ESTRUTURAS E POSSIBILIDADES DE CONTEXTOS DE COMUNICAÇÃO, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA BOA BASE LINGÜÍSTICA PARA O PRÓXIMO CICLO OU PARA SUAS INTENÇÕES ESPECÍFICAS QUANTO AO USO DO IDIOMA ESTUDADO .
- EIXO: GÊNERO (NARRAR/ RELATAR/ DESCRIVER AÇÕES) E TECNOLOGIA
- É SUGERIDO QUE ESSE CICLO SEJA UMA MISTURA DE TEORIA E PRÁTICA; TEMPO EM VISTA ESSA BASE LINGÜÍSTICA E SUA CONSOLIDAÇÃO.

31

METAS DO CICLO DE APERFEIÇOAMENTO

OS ALUNOS SERÃO CAPAZES DE MANEJAR O IDIOMA COM O GRAU DE FLUIDEZ E INDEPENDÊNCIA NECESSÁRIO SEM TORNAR UM ESFORÇO A COMUNICAÇÃO COM UM INTERLOCUTOR NATIVO. SERÃO CAPAZES DE COMPREENDER QUALQUER TEXTO ESCRITO, AINDA QUE TRATE DE ASPECTOS TÉCNICOS, E DAR SUA OPINIÃO SOBRE TEMAS DE ATUALIDADE.

FONTE: QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA LÍNGUAS

METAS DOS CICLOS INICIANTE E BÁSICO

OS ALUNOS SERÃO CAPAZES DE COMUNICAREM-SE ATRAVÉS DE FRASES SIMPLES, MAS QUE AINDA NÃO TÊM INDEPENDÊNCIA SUFICIENTE PARA ARTICULAR UM DISCURSO. UTILIZANDO ENUNCIADOS SIMPLES E COMPREENDEM EXPRESSÕES, DESDE QUE SE TRATE DE UM TEMA QUE LHEZ RESULTE FAMILIAR E NÃO SE TRATE EM DETALHES TÉCNICOS.

FONTE: QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA LÍNGUAS

32

CFC- CURSOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- DURANTE OS CICLOS INICIANTE+BÁSICO(3 ANOS) OS ALUNOS TERIAM QUE CUMPRIR A CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 60 HORAS COM CFCs.
- NO CICLO DE APERFEIÇOAMENTO(2 ANOS) A CARGA HORÁRIA É DE 40 HORAS
- SENDO QUE ESSE É UM DOS REQUISITOS PARA CONCLUSÃO DO CICLO.

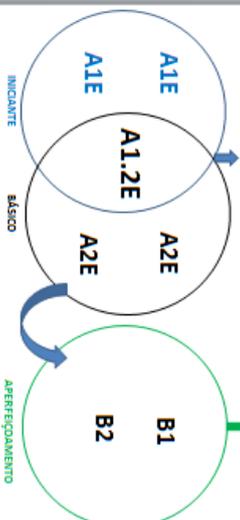
CICLO DE APERFEIÇOAMENTO

(B1 e B2 do quadro europeu comum de referência para línguas)

- OBJETIVO: TORNAR O ALUNO USUÁRIO INDEPENDENTE DA LÍNGUA NOS MAIS DIVERSOS CONTEXTOS DE COMUNICAÇÃO.
- EIXO: PESQUISA, TRABALHO E GÊNERO (ARGUMENTAR/ EXPOR)
- É SUGERIDA A UTILIZAÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PRÁTICAS DE USO DO IDIOMA, ASSOCIADAS A TEORIA ADQUIRIDAS NOS CICLOS ANTERIORES

33

ENSINO MÉDIO E FORMAÇÃO CONTINUADA CFC



SUGESTÕES PARA APLICAÇÃO DA

PROPOSTA:

- QUE AO FINAL DO CICLO BÁSICO O ALUNO RECEBA CERTIFICAÇÃO POR ESSE CICLO;
- QUE HAJA UM TESTE CUIA A MÉDIA SEJA 7 (NO MÍNIMO) PARA QUE OS ALUNOS SIGAM PARA O NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO;
- QUE OS ALUNOS DO CURRÍCULO ESPECÍFICO, TAMBÉM TENHAM A OPORTUNIDADE DE FAZER ESSE TESTE SE ASSIM DESEJAREM E CURSAR OS 2 ANOS DE APERFEIÇOAMENTO.
- QUE PARTE DAS VAGAS DO ESPECÍFICO SEJAM DESTINADAS A PROFISSIONAIS DA SEEDF, PROMOVENDO PARCERIA COM EAPE PARA A OFERTA DE CURSOS DE IDIOMAS NOS CIL.

37

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

A PROPOSTA APRESENTADA PELO CILB PRETENDE FORMAR UM CURRÍCULO IGUALMENTE ORIENTADO PELOS PILARES: EXOS, REFERENCIAL E GÊNERO SUGERIDOS PELO JUSCELINO, DIFERENCIANDO AS TURMAS, INICIALMENTE POR UM ANO, POR RUA, ETÁRIA.

E OFERECER AOS ALUNOS DE ENSINO MÉDIO A OPORTUNIDADE DE UM CURSO DE MAIOR DURAÇÃO, E A POSSIBILIDADE DE ASSUMIRMOS UM NOVO ESPAÇO, O DE POLO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E COMPLEMENTAR, OFERECENDO CURSOS DE IDIOMAS A SERVIDORES DA SEEDF E CFCs AOS NOSSOS ALUNOS.

CONCLUI-SE QUE COMO MOSTRA A HISTÓRIA DOS CILs, CONTINUAMOS NA VANGUARDA DA EDUCAÇÃO E PRECISAMOS TRABALHAR

38

"A APRENDIZAGEM É UM PROCESSO MÚLTIPLO, ISTO É A CRIANÇA UTILIZA DIVERSAS ESTRATÉGIAS PARA APRENDER DE ACORDO COM SEU DESENVOLVIMENTO. DESTA FORMA, TODAS AS ESTRATÉGIAS SÃO IMPORTANTES E NÃO

MUTUAMENTE EXCLUSIVAS."

DOI: 10.1145/2008.20082008 "CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA VISÃO DE FUTURO" (2008)

ASSIM SENDO, A VARIABILIDADE DE FORMAS DE AVALIAR, A FLEXIBILIZAÇÃO TEMPORAL, PROPORCIONADA PELA SISTEMA DE CICLOS E O RESPEITO AS FASES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ESTÁ MAIS EM ACORDO COM O QUE ESPERAMOS DO TRABALHO DE UM CIL E DE COMO DEVEMOS ORIENTAR ATIVIDADES DE UM NOVO CURRÍCULO.

39

REFERÊNCIAS

- **ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO NOS CICLOS 2013**
SEEDF
- **QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA**
- **INDICAÇÕES SOBRE OCURRÊNCIA – 2007 MEC**
- **PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CURRÍCULO DIA 16/05 PELO NCL**
- **ABUENDIA RAUHLIA PINTO, GÊNEROS TEXTUAIS E ENSINO DE LÍNGUAS: REFLEXÕES SOBRE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO.** Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I – ATA DA REUNIÃO 29 DE AGOSTO DE 2013

Encontro NCIL e CILs 29/08/2013

Os representantes dos CILs e a chefia do NCIL se reuniram para tratar dos seguintes assuntos: Na semana anterior foi feita a definição teórica do currículo (resumo de qual é o desejo que circula em todos os 8 CILs) que em maior ou menor grau já está sendo trabalhada atualmente. Quais concepções queremos no novo currículo: língua (cultura, contexto, meio), professor (mediador, facilitador), aluno (autor, autônomo, crítico, reflexivo) Terça-feira (27/08/2013) houve reunião com os CILs (7 menos Ceilândia) para materializar o currículo, tomando por base as outras propostas (mais ou menos seis) e centralizando nos 3 CILS (CIL 1, CIL 2 e CILC) chegando às seguintes propostas:

Duas portas de entrada (por faixa etária) _

A – alunos de 9 a 11 anos e

B- alunos acima de 12 anos

Dois ciclos –

Ciclo A – 3 anos e

Ciclo B – 2 anos

O primeiro ano do Ciclo A deve ser de sensibilização. Os alunos no primeiro ano permanecem por um ano na mesma turma, mas o professor continua na modulação semestral. **O professor pode mudar, o aluno não.** Nesse primeiro ano **a abordagem é a mesma (comunicativa)** para todos os alunos, mas a maneira de trabalhar com os alunos deve ser diferente, de acordo com a faixa etária. Deve-se **preparar o aluno para aprender, compreender, avaliar, criticar, traçar objetivos e outros aspectos que envolvam a língua** (culturais, contextuais, etc) **A língua é o meio e não a meta.** Depois, a partir do segunda ano passa-se a trabalhar por temas, tarefas, gêneros, etc.

A **formação continuada** do professor terá como objetivo ajudá-lo a colocar em prática os desejos das perspectivas do novo currículo e deixar claro **o conjunto de faixas de competências** para que haja parâmetros, referências. O referencial é para o professor. Do referencial (abstrato) podemos compor os objetivos que são mais concretos. Lembrando que cada CIL pode ter objetivos diferenciados para atender suas especificidades. Podendo partir de objetivos gerais.

As decisões serão publicadas e fechadas, apenas depois de um longo debate com os CILs. Haverá visitas a todos os CILs até que se chegue a um denominador comum, que atenda a maioria. **O CIL ou qualquer membro de qualquer CIL que não concordar com as propostas deve fazer uma contra proposta com fundamentação teórica, prática e legal.** A nova proposta será baseada em leis e teorias acadêmicas fundamentadas e devemos lembrar que existem prazos para colocarmos as propostas em prática e que é a primeira vez que os CILs se reúnem para discutir currículo.

Lembrando também que o NCIL e os CILs formam um só corpo e que estão juntos nessa nova empreitada. “Estamos definindo e mudando o currículo para beneficiar o aluno” Chefe do NCIL em 29/08/2013 “Um dos objetivos da mudança é mexer com a

zona de conforto do professor” Gerente da GENESP 29/08/2013 “Nós não podemos ficar olhando para 2012. Não podemos retomar. Temos que andar pra frente. Discutir e fechar as diretrizes pedagógicas (construir e fechar o documento)” Gerente da GENESP em 29/08/2013

A Gerente da GENESP pediu para visitar os CILs e ouvir os professores e gestores para que eles digam o que os está inquietando, o que gostariam que fosse mantido. A mesma reafirmou que a carga horária dos professores não será mudada pelo NCIL uma vez que isso é assunto da SUGPE e deve haver embasamento legal para isso. A prestação de contas do projeto piloto será feita aos CILs e à SUGPE da maneira mais produtiva e célere possível. A Gerente da GENESP sugeriu que todo e qualquer encontro dos CILs deve ser registrado, formalizado e documentado.

Para finalizar, o chefe do NCIL acrescentou que a discussão da proposta para o novo currículo deve ser colocada para toda a comunidade escolar, que os professores devem tirar um momento para refletir como têm trabalhado em sala de aula e sobre a abordagem comunicativa. Fazer um levantamento de questões e dúvidas.

Denise Bomtempo de Oliveira – CILB em 02/09/2013

* Os nomes dos participantes foram alterados, em seu lugar foi colocado o cargo que ocupam.

ANEXO J – EMENTA CURSO: ASPECTOS BÁSICOS DA CONSTRUÇÃO CURRICULAR NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

P R O P O S T A D E C U R S O

1. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

1.1 Nome do curso: Aspectos Básicos da Construção Curricular no Ensino e Aprendizagem de Línguas

1.2 Público-Alvo:

Exclusivamente Professores dos Centros Interescolares de Línguas.

1.3 Pré-requisito (s) para a Pré-Inscrição:

- Prioritariamente para professores membros do Grupo de Trabalho de discussão do currículo dos CIL;
- Facultativamente para professores das escolas piloto das novas matrizes dos CIL

1.4 Modalidade do Curso:

	Presencial	A distância
Carga Horária Direta:	36 horas	
Carga Horária Indireta:		24 horas
Carga Horária AVA		
Carga Horária Geral do Curso	60 horas	

1.5 Realização do Curso:

Local/ endereço												
Período	Início: 3 de outubro(noturno) 10 de outubro (matutino)				Término: 28 de novembro (noturno) 5 de dezembro (matutino)							
Horário	Matutino: das 8 às 11h				Vespertino: das 14 às 17h				Noturno: 19 às 22h			
Dias da semana	2 ^a	3 ^a	5 ^a	6 ^a	2 ^a	3 ^a	5 ^a	6 ^a	2 ^a	3 ^a	5 ^a	6 ^a
			X								X	

1.6 Divulgação:

- a) **Período:** 16/09 a 03/10.
- b) **Meios:** Diretamente aos membros da Comissão de Currículo dos CIL e aos professores dos CIL.
- c) **Responsável (is):** EAPE.

1.7 Pré-Inscrição: (seguir calendário da EAPE)

- Período: 01/10/2013 a 03/10/2013 (membros da Comissão já estão pré-inscritos)

1.8 Vagas:

- Nº total de vagas: 60

1.9 Critérios de Seleção:

1º) Antiquidade – considerar-se-á o tempo de exercício na rede pública da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

- Em caso de desempate:

2º) Etário – considerar-se-á a idade do candidato.

3º) Sorteio

1.10 Inscrição:

1.10.1 Será efetivada no primeiro encontro/aula do curso com o professor-formador responsável.

1.10.2 O não comparecimento no primeiro encontro/aula implicará na perda da vaga, salvo em caso de doença ou impedimento legal, sendo obrigatória a entrega do comprovante no prazo máximo de 48 horas na EAPE/NUDINSC. Se a falta não for justificada, a vaga será preenchida pelo candidato seguinte de acordo com a lista de espera.

2. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1. Objetivo geral do curso

Refletir acerca das concepções que orientam a construção do currículo, buscando embasamento teórico nas áreas de interface do ensino e aprendizagem de línguas.

2.2. Justificativa

Os Centros Interescolares de Línguas (CIL) estão em processo de construção de seu currículo. É a primeira vez que essas instituições se lançam a esse debate. Assim, o curso objetiva fornecer condições de embasamento teórico-metodológico aos membros da comissão responsável por liderar e organizar o debate. Essas discussões, que deverão se estender até meados do ano de 2014, terão como resultado a construção de um currículo que direcionará os trabalhos pedagógicos nos Centros.

2.3. Fundamentação teórica

O curso abordará noções básicas de teorias do currículo, tipos de currículo, metas, objetivos e competências no ensino e aprendizagem de línguas.

2.4. Objetivos da aprendizagem

Identificar e compreender conceitos de currículo e suas implicações no ensino e aprendizagem de línguas;

Identificar diferentes correntes teóricas na construção do currículo e relacioná-las com os diferentes tipos de currículo;

Discutir metas, objetivos e competências no ensino e aprendizagem de línguas, com o propósito de compreender a função de cada um desses elementos na estrutura curricular.

2.5. Procedimentos

Exposições dialogadas; leitura, discussão em grupos e análise de textos relacionados aos temas abordados. Em horas indiretas, serão instaurados fóruns de discussão.

2.6. Conteúdos para fins de certificação

Teorias do Currículo: o currículo e suas implicações no ensino e aprendizagem de línguas; Teorias Tradicionais; Teorias Críticas; Teorias Pós-críticas.

Perspectivas curriculares no ensino e aprendizagem de línguas: Racionalismo Acadêmico; Eficiência Sócio-econômica; Construtivismo; Reconstrucionismo Social; Pluralismo Cultural.

Tipos de currículo no ensino e aprendizagem de línguas e suas abordagens subjacentes.

Metas e objetivos no ensino e aprendizagem de línguas.

Programas no ensino e aprendizagem de línguas baseados em competências.

2.7. Conteúdo e Cronograma do Curso

Turma Noturna (Taguatinga)

Data	Conteúdo
03/10/2013	1) Apresentação do curso. 2) Conceituação de currículo e suas implicações no ensino e aprendizagem de línguas. 3) Teorias do Currículo: Teorias Tradicionais; 4) Perspectivas de currículo no ensino e aprendizagem de línguas: Racionalismo Acadêmico; Eficiência Sócioeconômica.
10/10/2013	5) Teorias do Currículo: Teorias Críticas; 6) Perspectivas de currículo no ensino e aprendizagem de línguas: Centralidade no Aluno; Reconstrucionismo Social.
17/10/2013	7) Teorias do Currículo: Teorias Pós-Críticas; 8) Perspectivas de currículo no ensino e aprendizagem de línguas: Pluralismo Cultural.
24/10/2013	9) Análise e discussão de tipos de “currículos” no ensino e aprendizagem de línguas e suas abordagens subjacentes.
31/10/2013	10) Metas e objetivos no ensino e aprendizagem de línguas.
07/11/2013	11) Programas no ensino e aprendizagem de línguas baseados em competências.
14/11/2013	12) Análise e discussão do texto: “Planejamento de Cursos de Língua(s): Prever

	Conteúdos, Processos de Aprender e de Ensinar e a Reflexão sobre a Ação.”
21/11/2013	13) Análise e discussão do texto: “Método para ensinar uma nova língua ou maneiras de experienciá-la.”
28/11/2013	14) Avaliação

Turma matutina (Plano Piloto)

Data	Conteúdo
10/10/2013	1) Apresentação do curso. 2) Conceituação de currículo e suas implicações no ensino e aprendizagem de línguas. 3) Teorias do Currículo: Teorias Tradicionais; 4) Perspectivas de currículo no ensino e aprendizagem de línguas: Racionalismo Acadêmico; Eficiência Sócioeconômica.
17/10/2013	5) Teorias do Currículo: Teorias Críticas; 6) Perspectivas de currículo no ensino e aprendizagem de línguas: Centralidade no Aluno; Reconstrucionismo Social.
24/10/2013	7) Teorias do Currículo: Teorias Pós-Críticas; 8) Perspectivas de currículo no ensino e aprendizagem de línguas: Pluralismo Cultural.
31/10/2013	9) Análise e discussão de tipos de “currículos” no ensino e aprendizagem de línguas e suas abordagens subjacentes.
07/11/2013	10) Metas e objetivos no ensino e aprendizagem de línguas.
14/11/2013	11) Programas no ensino e aprendizagem de línguas baseados em competências.
21/11/2013	12) Análise e discussão do texto: “Planejamento de Cursos de Língua(s): Prever Conteúdos, Processos de Aprender e de Ensinar e a Reflexão sobre a Ação.”
28/11/2013	13) Análise e discussão do texto: “Método para ensinar uma nova língua ou maneiras de experienciá-la.”
05/12/2013	14) Avaliação

2.8. Recursos didático-pedagógicos

Textos (livros e artigos); Projetor multimídia.

2.9. Avaliação dos cursistas

Horas Diretas: Participação nos debates e discussões.

Horas Indiretas: Apresentação de minisseminário sobre as propostas de currículo, cujo tema será definido após discussão com o grupo participante do curso.

AVA: Elaboração de um portfólio, por grupo, apresentando sugestões para as tarefas propostas por cada um dos temas abordados ao longo do curso.

2.10. **Avaliação do curso** (serão aplicadas em formulários próprios da EAPE: a avaliação processual (na metade do curso) e a avaliação final (no penúltimo encontro). Os formulários estão disponíveis no *site* da EAPE)

Certificado:

Para a certificação é exigido 100% de frequência, admitindo-se 20% de faltas justificadas.

2.11 Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Quatro Estações no Ensino de Línguas*. São Paulo: Editora Pontes, 2011.

FAR, M. M. An Overview of Syllabuses in English Language Teaching. Iran: Sharid Chamran University. In: Karen's Linguistics Issues. Disponível em <www3.telus.net/linguisticsissues/syllabi. Acesso em 10/09/2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, C. A. *A Nova LDB: uma lei de esperança*. Brasília: Universa-UCB, 1998.

HARMER, J. *The Practice of English Language Teaching*. New York: Longman, 1983.

OLIVEIRA, I. S. J. *Introdução à Educação*. Belo Horizonte: São Vicente, 1970.

RICHARDS, J. C. *Planejamento de Metas e Objetivos em Programas de Idiomas*. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

STARLING, J. N.; CUNHA, C. M. *O Método Estrutural*. Belo Horizonte: Vigília, 1971.

ANEXO K – CALENDÁRIO CIL 2014

Calendário Escolar 2014

Rede Pública de Ensino do Distrito Federal - Regime Semestral

Centro Interescolar de Línguas - CIL

PORTARIA Nº 200 DE 01/08/2013

Janeiro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

01/01 - Confraternização Universal

Fevereiro (18)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

Março (18)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

04/03 - Carnaval

Abril (20)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

18/04 - Paixão de Cristo 21/04 - Tiradentes / Aniversário de Brasília

Maió (21)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

01/05 - Dia do Trabalho

Junho (8)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

19/06 - Corpus Christi

Julho (14)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Agosto (21)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Setembro (22)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

07/09 - Independência do Brasil

Outubro (22)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

12/10 - Nossa Senhora Aparecida
15/10 - Dia do Professor

Novembro (20)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

02/11 - Finados 30/11 - Dia do Evangélico
15/11 - Proclamação da República

Dezembro (16)

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

25/12 - Natal

Apresentação dos Professores	Escolha de Turmas	Enturmação e Nivelamento	Início do Ano Letivo / Semestre	Conferência Nacional de Educação	Término do Ano Letivo / Semestre	Olimpíada Brasileira de Matemática	Semana da Francófilia	Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência Lei nº 11.133/2005	Dia Nacional de Consciência Negra Lei nº 10.639/2003	Dia do Orientador Educacional	Recesso Escolar Conforme Lei Geral da Copa nº 12.663/2012	Feriados
Recesso Escolar Alunos e Professores			Férias Coletivas		Encontro Pedagógico		Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar / Dia Letivo Temático		Avaliação Pedagógica do Semestre / da Comunidade Escolar / Dia Letivo Temático		Semana de Educação Para a Vida (Lei nº 11.968/2009)	



ANEXO L – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2011



CENTRO DE LÍNGUAS

Você, aluno da rede pública de ensino,
venha se comunicar com o mundo.

Inscrições: 29/11 a 05/12/2010

DISQUE 156 - opção 2

Sistema de Ensino Federal
Secretaria de Estado de Educação

CL. Paulo Pisto - CL. Gama - CL. Brasília - CL. Sobradinho - CL. Ceilândia - CL. Taguatinga - CL. Guará

ANEXO M – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL –2/2011

Telematrícula 2011

CENTRO DE LÍNGUAS



**I'm a Citizen
of the World !**

**Soy un Ciudadano
del Mundo !**

**Sou um cidadão
do mundo!**

**VOCÊ, ALUNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO,
VENHA SE COMUNICAR COM O MUNDO.**

Inscrições: **18/6 a 3/7**
Disque: **156** - Opção: **2**
Renovação Interna: **13/6 a 1/7**

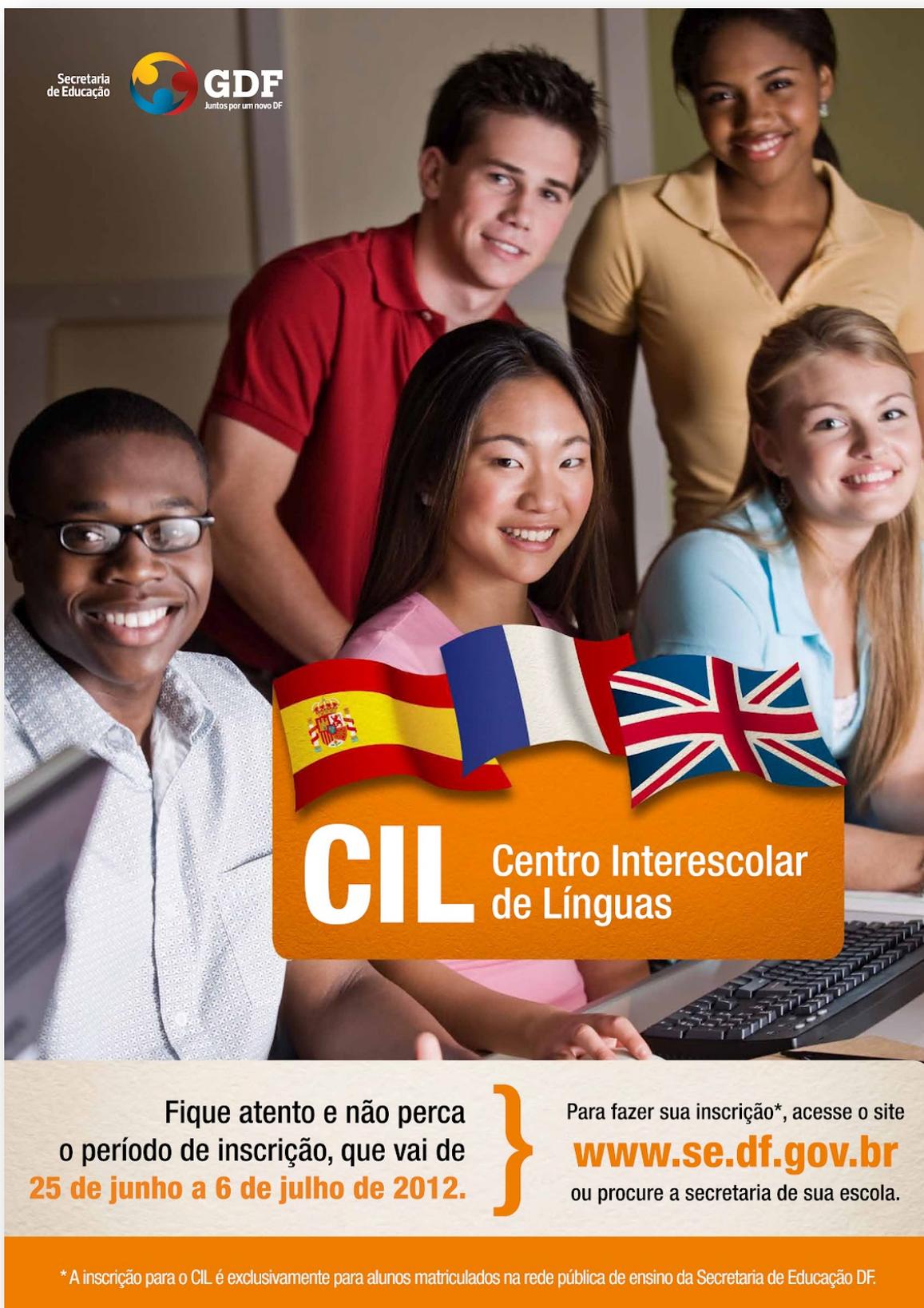
CIL PLANO PILOTO - CIL GAMA
CIL BRAZLÂNDIA - CIL SOBRADINHO
CIL CEILÂNDIA - CIL TAGUATINGA - CIL GUARÁ



Secretaria de
Educação
GDF
Juntos por um novo DF

Centro CIL Brasília 1

ANEXO N – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2/2012



Secretaria de Educação  **GDF**
Juntos por um novo DF

CIL Centro Interescolar de Línguas

Fique atento e não perca o período de inscrição, que vai de **25 de junho a 6 de julho de 2012.**

Para fazer sua inscrição*, acesse o site **www.se.df.gov.br** ou procure a secretaria de sua escola.

* A inscrição para o CIL é exclusivamente para alunos matriculados na rede pública de ensino da Secretaria de Educação DF.

ANEXO O – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2013

Centro Interescolar de Línguas - CIL



Impressão Gráfica de SEDEF

**Fique atento e não perca o período de inscrição,
que vai de 26/11/2012 a 07/12/2012.**

Para fazer sua inscrição, acesse o site www.se.df.gov.br ou procure a secretaria de sua escola. A inscrição para o CIL é exclusivamente para alunos matriculados na rede pública de ensino da Secretaria de Educação do DF.

Secretaria de
Educação



ANEXO P – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2014

2014

**Centros
Interescolares
de
Línguas**

Formando cidadãos para o mundo

Inscrições de 16/11 a 08/12 de 2013

Acesso: www.se.df.gov.br

Apenas para alunos da Rede Pública de Educação do DF

GDF
Secretaria de Educação
do Distrito Federal

ENGLISH ESPAÑOL FRANÇAIS

ANEXO Q – PUBLICIDADE MATRÍCULA CIL – 2/2014

Centros Interescolares de Línguas

CIL

Inscrições abertas
Período: 12/05 a 30/05
 Acesse o site:
www.se.df.gov.br

O mundo em suas mãos!

2014

The central graphic features a stylized hand in shades of blue and yellow, holding a globe. The globe is composed of various colored segments (green, blue, yellow) and is filled with the acronym 'CIL' and the names of various schools. The text 'O mundo em suas mãos!' is written in a cursive font across the top of the hand, and '2014' is written in large red numbers at the bottom of the hand.

GDF
 Secretaria de Educação
 do Distrito Federal

Ensino público e gratuito
 de línguas exclusivo para estudantes
 da Secretaria de Estado de Educação do
 Distrito Federal

ANEXO R – PUBLICIDADE INAUGURAÇÃO CILT

VERY GOOD, MUY BIEN, TRÈS BIEN,
YOKATTA, SEHR GUT.

O GDF INAUGUROU O NOVO CENTRO INTERESCOLAR DE LÍNGUAS EM TAGUATINGA.

Agora 8 mil alunos das escolas públicas podem estudar inglês,
espanhol, francês, japonês e alemão. E o melhor, de graça.



Os Centros de Língua foram criados há 40 anos e hoje contam com 700 professores e 33 mil alunos atendidos em 8 unidades: Taguatinga, Ceilândia, Gama, Sobradinho, Brazlândia, Guará e duas no Plano Piloto. Todos serão reformados. O CILT de Taguatinga teve a sua capacidade ampliada de 700m² para 2,1 mil m². E o mais importante: ampliou também o acesso à educação e as oportunidades aos alunos da rede pública. É assim que este governo está mudando a educação no DF e ajudando a garantir o futuro de milhares de crianças e jovens.

[facebook.com/gdf](#)
[twitter.com/gpe_df](#)
[youtube.com/gpe_df](#)
[instagram.com/gpe_df](#)

Secretaria
de Educação

